



ANEXO IV – MAPA ANALÍTICO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UND.	CATSER	BOM DESPACHO - MG	LAGOA DA PRATA - MG	MURIAE - MG	OURO PRETO - MG	PARACATU - MG	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	Serviços de Diagnóstico, Configuração, Conversão e Migração de Informações e Dados, Habilitação do sistema para uso, Treinamento Presencial in Loco e Treinamento Remoto Online.	1	Serviço	27081	R\$ 48.918,00	R\$ 68.152,50			R\$ 40.000,00	R\$ 48.918,00	R\$ 48.918,00
2	Locação, de solução integrada de gestão pública (ERP – Enterprise Resource Planning) em plataforma web, no modelo SaaS (Software as a Service) responsiva e com arquitetura multientidade, destinada ao uso simultâneo.	60	Meses	27502	R\$ 61.224,36	R\$ 90.967,50	R\$ 134.712,46			R\$ 90.967,50	R\$ 5.458.050,00
3	Gestão e provimento de Data Center (gestão, disponibilidade, hospedagem, processamento, escalabilidade, segurança e backup).	60	Meses	27065	R\$ 12.704,25		R\$ 11.524,80	R\$ 13.643,35		R\$ 12.704,25	R\$ 762.255,00
4	Reserva Técnica (Intervenção no banco de dados, Customização de módulos, Customização de relatórios e Geração de arquivos)	600	Horas	27006	R\$ 318,89		R\$ 377,30	R\$ 165,07		R\$ 318,89	R\$ 191.334,00



5	Serviços de consultoria, treinamento de usuários pós-implantação e outros serviços fora da garantia, não incluídas atividades de personalização e customização de softwares.	800	Horas	27006		R\$ 117,00		R\$ 160,52	R\$ 120,00	R\$ 120,00	R\$ 96.000,00
										VALOR GLOBAL:	R\$ 6.556.557,00

Município	Empresa	Contrato	Aditivo	Índice	%	Vigência Inicial	Vigência Atual
Bom Despacho (inclui Câmara Municipal)	IPM Sistemas	21/2024	1TA	IPCA	4,24	60 meses, iniciados em 9 de Fevereiro de 2024.	Vigente, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 114 da Lei nº 14.133/2021.
			2TA	IPCA	5,13		
Lagoa da Prata (inclui Câmara Municipal)	CMM Sistemas	514/2024	---	---	---	12 meses, iniciados em 10 de Dezembro de 2024	Vigente, podendo ser prorrogado na forma do art. 105, da Lei nº 14.133/21.
Muriae (inclui Câmara Municipal)	IPM Sistemas	12/2024	---	---	---	12 meses, iniciados em 06 de Agosto de 2025.	Vigente, podendo ser prorrogado, na forma dos art. 106 e 107 da Lei 14.133/21
Ouro Preto (inclui Câmara Municipal)	Sonner Sistemas	90/2022	---	ICTI *	13.8416 **	12 meses, iniciados em 05 de Maio de 2022.	Vigente até Maio de 2026, quando completa seu prazo máximo de vigência.
Paracatu (inclui Câmara Municipal)	J Brasil Sistemas	473/2023	1TA	IPCA	1,71	12 meses, iniciados em 15 de Dezembro de 2023.	Vigente até Dezembro de 2025, podendo ser prorrogado de acordo com o art. 57, IV da lei 8.666/93.

* Índice de Custo da Tecnologia da Informação, calculado pelo Ipea.

** Acumulado de maio de 2022 a maio de 2025.



Documento assinado digitalmente
FABRÍCIO ANDRADE CRUZ
Data: 31/12/2025 15:46:47-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Fabício Andrade Cruz
Elaboração do Mapa Analítico

Assunto **Re: Solicitação de Proposta Comercial – Sistema Integrado de Gestão Pública**
De Setor de Compras PMC <compras@cataguases.mg.gov.br>
Para Valdemar Neto <valdemar.menezes@conam.com.br>
Data 08-08-2025 11:37



Prezados,

Agradecemos pelo contato e pelo interesse.

Informamos que atualmente utilizamos o sistema Betha, fornecido pela empresa ASI Sistemas.

O contrato vigente tem término previsto para o mês de setembro, ocasião em que completará cinco anos de vigência, impossibilitando novas prorrogações, nos termos da legislação aplicável.

Dessa forma, será instaurado um novo processo licitatório para a contratação de novo Sistema.

Permanecemos à disposição e aguardamos o retorno.

Atenciosamente,

Fabício Andrade - Coordenador Técnico

Setor de Compras da Prefeitura de Cataguases-MG

Telefone: (32) 3429-2500 - **Ramais:** 143, 144, 145, 146, 147 e 148

Endereço: Rua Major Viêira, 212 - 2º Andar - Conjunto de Salas - Centro - Cataguases-MG **CEP:** 36770-060

Funcionamento: De Segunda à Sexta das 8:00hrs às 12:00hrs e de 13:00hrs às 16:00hrs

Localização: [Google Maps](#)

Obs.: Não havendo endereço de entrega especificado no corpo do e-mail, este deverá ser considerado para as entregas.

Em 06-08-2025 17:10, Valdemar Neto escreveu:

OI BOA TARDE,

Inicialmente agradecemos o envio de um pedido de orçamento para nossa empresa, porém, para avaliá-lo solicitamos previamente algumas informações: nome da atual empresa que presta esse serviço, vencimento do contrato e se esse pedido tem como objetivo, prorrogação de contrato e ou iniciar um novo processo licitatório ?

Muito obrigado

Valdemar

De: Conam Consultoria <conam@conam.com.br>

Enviado: segunda-feira, 4 de agosto de 2025 11:52

Para: Beatriz Batocchio <beatriz.batocchio@conam.com.br>; Luis Bergamin <luis.bergamin@conam.com.br>; Valdemar Neto <valdemar.menezes@conam.com.br>

Assunto: ENC: Solicitação de Proposta Comercial – Sistema Integrado de Gestão Pública

De: Setor de Compras PMC <compras@cataguases.mg.gov.br>

Data: segunda-feira, 4 de agosto de 2025 às 11:00

Para:

Assunto: Solicitação de Proposta Comercial – Sistema Integrado de Gestão Pública

Geralmente, você não recebe emails de compras@cataguases.mg.gov.br. [Saiba por que isso é importante](#)

Prezado(a) Senhor(a),

A Prefeitura Municipal de Cataguases/MG informa que se encontra em fase de levantamento de mercado com vistas à futura contratação de um Sistema Integrado de Gestão Pública (ERP), em razão do encerramento do contrato atualmente vigente.

Neste momento, buscamos identificar as soluções disponíveis no mercado que atendam às necessidades da Administração Municipal, com foco em sistemas completos, modularizados e integrados, que promovam maior eficiência, transparência e conformidade com a legislação vigente.

Dessa forma, solicitamos o envio de proposta comercial e informativa, contemplando os seguintes módulos e funcionalidades:

- * Contabilidade Pública, Execução Orçamentária e Financeira;
- * Gestão de Compras, Licitações e Contratos Administrativos;
- * Gestão Patrimonial, Controle de Frota e Almoxarifado;
- * Folha de Pagamento, Recursos Humanos, Ponto Eletrônico e Obrigações Trabalhistas (incluindo eSocial);
- * Alimentação Automatizada do Portal da Transparência, conforme exigências legais;
- * Administração Tributária, Protocolo Eletrônico e Atendimento Digital ao Cidadão e ao Servidor Público;
- * Gestão Educacional, com integração a dados de unidades escolares, servidores e alunos;
- * Comunicação Institucional, Tramitação Interna de Documentos e Assistente Virtual para Usuários;
- * Integração com Sistemas Externos, tais como: SICONFI, SIOPE, SIOPS, SIAFIC e Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG), entre outros exigidos por lei ou por órgãos de controle.

Caso sua empresa disponha de solução compatível, solicitamos o envio das seguintes informações:

1. Catálogo de produtos ou apresentação institucional da solução;
2. Proposta técnica e comercial preliminar, com especificação de módulos, tecnologias utilizadas e possíveis formas de contratação (licença, locação, SaaS, etc.);
3. Indicação de municípios atendidos, especialmente no Estado de Minas Gerais;
4. Informações sobre treinamentos, suporte técnico e implantação;
5. Prazos estimados para implantação e migração de dados.

O material poderá ser encaminhado até o dia 11 de agosto para este e-mail.

Aproveitamos para esclarecer que esta solicitação integra pesquisa de mercado nos termos da Lei nº 14.133/2021, não representando, neste momento, qualquer contratação ou obrigação futura por parte deste Município.

Caso este e-mail não seja direcionado ao setor ou responsável por propostas comerciais em sua empresa, solicitamos, por gentileza, o encaminhamento ao contato apropriado ou o retorno com os dados de quem possa nos atender.

Desde já, agradecemos a atenção e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Tábatha Grôpo - Coordenadora de Compras

Fabício Andrade - Coordenador Técnico

Prefeitura Municipal de Cataguases - MG

compras@cataguases.mg.gov.br

(32) 3429-2500 - Ramal: 143, 144 e 145

--

Setor de Compras da Prefeitura de Cataguases-MG

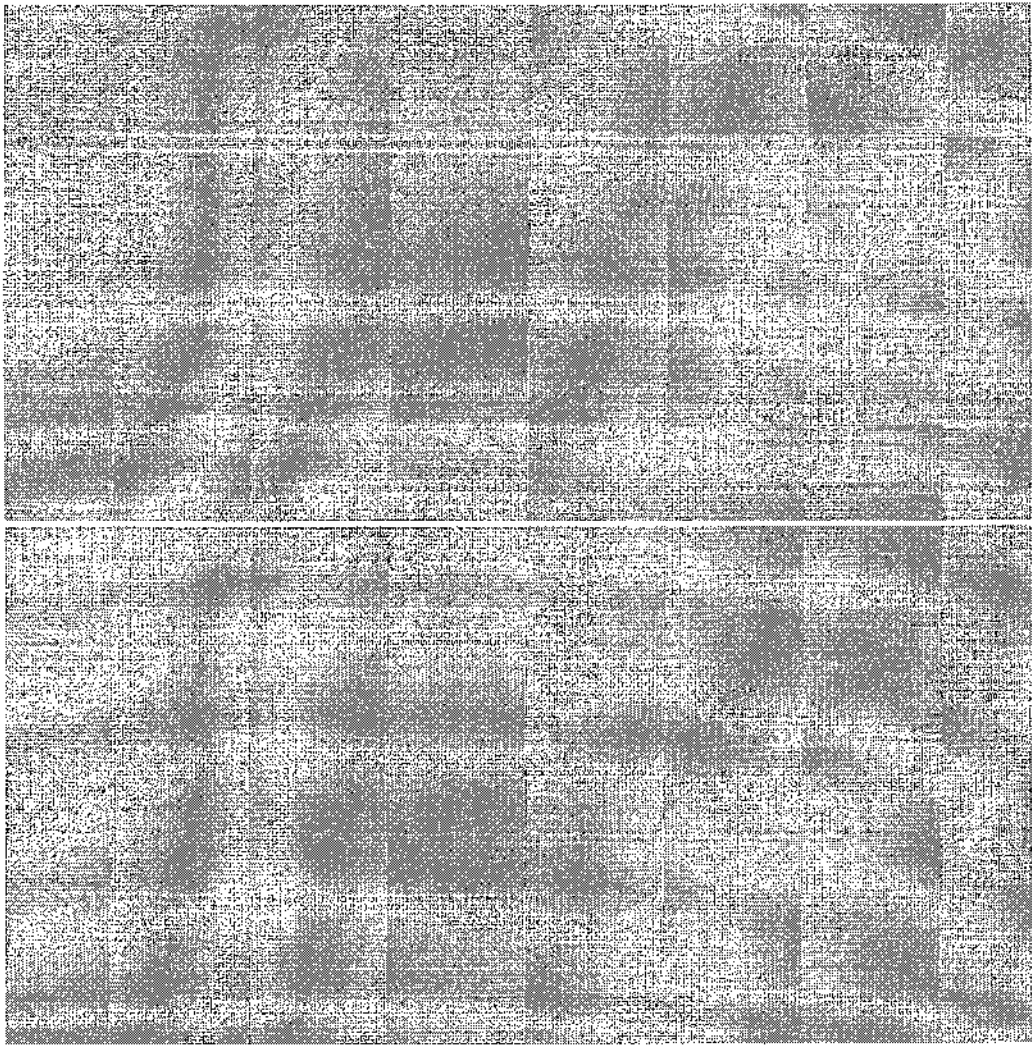
Telefone: (32) 3429-2500 - **Ramais:** 143, 144, 145, 146, 147 e 148

Endereço: Rua Major Viêira, 212 - 2º Andar - Conjunto de Salas - Centro - Cataguases-MG CEP: 36770-060

Funcionamento: De Segunda à Sexta das 8:00hrs às 12:00hrs e de 13:00hrs às 16:00hrs

Localização: [Google Maps](#)

Obs.: Não havendo endereço de entrega especificado no corpo do e-mail, este deverá ser considerado para as entregas.



Assunto **Solicitação de Proposta Comercial – Sistema Integrado de Gestão Pública**
 De Setor de Compras PMC <compras@cataguases.mg.gov.br>
 Cópia Oculta (Cco) <comercial@megasoftinformatica.com>, <contato@cebi.com.br>, <atendimento@presconinformatica.com.br>, <diretoria@cecam.com.br>, <contato@cmmsistemas.com.br>, <conam@conam.com.br>, <embras@embras.net>
 Data 04-08-2025 10:58



Prezado(a) Senhor(a),

A Prefeitura Municipal de Cataguases/MG informa que se encontra em fase de levantamento de mercado com vistas à futura contratação de um Sistema Integrado de Gestão Pública (ERP), em razão do encerramento do contrato atualmente vigente.

Neste momento, buscamos identificar as soluções disponíveis no mercado que atendam às necessidades da Administração Municipal, com foco em sistemas completos, modularizados e integrados, que promovam maior eficiência, transparência e conformidade com a legislação vigente.

Dessa forma, solicitamos o envio de proposta comercial e informativa, contemplando os seguintes módulos e funcionalidades:

- * Contabilidade Pública, Execução Orçamentária e Financeira;
- * Gestão de Compras, Licitações e Contratos Administrativos;
- * Gestão Patrimonial, Controle de Frota e Almoxarifado;
- * Folha de Pagamento, Recursos Humanos, Ponto Eletrônico e Obrigações Trabalhistas (incluindo eSocial);
- * Alimentação Automatizada do Portal da Transparência, conforme exigências legais;
- * Administração Tributária, Protocolo Eletrônico e Atendimento Digital ao Cidadão e ao Servidor Público;
- * Gestão Educacional, com integração a dados de unidades escolares, servidores e alunos;
- * Comunicação Institucional, Tramitação Interna de Documentos e Assistente Virtual para Usuários;
- * Integração com Sistemas Externos, tais como: SICONFI, SIOPE, SIOPS, SIAFIC e Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG), entre outros exigidos por lei ou por órgãos de controle.

Caso sua empresa disponha de solução compatível, solicitamos o envio das seguintes informações:

1. Catálogo de produtos ou apresentação institucional da solução;
2. Proposta técnica e comercial preliminar, com especificação de módulos, tecnologias utilizadas e possíveis formas de contratação (licença, locação, SaaS, etc.);
3. Indicação de municípios atendidos, especialmente no Estado de Minas Gerais;
4. Informações sobre treinamentos, suporte técnico e implantação;
5. Prazos estimados para implantação e migração de dados.

O material poderá ser encaminhado até o dia 11 de agosto para este e-mail.

Aproveitamos para esclarecer que esta solicitação integra pesquisa de mercado nos termos da Lei nº 14.133/2021, não representando, neste momento, qualquer contratação ou obrigação futura por parte deste Município.

Caso este e-mail não seja direcionado ao setor ou responsável por propostas comerciais em sua empresa, solicitamos, por gentileza, o encaminhamento ao contato apropriado ou o retorno com os dados de quem possa nos atender.

Desde já, agradecemos a atenção e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Tábatha Grôpo - Coordenadora de Compras

Fabício Andrade - Coordenador Técnico

Prefeitura Municipal de Cataguases – MG

compras@cataguases.mg.gov.br

(32) 3429-2500 - Ramal: 143, 144 e 145

--

Setor de Compras da Prefeitura de Cataguases-MG

Telefone: (32) 3429-2500 - **Ramais:** 143, 144, 145, 146, 147 e 148

Endereço: Rua Major Viêira, 212 - 2º Andar - Conjunto de Salas - Centro - Cataguases-MG **CEP:** 36770-060

Funcionamento: De Segunda à Sexta das **8:00hrs às 12:00hrs** e de **13:00hrs às 16:00hrs**

Localização: [Google Maps](#)

Obs.: Não havendo endereço de entrega especificado no corpo do e-mail, este deverá ser considerado para as entregas.

Assunto **Solicitação de Proposta Comercial – Sistema Integrado de Gestão Pública**

De Setor de Compras PMC <compras@cataguases.mg.gov.br>

Cópia Oculta (Cco) <contato@elotech.com.br>, <contato@publitechsistemas.com.br>, <contato@hlh.com.br>, <atendimento@memory.com.br>, <contato@smarapd.com.br>, <delta@deltainf.com.br>, <vendas@digifred.com.br>, <comercial@pillaristemas.com>, <comercial@abase.com.br>, <contato@publiccenter.com.br>, 3 mais.

Data 29-07-2025 15:18



Prezado(a) Senhor(a),

A Prefeitura Municipal de Cataguases/MG informa que se encontra em fase de levantamento de mercado com vistas à futura contratação de um Sistema Integrado de Gestão Pública (ERP), em razão do encerramento do contrato atualmente vigente.

Neste momento, buscamos identificar as soluções disponíveis no mercado que atendam às necessidades da Administração Municipal, com foco em sistemas completos, modularizados e integrados, que promovam maior eficiência, transparência e conformidade com a legislação vigente.

Dessa forma, solicitamos o envio de proposta comercial e informativa, contemplando os seguintes módulos e funcionalidades:

- * Contabilidade Pública, Execução Orçamentária e Financeira;
- * Gestão de Compras, Licitações e Contratos Administrativos;
- * Gestão Patrimonial, Controle de Frota e Almoxarifado;
- * Folha de Pagamento, Recursos Humanos, Ponto Eletrônico e Obrigações Trabalhistas (incluindo eSocial);
- * Alimentação Automatizada do Portal da Transparência, conforme exigências legais;
- * Administração Tributária, Protocolo Eletrônico e Atendimento Digital ao Cidadão e ao Servidor Público;
- * Gestão Educacional, com integração a dados de unidades escolares, servidores e alunos;
- * Comunicação Institucional, Tramitação Interna de Documentos e Assistente Virtual para Usuários;
- * Integração com Sistemas Externos, tais como: SICONFI, SIOPE, SIOPS, SIAFIC e Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG), entre outros exigidos por lei ou por órgãos de controle.

Caso sua empresa disponha de solução compatível, solicitamos o envio das seguintes informações:

1. Catálogo de produtos ou apresentação institucional da solução;
2. Proposta técnica e comercial preliminar, com especificação de módulos, tecnologias utilizadas e possíveis formas de contratação (licença, locação, SaaS, etc.);
3. Indicação de municípios atendidos, especialmente no Estado de Minas Gerais;
4. Informações sobre treinamentos, suporte técnico e implantação;
5. Prazos estimados para implantação e migração de dados.

O material poderá ser encaminhado até o dia 05 de agosto para este e-mail.

Aproveitamos para esclarecer que esta solicitação integra pesquisa de mercado nos termos da Lei nº 14.133/2021, não representando, neste momento, qualquer contratação ou obrigação futura por parte deste Município.

Caso este e-mail não seja direcionado ao setor ou responsável por propostas comerciais em sua empresa, solicitamos, por gentileza, o encaminhamento ao contato apropriado ou o retorno com os dados de quem possa nos atender.

Desde já, agradecemos a atenção e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Tábatha Grôpo - Coordenadora de Compras

Fabício Andrade - Coordenador Técnico

Prefeitura Municipal de Cataguases – MG

compras@cataguases.mg.gov.br

(32) 3429-2500 - Ramal: 143, 144 e 145

--

Setor de Compras da Prefeitura de Cataguases-MG

Telefone: (32) 3429-2500 - **Ramais:** 143, 144, 145, 146, 147 e 148

Endereço: Rua Major Viêira, 212 - 2º Andar - Conjunto de Salas - Centro - Cataguases-MG **CEP:** 36770-060

Funcionamento: De Segunda à Sexta das **8:00hrs às 12:00hrs** e de **13:00hrs às 16:00hrs**

Localização: [Google Maps](#)

Obs.: Não havendo endereço de entrega especificado no corpo do e-mail, este deverá ser considerado para as entregas.

Assunto **Aviso de entrega: Solicitação de Proposta Comercial – Sistema Integrado de Gestão Pública**
 De <noreply@supramail.com.br>
 Para <compras@cataguases.mg.gov.br>
 Data 04-08-2025 11:00



Os seguintes destinatários receberam a mensagem:

diretoria@cecam.com.br
comercial@megasoftinformatica.com
atendimento@presconinformatica.com.br
contato@cebi.com.br
embras@embras.net
conam@conam.com.br
contato@cmmsistemas.com.br

Reporting-MTA: dns; supramail.com.br
 Arrival-Date: Mon, 04 Aug 2025 10:58:58 -0300

Final-Recipient: rfc822;comercial@megasoftinformatica.com
 Action: delivered
 Status: 2.0.0
 Diagnostic-Code: smtp; 250 2.0.0 OK 1754315913
 ada2fe7eead31-4fc0d5227c9sil057379137.589 - gsmtip

Final-Recipient: rfc822;contato@cebi.com.br
 Action: delivered
 Status: 2.0.0
 Diagnostic-Code: smtp; 250 2.0.0 5740x3Mn019177 Message accepted for delivery

Final-Recipient: rfc822;atendimento@presconinformatica.com.br
 Action: delivered
 Status: 2.0.0
 Diagnostic-Code: smtp; 250 2.0.0 Ok: queued as 4bwdSV5SJrzWfHD

Final-Recipient: rfc822;diretoria@cecam.com.br
 Action: delivered
 Status: 2.0.0
 Diagnostic-Code: smtp; 250 2.6.0 <diretoria@cecam.com.br>
 [InternalId=40282498317255, Hostname=CPWP215MB1691.LAMP215.PROD.OUTLOOK.COM]
 21743 bytes in 1.354, 15.676 KB/sec Queued mail for delivery

Final-Recipient: rfc822;contato@cmmsistemas.com.br
 Action: delivered
 Status: 2.0.0
 Diagnostic-Code: smtp; 250 2.0.0 OK 1754315914
 ada2fe7eead31-4fc0d624214sil179597137.765 - gsmtip

Final-Recipient: rfc822;conam@conam.com.br
 Action: delivered
 Status: 2.0.0
 Diagnostic-Code: smtp; 250 2.6.0 <conam@conam.com.br>
 [InternalId=18507014107374, Hostname=SCYPR80MB7047.lamprd80.prod.outlook.com]
 21592 bytes in 0.524, 40.223 KB/sec Queued mail for delivery

Final-Recipient: rfc822;embras@embras.net
 Action: delivered
 Status: 2.0.0
 Diagnostic-Code: smtp; 250 2.0.0 OK 1754315913
 ada2fe7eead31-4fc0d166ef2sil076511137.29 - gsmtip

Assunto **Aviso de entrega: Solicitação de Proposta Comercial – Sistema Integrado de Gestão Pública**
De <noreply@supramail.com.br>
Para <compras@cataguases.mg.gov.br>
Data 12-08-2025 15:38



Os seguintes destinatários receberam a mensagem:

comercial@sonner.com.br

Reporting-MTA: dns; supramail.com.br
Arrival-Date: Tue, 12 Aug 2025 15:38:07 -0300

Final-Recipient: rfc822;comercial@sonner.com.br
Action: delivered
Status: 2.0.0
Diagnostic-Code: smtp; 250 2.0.0 OK 1755023859
71dfb90a1353d-539b01a1a74si2041498e0c.15 - gsmtip

Assunto **Erro de entrega: Solicitação de Proposta Comercial – Sistema Integrado de Gestão Pública**
 De <noreply@supramail.com.br>
 Para <compras@cataguases.mg.gov.br>
 Data 29-07-2025 15:18



A mensagem Solicitação de Proposta Comercial – Sistema Integrado de Gestão Pública enviada em 29/07/2025 às 15:18:01 não pôde ser entregue para todos os destinatários.

Os seguintes destinatários não puderam receber a mensagem:

comercial@pilaristemas.com 500 No MX record found for the domain

Os seguintes destinatários receberam a mensagem:

delta@deltainf.com.br
comercial@abase.com.br
contato@smarapd.com.br
marketing@agili.com.br
contato@publitechsistemas.com.br
contato@hlh.com.br
contato@elotech.com.br
atendimento@memory.com.br
negocios@agili.com.br
contato@publicenter.com.br
vendas@digifred.com.br
comercial@cittainformatica.com.br

Reporting-MTA: dns; supramail.com.br
 Arrival-Date: Tue, 29 Jul 2025 15:18:01 -0300

Final-Recipient: rfc822;contato@elotech.com.br
 Action: delivered
 Status: 2.0.0
 Diagnostic-Code: smtp; 250 2.0.0 OK 1753813133
 71dfb90a1353d-538e53de964si1257894e0c.94 - gsmtip

Final-Recipient: rfc822;contato@publitechsistemas.com.br
 Action: delivered
 Status: 2.0.0
 Diagnostic-Code: smtp; 250 2.0.0 OK 1753813148
 71dfb90a1353d-538e282f302si1427667e0c.101 - gsmtip

Final-Recipient: rfc822;contato@hlh.com.br
 Action: delivered
 Status: 2.0.0
 Diagnostic-Code: smtp; 250 2.0.0 OK 1753813133
 71dfb90a1353d-538e2a0e0a2si1391755e0c.292 - gsmtip

Final-Recipient: rfc822;atendimento@memory.com.br
 Action: delivered
 Status: 2.0.0
 Diagnostic-Code: smtp; 250 2.6.0 <atendimento@memory.com.br>
 [InternalId=99278169056769, Hostname=SCYPR80MB6907.lamprd80.prod.outlook.com]
 21753 bytes in 0.799, 26.561 KB/sec Queued mail for delivery

Final-Recipient: rfc822;contato@smarapd.com.br
 Action: delivered
 Status: 2.0.0
 Diagnostic-Code: smtp; 250 2.6.0 <contato@smarapd.com.br>
 [InternalId=49387828948811, Hostname=CPUP152MB5333.LAMP152.PROD.OUTLOOK.COM]
 21584 bytes in 0.593, 35.494 KB/sec Queued mail for delivery

Final-Recipient: rfc822;delta@deltainf.com.br
 Action: delivered
 Status: 2.0.0

Diagnostic-Code: smtp; 250 2.6.0 <delta@deltainf.com.br>
 [InternalId=66211215849649, Hostname=CPWP152MB6615.LAMP152.PROD.OUTLOOK.COM]
 21549 bytes in 0.695, 30.251 KB/sec Queued mail for delivery

Final-Recipient: rfc822;vendas@digifred.com.br
 Action: delivered
 Status: 2.0.0
 Diagnostic-Code: smtp; 250 2.0.0 OK 1753813133
 ada2fe7eead31-4fa46e78a84si963805137.783 - gsmtip

Final-Recipient: rfc822;comercial@pilaristemas.com
 Action: failed
 Status: 5.0.0
 Diagnostic-Code: smtp; 500 No MX record found for the domain

Final-Recipient: rfc822;comercial@abase.com.br
 Action: delivered
 Status: 2.0.0
 Diagnostic-Code: smtp; 250 2.0.0 OK 1753813133
 ale0cc1a2514c-88bb3fdceabsi709326241.200 - gsmtip

Final-Recipient: rfc822;contato@publicenter.com.br
 Action: delivered
 Status: 2.0.0
 Diagnostic-Code: smtp; 250 2.0.0 Ok: queued as 4bs3Wf38p8z2J

Final-Recipient: rfc822;comercial@cittainformatica.com.br
 Action: delivered
 Status: 2.0.0
 Diagnostic-Code: smtp; 250 OK id=1ugoul-00000001lgJ-2a6s

Final-Recipient: rfc822;negocios@agili.com.br
 Action: delivered
 Status: 2.0.0
 Diagnostic-Code: smtp; 250 2.0.0 Ok: queued as 4bs3Wf4NNczlp

Final-Recipient: rfc822;marketing@agili.com.br
 Action: delivered
 Status: 2.0.0
 Diagnostic-Code: smtp; 250 2.0.0 Ok: queued as 4bs3Wf4NNczlp

Consulta de Contratos

Contrato:	473/2023	Modalidade:	PE - PREGÃO ELETRÔNICO - 1
Início:	15/12/2023	Vigência:	14/12/2025
Fornecedor:	J BRASIL SISTEMAS LTDA [12.973.722/0001-01]		
Data da assinatura:	08/12/2023	Processo:	130/2023
Valor inicial:	3.092.800,00	Total de aditivos:	6.439.035,51
Descrição:	SERVIÇOS	Valor inicial + Aditivos:	3.222.755,51
Situação:	Ativo	Categoria:	Contrato de Serviços
Objeto:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS TÉCNICOS PARA IMPLANTAR E LICENCIAR O USO DE SISTEMAS DE TECNOLOGIA INTEGRADOS.		
Processo licitatório:	162/2023		

AditamentosPublicaçõesEmpenhosItens do contratoGestores/Fiscais

Item	Descrição	Valor	Quantidade	Total
5	SERVICOS DE SUPORTE E ACOMPANHAMENTO DOS USUARIOS, COM PRESENCIA CONTINUA DE 5 (CINCO) TECNICOS RESIDENTES PARA ATENDIMENTO DE FORMA PRESENCIAL	29.400,00	12,00	352.800
6	SERVICO DE IMPLANTACAO DO SISTEMA	15.000,00	1,00	15.000
4	SERVICOS DE CONVERSÃO DE DADOS E PARAMETRIZACAO DE SISTEMAS.	25.000,00	1,00	25.000
3	SERVICOS DE TREINAMENTO DURANTE IMPLANTACAO E RECICLAGEM NO PERÍODO POSTERIOR (SEM LIMITE DE PARTICIPACAO) DE SERVIDORES	120,00	1.000,00	120.000
2	PROVIMENTO DE HOSPEDAGEM EM NUVEM COM PROCESSAMENTO, SEGURANÇA E BACKUP DIÁRIO	23.000,00	12,00	276.000
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO E LICENCIAMENTO DE SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO PÚBLICA COM SERVIÇOS DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM PARA ATENDER AS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU, ABRANGENDO OS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, LICENCIAMENTO, CONVERSÃO DE DADOS, PARAMETRIZAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS PRÉ-EXISTENTES, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E EVOLUTIVA, SUPORTE TÉCNICO LOCAL, TREINAMENTO E ACOMPANHAMENTO DURANTE O PERÍODO CONTRATUAL, E QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DO SIAFIC - SISTEMA ÚNICO E INTEGRADO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE EM UM MESMO AMBIENTE VIRTUAL ADVINDO PELO DECRETO FEDERAL Nº 10.540/2020, ASSIM COMO AS LEIS QUE IMPÕE A ESTE MUNICÍPIO	192.000,00	12,00	2.304.000



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MINAS GERAIS
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPRIMENTOS

FLS	

CONTRATO Nº 473/2023

Contrato de prestação de serviço que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE PARACATU**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA** e a Empresa **J BRASIL SISTEMA LTDA.**

Contrato originário da licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2023** para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO E LICENCIAMENTO DE SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO PÚBLICA COM SERVIÇOS DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM PARA ATENDER AS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU, ABRANGENDO OS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, LICENCIAMENTO, CONVERSÃO DE DADOS, PARAMETRIZAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS PRÉ-EXISTENTES, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E EVOLUTIVA, SUPORTE TÉCNICO LOCAL, TREINAMENTO E ACOMPANHAMENTO DURANTE O PERÍODO CONTRATUAL, E QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DO SIAFIC – SISTEMA ÚNICO E INTEGRADO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE EM UM MESMO AMBIENTE VIRTUAL ADVINDO PELO DECRETO FEDERAL Nº 10.540/2020, ASSIM COMO AS LEIS QUE IMPÕE A ESTE MUNICÍPIO CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.**

Este contrato será regido pela Lei Federal Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, com suas alterações posteriores.

Cláusula Primeira – DAS PARTES:

CONTRATANTE:

Órgão ou Entidade: MUNICÍPIO DE PARACATU.

Endereço: Avenida São João Paulo II, nº 2.045, Bairro: Paracatuzinho, Paracatu-MG.

CEP: 38.603-401.

CNPJ: 18.278.051/0001-45.

Representante Legal: Pela Secretaria Municipal de Gestão Pública o Sr. **MAIKON ANTONIO FREITAS**, brasileiro, solteiro, administrador, residente e domiciliado na Rua Alameda das Orquídeas, 331, Cidade Jardim – Paracatu (MG), portador da Carteira de Identidade nº MG-21.983.138 SSP/MG e CPF nº 003.068.671-76;

CONTRATADA:

Razão Social: J BRASIL SISTEMAS LTDA.

Endereço: Avenida Rondon Pacheco, nº 635, Sala 409, Bairro: Tabajaras, Uberlândia/MG,
CEP: 38.400-242.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MINAS GERAIS
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPRIMENTOS

FLS	

CNPJ: 12.973.722/0001-01.

Representante Legal: Neste ato representado pelo Sr. **JADERSON PEREIRA TAVARES**, brasileiro, empresário, casado, portador da carteira de identidade nº M-1.623-500 SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 039.951.168-76, residente e domiciliado a Rua Carioca, nº 2.005, Condomínio Reserva do Vale-RV 06, Casa nº 900, Bairro: Morada da Colina, Uberlândia-MG, CEP: 38.411-151.

Cláusula Segunda – DO OBJETO:

2.1. Este contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO E LICENCIAMENTO DE SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO PÚBLICA COM SERVIÇOS DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM PARA ATENDER AS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU, ABRANGENDO OS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, LICENCIAMENTO, CONVERSÃO DE DADOS, PARAMETRIZAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS PRÉ-EXISTENTES, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E EVOLUTIVA, SUPORTE TÉCNICO LOCAL, TREINAMENTO E ACOMPANHAMENTO DURANTE O PERÍODO CONTRATUAL, E QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DO SIAFIC – SISTEMA ÚNICO E INTEGRADO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE EM UM MESMO AMBIENTE VIRTUAL ADVINDO PELO DECRETO FEDERAL Nº 10.540/2020, ASSIM COMO AS LEIS QUE IMPÕE A ESTE MUNICÍPIO CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA**, de acordo com as especificações e detalhamentos do **ANEXO I do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2023** que, juntamente com a proposta da **CONTRATADA**, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

Cláusula Terceira – DO PREÇO:

3.1. O preço global do presente contrato é de **R\$ 3.092.800,00 (Três Milhões, Noventa e Dois Mil e Oitocentos Reals)** no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta da **CONTRATADA**, sendo o(s) seguinte(s) preço(s) unitário(s) por **Item**.

Cláusula Quarta - DO LOCAL E DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

4.1. A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto descrito no Anexo I do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2023**:

4.1. O município de Paracatu possui alguns sistemas em produção que estão elencados a procedimentos internos de gestão e administração de diversos setores. Os dados que compõem esta base de informações deverão ser convertidos para a nova Estrutura de Dados proposta pelo licitante que seja o vencedor do certame. O município de Paracatu não permitirá o layout dos dados e a **CONTRATADA** deverá fazer a conversão de dados à partir do banco de dados fornecidos e deverá utilizar o processo de engenharia reversa para identificar os dados e processar a importação. O município de Paracatu não possui o layout do banco de dados, razão pela qual a **CONTRATADA** deverá realizar engenharia reversa para descobrir a estrutura dos dados dos sistemas utilizados, e realizar todo o processo de conversão de dados nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência. A fim de atingir os objetivos descritos neste termo de referência, a **CONTRATADA** deverá executar a migração e conversão dos dados existentes em meio magnético, com posterior conferência, validação e consistência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MINAS GERAIS
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPRIMENTOS

FLS	

4.2. A CONTRATADA deverá agir diretamente no processo de implantação e capacitação, para garantir à equipe local a autonomia necessária para a manutenção e amplitude do uso da tecnologia no município de Paracatu.

4.3. O município de Paracatu através da empresa atualmente em vigência responsável pelo sistema deverá fornecer todos os dados a serem convertidos. Caso os dados fornecidos não estejam em meio digital, ou haja problemas na manipulação dos dados já existentes neste meio, a empresa **CONTRATADA** promoverá o processo de digitação das informações para o novo sistema a ser implantado.

4.4. DADOS MINIMOS A SEREM CONVERTIDOS CONFORME A ATUAÇÃO DE CADA UMA DAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DESTE TERMO DE REFERÊNCIA: Agricultura; Almoxarifado; Assistência Social; Atendimento ao Cidadão; Aprovação de Projetos; Arrecadação Tributária; Bibliotecas; Cemitério; Compras; Contabilidade e Tesouraria; Controle Interno; Contratos e Convênios; Educação; Fiscalização; Frotas; Gabinetes, Leis Municipais; Licitação e Contratos; Medicina e Segurança do Trabalho; Nota Fiscal Eletrônica; Obras, Ouvidoria, Orçamento; Patrimônio Público; Processos Judiciais; Portal da Transparência; Protocolo e fluxos; Recursos Humanos; Saúde;

4.5. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

4.5.1. 1ª etapa: Implantação e Instalação dos sistemas contratados.

A implantação de um sistema abrange uma análise minuciosa do ambiente em que ele será executado, abrangendo diversos fatores cruciais para o seu desempenho e integração. Isso inclui a avaliação dos requisitos de hardware, garantindo que a infraestrutura disponível atenda às demandas do sistema e possa suportar o processamento necessário. A compatibilidade com o software existente também é avaliada, visando evitar conflitos e assegurar uma integração harmoniosa. As análises sobre o ambiente em nuvem, garantindo a conectividade e a comunicação adequada do sistema com outros dispositivos ou serviços. Assim como realizado a análise de dimensionamento, sendo esse outro aspecto essencial, no qual se determina a capacidade do sistema em lidar com diferentes volumes de dados ou usuários simultâneos. Além disso, são realizados testes de carga para avaliar o comportamento do sistema sob condições de uso intenso e garantir sua estabilidade. Portanto, a implantação vai muito além da instalação básica, envolvendo uma abordagem holística para garantir que o sistema não apenas funcione, mas também opere de maneira eficiente, confiável e integrada no ambiente em que será utilizado. Sendo este iniciado:

- a) Imediatamente após a assinatura do contrato, após emissão do Termo de Licença de Uso;
- b) Realizado a Análise da implantação e Instalação/configuração das versões Server dos sistemas nos servidores no data center da **CONTRATADA** em nuvem em servidor de alta disponibilidade;
- c) Instalação/configuração do ambiente de trabalho do município de Paracatu, quanto ao sistema de Administração Pública no data center em nuvem da **CONTRATADA**.

4.5.2. 2ª etapa: Licenciamento das versões server do sistema.

4.5.3. 3ª etapa: Conversão/migração, conferência/validação total da base de dados para o novo sistema:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MINAS GERAIS
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPRIMENTOS

FLS	

a) Conversão e migração total dos dados existentes para a base de dados do novo sistema, seguida de conferência e consistência dos dados, no período não superior a 60 (sessenta) dias corridos após a respectiva emissão da ordem de serviços;

b) Desenvolvimento da metodologia para a complementação da base de dados com novos elementos, constantes em documentos impressos, a serem disponibilizados pela equipe ao município de Paracatu e digitados pela **CONTRATADA**;

c) Capacitação da equipe técnica do município de Paracatu para assimilar, de forma correta, o novo modelo de sistema a ser implantado e metodologia desenvolvida.

4.5.4. 4ª etapa: Locação e Manutenção mensal do sistema em atendimento as Leis Municipais/Estaduais e Federais e decretos que o município esteja incumbido, assim como manutenção preventiva, corretiva, evolutiva do Sistema de Administração Pública, composto dos módulos mínimos a serem instalados a seguir:

4.5.5. Prefeitura Municipal de Paracatu

Almoxarifado; Administração Financeira e Controle; Agricultura; Aplicativos para o Cidadão nas versões Android e Apple; Aplicativos para os usuários de Sistema nas versões Android e Apple; Aprovação de Projetos; Arrecadação Tributária; Assistência Social; Atendimento ao Cidadão; BI – Gestão Estratégica; Bibliotecas; Cemitérios; Compras; Contabilidade e Tesouraria; Contratos e Convênios; Controle Interno; Educação; Fiscalização; Frotas; Gabinete; Guarda Municipal, Leis Municipais; Licitações; Medicina e Segurança do Trabalho; Nota Fiscal Eletrônica; Obras; Orçamento; Ouvidoria; Patrimônio; Portal da Transparência; Processos Judiciais; Protocolo e Gestão de Documentos; Recursos Humanos e Folha de Pagamento; Saúde; Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária.

Câmara Municipal de Paracatu

- Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle

4.5.5. Preserv – Instituto de Previdência Social dos Servidores de Paracatu

- Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle.

4.5.5. Casa de Cultura de Paracatu

- Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle.

4.5.5.1. 5ª etapa: Treinamento dos servidores do município de Paracatu no uso do sistema:

Os treinamentos e capacitações deverão ser reconhecidos como oficiais e apresentar resultados práticos dos conhecimentos adquiridos pelos servidores treinados, medido através de um teste de avaliação aplicado pela **CONTRATADA** com posterior certificação, cujo conteúdo ministrado será a correta utilização do sistema para a entrada de dados, consulta, processamento e emitir relatórios;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MINAS GERAIS
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPRIMENTOS

FLS	

4.5.5.2. Devido à alta rotatividade de servidores, assim como as convocações de candidatos aprovados no último concurso, define-se quantidade máxima para 1000 horas de treinamentos divididos nos seguintes órgãos legislativos, executivos e autarquias: (ou seja treinamento quase ilimitado e sob solicitações)

- **Prefeitura Municipal de Paracatu;**
- **Câmara Municipal de Paracatu – (FUNCIONALIDADES EM ATENDIMENTO AO SIAFIC);**
- **Preserv de Paracatu – (FUNCIONALIDADES EM ATENDIMENTO AO SIAFIC);**
- **Casa de Cultura de Paracatu – (FUNCIONALIDADES EM ATENDIMENTO AO SIAFIC);**

4.5.5.3. Os treinamentos das equipes de servidores do município de Paracatu deverão obedecer aos seguintes critérios:

- a) A **CONTRATADA** deverá apresentar o Plano de Treinamento para a Equipe de implantação, abrangendo os níveis técnicos e funcionais;
- b) A **CONTRATADA** deverá apresentar o Plano de Treinamento para os usuários finais, abrangendo os níveis funcionais e gerenciais;

4.5.5.4. Os Treinamento deverão conter os seguintes requisitos mínimos:

- a) Nome e objetivo de cada módulo de treinamento;
- b) Público alvo;
- c) Conteúdo Programático;
- d) Conjunto de Material a ser distribuído em cada treinamento, incluindo apostilas, documentação técnica, etc.;
- e) Carga horária de cada módulo de treinamento;
- f) Processo de Avaliação de aprendizado;
- g) Recursos necessários no processo de treinamento (equipamentos, sistema, filmes, slides, livros, fotos, etc.).

4.5.5.5 Todos os treinamentos deverão ser realizados no município de Paracatu.

4.5.5.5.1. Caso não seja possível realizar o (s) treinamento (s) no município de Paracatu ou em local diverso do concedido pelo município de Paracatu, a empresa deverá apresentar justificativa oficial junto ao gestor do contrato, que será o órgão competente para deliberar sobre a questão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MINAS GERAIS
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPRIMENTOS

FLS	

4.5.5.6. Nos casos em que os treinamentos forem realizados fora do local concedido pelo município de Paracatu, todas as despesas com o transporte dos servidores e locação de espaço deverão ser custeadas pela empresa **CONTRATADA**.

4.5.5.7. Caberá à **CONTRATANTE** o fornecimento de mobiliário e equipamentos de informática, bem como salas adequadas à realização dos treinamentos, quando os mesmos forem realizados nas instalações concedidas pelo município de Paracatu.

4.5.5.8. A **CONTRATANTE** deverá permitir, no mínimo, um microcomputador para cada dois participantes e uma impressora para testes de relatórios, para cada sala de treinamento.

4.5.5.9. A realização dos treinamentos deverá obedecer às seguintes condições:

4.5.5.9.1. As datas para início do treinamento para cada módulo deverão obedecer ao estipulado no Cronograma de Implantação, ou seja, o treinamento tem que ser concomitante à implantação dos módulos;

4.5.5.9.2. As turmas deverão ser dimensionadas por módulo, sendo que cada turma não poderá ter mais que 12 (doze) participantes salvo em casos autorizado pelo ministrador e apenas ao ser solicitado pela prefeitura.

4.5.5.9.3. O treinamento e o respectivo material didático, um por participante, deverão ser em idioma português;

4.5.5.9.4. O curso de utilização e operação dos módulos licitados deverá possuir carga horária mínima de 4 (quatro) horas por turma;

4.5.5.10. Os cursos de administração e suporte das aplicações para a formação de técnicos sobre a utilização das funções dos módulos deverão ter carga horária mínima de 08 (oito) horas por turma para capacitação e o perfeito conhecimento de aplicação, principalmente na sua parametrização e nos recursos oferecidos por funções.

4.5.5.11. O treinamento para o nível técnico deverá abranger todos os módulos implantados.

4.5.5.12. A **CONTRATANTE** resguardar-se o direito de acompanhar, adequar e avaliar o treinamento contratado com instrumentos próprios, sendo que, se o treinamento for julgado insuficiente, a **CONTRATADA** deverá ministrar reforço sem ônus adicional para o município de Paracatu.

4.5.5.13. Sempre que solicitado pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá providenciar alterações no programa de treinamento, incluindo recursos, instrutores, conteúdo, etc.

4.5.5.14. Após a conclusão do treinamento, cada servidor deverá preencher um formulário de avaliação do curso/capacitação onde constará o grau de satisfação do usuário com o treinamento, com conteúdo, bem como informação se atendeu ou não as suas expectativas, servindo este documento para fins de avaliação do treinamento pela administração, sem prejuízo de outros critérios de avaliação que a **CONTRATANTE** possa adotar.

4.5.5.15. As despesas relativas à participação dos instrutores e de pessoal próprio, tais como hospedagem, transporte, diária, etc., serão de responsabilidade da **CONTRATADA**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MINAS GERAIS
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPRIMENTOS

FLS	

4.5.5.16. A **CONTRATADA** deverá fornecer Certificação aos participantes que tiverem comparecido a mais de 70% das atividades de cada curso e/ou treinamento/capacitação, contendo ainda no referido certificado a sua nota e aproveitamento obtidos nos testes e avaliações realizadas.

4.5.6. 6ª etapa: Serviços de Computação em Nuvem:

a) Validação dos sistemas instalados, banco de dados disponíveis para utilização por parte dos usuários durante o processo de validação dos dados e no uso dos sistemas durante a vigência contratual;

4.5.7. O município de Paracatu poderá manter equipes tanto da área de tecnologia quanto da área de conhecimento das regras de negócio para acompanhar os procedimentos que serão realizados, estando os mesmos com o dever e autoridade de fiscalizar e exigir o cumprimento de todos os itens aqui mencionados.

4.5.8. Finalizando cada etapa o município de Paracatu emitirá um termo de recebimento relatando e atestando de forma detalhada tudo o que foi realizado em tais intervalos de tempo.

4.6 SERVIÇOS EM NÚVEM

4.6.1 A **CONTRATADA** deverá dispor de Serviços de Computação em Nuvem para atender o município de Paracatu. A escolha de uma solução de computação em nuvem, segue não só uma tendência de avanço tecnológico, a exemplo de serviços privados, da Justiça Federal (e-Proc, PJe), Justiça Estadual, Tribunais de Contas, Receita Federal e demais órgãos e outros Municípios, como é focada no objetivo da escolha da proposta mais vantajosa preconizada na Lei de Licitações, seja na trilha da confiabilidade, operacionalidade bem como da economicidade pela desoneração com recursos das plataformas tradicionais locais.

4.6.2 A **CONTRATADA** deverá providenciar os recursos tecnológicos e humanos necessários à execução dos serviços de computação em nuvem, que incluem no mínimo as seguintes ações:

a. Gerenciamento proativo baseado em monitoramento 24x7 com registro e resolução de problemas durante o período contratado.

b. Implementação de mecanismo de detecção e resolução de incidentes no ambiente da solução.

c. Disponibilização de plataforma de gestão de serviços em nuvem capaz de realizar a orquestração dos serviços de computação dos provedores ofertados.

4.6.3 Esta contratação deve seguir as exigências das leis brasileiras, entre estas, a estreita observância aos ditames estabelecidos pela Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), em específico Garantir que os dados, metadados, informações e conhecimento, produzidos ou custodiados pela **CONTRATANTE**, bem como suas cópias de segurança, residam em território brasileiro, e deverá possuir replicação dos dados em um segundo datacenter em território brasileiro com distância mínima de 50 KM entre estes datacenters garantindo assim um disaster recovery.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MINAS GERAIS
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPRIMENTOS

FLS	

4.6.4 O objeto do termo de referência quanto aos Serviços de Computação em Nuvem é composto por um conjunto de serviços que envolvem Serviços Técnicos, Profissionais, Serviços Gerenciados e Suporte assim como tecnologias de provedores de nuvem, ferramentas e plataformas de vários fabricantes que juntos compõem os serviços de computação em nuvem objeto deste termo de referência.

4.6.5 Desta forma, será permitido que a **CONTRATADA**, caso não possua Datacenter próprio, poderá utilizar como apoio operacional, serviços contratados de Parceiros e Prestadores de Serviços que atuem diretamente na sustentação e operação dos serviços e soluções elencados a este item dessa contratação, uma vez que a **CONTRATADA** será a responsável e o único ponto de contato para o atendimento das solicitações da **CONTRATANTE**.

4.6.6 O serviço de gerenciamento e operação de recursos em nuvem 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salva guardados os casos de interrupções programadas, deverá ter a garantia de disponibilidade de no mínimo 99% (noventa e nove por cento). No caso de que qualquer interrupção do serviço a **CONTRATADA** deverá promover uma resolução em até 90 minutos e garantir no mínimo 90% de disponibilidade de gerenciamento em nuvem ao mês.

4.6.7 Garantir que os serviços de operação e gerenciamento dos recursos em nuvem sejam executados em conformidade aos requisitos técnicos e funcionais esperados cuja meta a cumprir é de 100% dos serviços disponíveis.

4.6.8 Descritivo dos Serviços de Computação em nuvem – Infraestrutura como Serviço (IaaS).

A **CONTRATADA** deverá permitir os recursos de (IaaS) infraestrutura computacional descritos, a seguir, por intermédio de pelo menos um dos provedores de serviços de computação em nuvem que deverá ter integralmente todos os serviços necessários exigidos neste termo de referência.

A **CONTRATADA** deverá apresentar uma composição de serviços que atenda na íntegra as condições a seguir:

4 Serviço de transmissão de dados de saída da rede, cuja origem é o datacenter do provedor de nuvem e o destino é a Internet ou a rede local do município de Paracatu, no caso de utilização de porta de conexão de fibra será considerada saída de rede o tráfego entre regiões;

5 A porta do provedor deverá estar localizada em território nacional, quando se tratar de conexão direta ao ambiente do município de Paracatu;

6 Todos os custos de conexão do município de Paracatu até a porta de conexão do provedor serão de responsabilidade do município de Paracatu;

7 Monitoramento das aplicações Web contra ataques usando um log em tempo real;

8 Serviço de backup (ou proteção) e restauração de dados na nuvem diariamente;

9 Alocação e gerenciamento automático e armazenamento de backup;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MINAS GERAIS
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPRIMENTOS

FLS	

- 10 Possibilite a transmissão segura e o armazenamento dos dados criptografados;
- 11 Possibilite a retenção e disponibilização dos backups durante a vigência do contrato;
- 12 Ofereça sistema de alertas para falhas no processo de backup, ou consistência dos arquivos;
- 13 O serviço de armazenamento de backup em nuvem, provê escala ilimitada e proporcionar alta disponibilidade, sem necessidade de manutenção ou sobrecarga de monitoramento.

4.7. Prazos para a prestação dos serviços

4.7.1. Todos os sistemas contratados deverão estar devidamente licenciados, instalados e funcionando perfeitamente em prazo não superior a 60 (sessenta) dias corridos após a respectiva emissão da ordem de serviços a ser expedida com o empenho competente e da assinatura do contrato a ser celebrado com o licitante vencedor do certame. Todos os documentos referidos serão disponibilizados concomitantemente.

4.7.2. Os serviços de instalação e migração serão iniciados em até **7 dias corridos** após recebido a AE, devendo os mesmos estarem concluídos em até **60 dias corridos** após o início de sua execução.

4.7.3. Conversão/migração total dos dados existentes para a base de dados do novo sistema, seguida de conferência e consistência dos dados deverá ser realizada no período não superior a 60 (sessenta) dias corridos após a respectiva emissão da ordem de serviço, sendo a análise, conversão e migração concomitantemente ao prazo dos serviços de instalação.

4.7.4 Os serviços de conversão de dados, instalação dos sistemas e treinamento das equipes do funcionalismo municipal que estarão envolvidas no uso contínuo da solução, bem como, os demais serviços correlatos para a entrada em produção do sistema integrado que se contrata no presente certame deverão ocorrer paralelamente.

4.7.5. Os serviços aqui referidos deverão ser prestados no prazo mencionado no item **4.7.1** do termo de referência em virtude de representarem serviços de natureza essencial e, portanto, de uso permanente e urgente para o município de Paracatu.

4.7.6. Os serviços de treinamentos deverão ocorrer sempre que solicitado pela equipe de TI da Prefeitura e somente mediante abertura de chamados/registros.

4.8. Contingência e Disponibilidade

4.8.1. O sistema não poderá ficar indisponível por mais de 24 (vinte e quatro) horas;

4.8.1.1. Em caso de situações excepcionais onde houver a indisponibilidade do sistema acima do prazo previsto no item **4.8.1** do termo de referência, a empresa **CONTRATADA** deverá apresentar justificativa ao gestor do contrato que poderá ou não aceitá-la, principalmente para fins de pagamento.

4.8.1.2. Em casos de paralisação do sistema a empresa deverá apresentar alternativas emergenciais para soluções dos problemas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MINAS GERAIS
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPRIMENTOS

FLS	

4.8.2. Não deverão ser realizadas alterações no sistema em horário de expediente salvo em casos autorizados pela Prefeitura.

4.8.3. O município de Paracatu deverá estabelecer em conjunto com a empresa **CONTRATADA**, os horários em que serão realizadas as atualizações e/ ou manutenções do sistema.

4.8.4. Toda manutenção (inclusão, alteração, correção, etc.) deverá ser testada em **ambiente de homologação**, sendo que só será transferida para a área de produção mediante aceite dos envolvidos;

4.8.5. O sistema proposto deverá estar em conformidade com o parque computacional município de Paracatu, não sendo permitida a troca do parque e nem mudança dos atuais servidores de dados e computadores utilizados pelo Setor de Informática.

4.8.6. A **CONTRATADA** deverá permitir e disponibilizar, ao fim do contrato, todos os dados e informações que estiverem dentro do banco de dados do sistema.

4.8.7. Estabelece-se que os serviços deverão atender a um Acordo de Nível de Serviços – SLA (Service Level Agreement) de modo a oferecer disponibilidade por 24 (vinte e quatro) horas por dia, os 7 (sete) dias da semana, com garantia de funcionamento de 97,5% no mês.

4.8.8 Caso a disponibilidade mensal seja inferior a 97,5% a **CONTRATADA** deverá conceder descontos em caráter compensatório sobre o valor mensal devido pelo **CONTRATANTE**, observadas as exceções, da seguinte fórmula:

$$VD = n. (VM / HM)$$

Onde:

VD = Valor do desconto em R\$;

VM = Valor total mensal do serviço em R\$; HM = Total de horas no mês;

n. = Número em horas inteiras excedentes ao garantido pela SLA;

4.8.9 Constituem exceções ao SLA:

a) Caso de força maior;

b) Operação inadequada, falha ou mau funcionamento de equipamentos ou sistemas que não sejam de responsabilidade ou de controle direto da **CONTRATADA**;

4.9 Especificações Técnicas Dos Módulos

Os módulos deverão atender 100% (cem por cento) das características a seguir especificados no item 4.9.1 do termo de referência e ser executados com base nos parâmetros obrigatórios estabelecidos sob pena de desclassificação do licitante, sendo elas:

4.9.1. Descrição das Características Obrigatórias Exigidas



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MINAS GERAIS
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPRIMENTOS

FLS	

4.9.1.1. O Sistema deverá ser fornecido através de um sistema único, ou através de módulos, ou através de funcionalidades de sistemas interoperáveis desde que cumpra os requisitos de integração na sua totalidade e disponibilidade de funções, para os muitos setores do município de Paracatu que utilizarão o sistema, e em total obediência ao requerido no presente termo e leis que o município esteja enquadrado e seus anexos, e em especial, rigorosa obediência ao que descreve este presente termo de referência com todas as suas funções e seus requisitos.

4.9.1.2. O Banco de Dados deverá ser único(a) e estar residente num servidor de dados em data center de alta performance e os usuários na sua totalidade do sistema deverão inserir e extrair dados deste banco de dados de modo on-line. Ou seja, após uma inclusão, alteração ou exclusão de um registro qualquer, instantaneamente, qualquer outro usuário ao acessar o mesmo registro deverá visualizá-lo com a modificação ocorrida. A única exceção permitida é quanto ao banco de dados do Sistema de NF Eletrônica. As informações deste banco de dados hospedado em data center necessárias ao perfeito funcionamento dos demais que compõem este Termo de Referência, deverão ser sincronizadas de forma automática;

4.9.1.3. Usuários deverão ter acesso on-line às informações do Banco de Dados somente a partir da aplicação ou sistema;

4.9.1.4. A segurança dos dados deverá ser implementada via sistema aplicativo, dispensando o uso de ferramentas do banco para controle de acesso;

4.9.1.5. Poderá ser ofertado sistema híbrido, ou seja: Parte do sistema poderá ser desktop e parte poderá ser Web, desde que a base de dados utilizada seja exatamente a mesma. Não se admite, neste caso, sincronização de dados em ambientes diferentes. A única exceção a esta regra se dará para o Módulo de emissão de nfs-e e seus respectivos controles, considerando a exigência de que esta esteja hospedada em "datacenter", em virtude da altíssima disponibilidade demandada para este serviço todas as demais funções a serem contratados, sejam eles web ou desktop, deverão utilizar a mesmíssima "base de dados" a ser disponibilizada em data center. O datacenter deverá estar localizado em servidor na nuvem de alta disponibilidade.

4.9.1.6. Deverá haver padronização das interfaces de usuário final, permitindo que haja diferença entre elas apenas para o tipo de tecnologia utilizada (Web e Desktop), excetuando-se interfaces de eventuais funcionalidades de configurações de ambientes ou do próprio sistema. Contudo, no mínimo quanto à tela de acesso principal do sistema, posição dos botões que representem interação com o banco de dados e funcionalidades de navegação deverá haver padronização para o sistema seja qual for o modelo ofertados. Quando existirem ambientes híbridos deverá existir padronização para cada um dos ambientes quanto à tela de acesso principal do sistema, posição dos botões que representem interação com o banco de dados e funcionalidades de navegação.

4.9.1.7. Quando forem ofertados sistemas híbridos desde que autorizado pela Prefeitura, os sistemas na tecnologia desktop deverão obrigatoriamente ser acessados à partir de navegadores disponíveis no mínimo em Firefox, Google Chrome e Internet Edge, a partir de acesso aos sistemas web através de acesso via RDP.

4.9.1.8. O sistema deverá ser executado em ambiente multiusuário, ou seja: Possibilitar a utilização simultânea por vários usuários.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MINAS GERAIS
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPRIMENTOS

FLS	

4.9.1.9. O sistema deverá ser multiexercícios, ou seja, Possibilitar que um usuário acesse as informações de exercícios diferentes. Esta funcionalidade deve Possibilitar o acesso a dados de quaisquer exercícios sem a necessidade de sair do sistema, sendo vetada a utilização, de mais de um arquivo executável por módulo de sistema, quando este existir.

4.9.1.10. O sistema deverá Possibilitar a criação de favoritos para tarefas e telas que o usuário desejar, visando reduzir navegação nos menus das aplicações ofertadas.

4.9.1.11. O sistema deverá Possibilitar emitir relatórios com opção de campos para assinatura no final, definidos pelo usuário.

4.9.1.12. O sistema deverá Possibilitar emitir relatórios com a possibilidade de personalização de layout e impressão de brasões, definidos pelo usuário.

4.9.1.13. O sistema deverá Possibilitar a geração e impressão de todos os relatórios em impressoras a laser e/ou jato de tinta, arquivo para transporte (docs, emissão em outro local) e em tela.

4.9.1.14. O sistema deverá Possibilitar que os relatórios sejam salvos, no mínimo nos formatos RTF ou CSV ou PDF.

4.9.1.15. O sistema deverá Possibilitar que os relatórios tenham recurso de encaminhamento, via e- mail, diretamente a partir da tela de visualização ou de geração dos mesmos.

4.9.1.16. O sistema deverá Possibilitar que os relatórios tenham recurso de acesso ao gerador (designer) por parte dos usuários de forma que os mesmos possam realizar mudanças no layout conforme o seu interesse. Também deverá ser possível restaurar modelos padrões em caso de necessidade do usuário.

4.9.1.17. O sistema deverá possuir histórico (log) de todas as operações efetuadas por usuário (alterações, exclusões, visualizações, dentre outros) permitindo sua consulta e impressão, para auditoria.

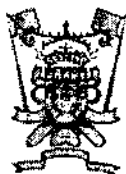
4.9.1.18. O sistema deverá possuir um conjunto de manuais de orientação indicando a funcionalidade e modo de operação das diversas telas. Tais manuais podem ser fornecidos através de documentos escritos, ou interfaces de ajuda ou vídeo aulas.

4.9.1.19. O sistema deverá ter a possibilidade de ser operado por qualquer quantidade de usuários, ou seja, a quantidade de usuários deverá ser ilimitada.

4.9.1.20. O sistema não pode apresentar limitação quanto ao número de usuários simultâneos, ainda que na realização de uma mesma tarefa, ou seja, utilizando a mesma tela de operações com registros distintos, mantendo os dados totalmente integrados.

4.9.1.21. O sistema deverá ser acessado com uma única senha por usuário, ou seja, ao cadastrar um usuário, seja qual for o modulo ofertado pelo proponente, este registro deverá possibilitar acesso a quaisquer funcionalidades do sistema a que o usuário tenha direito

4.9.1.22. O sistema deverá possibilitar que as senhas de acesso sejam solicitadas pelos usuários em interface específica e os gestores deverão ter uma interface de monitoramento em que possam liberar estes acessos. A forma de comunicação, além do próprio sistema e



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MINAS GERAIS
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPRIMENTOS

FLS	

respectivas interfaces, terá que possibilitar o encaminhamento de e-mails para os usuários solicitantes indicando as liberações conforme ocorram, e de acordo com os e-mails cadastrados para cada usuário.

4.9.1.23. O sistema deve ter interface para a criação de grupos de usuários com perfis definidos.

4.9.1.24. O sistema deve possibilitar o cadastramento de grupos de usuários, que tenham atribuições e direitos parecidos.

4.9.1.25. O sistema deverá Possibilitar que na formação de um grupo de usuários seja possível incluir várias funcionalidades, de qualquer área que utilizará o sistema, e os respectivos acessos esperados para cada um dos usuários, e ainda, ao nível de comandos possíveis no banco de dados como modificações, exclusões e visualizações.

4.9.1.26. No cadastramento de um usuário, terá que ser possível associá-lo a um grupo existente, herdando todas as características de segurança definidas para o grupo.

4.9.1.27. Deverá possibilitar especializar os direitos de acesso de um usuário, que esteja vinculado a qualquer grupo.

4.9.1.28. O sistema deverá prever a inclusão de usuários sem a prévia determinação de senha de acesso, sendo que a mesma será definida pelo próprio usuário, quando for acessar o sistema pela primeira vez.

4.9.1.29. Sempre que se optar por utilização de um ambiente de rede windows, com um Domínio estabelecido, o acesso ao sistema desktop deverá ter parametrização de modo que seja possível assumir os mesmos parâmetros de entrada no domínio, dispensando a necessidade de nova digitação de usuário e senha.

4.9.1.30. Deverá ser possível a um usuário trocar a senha de acesso aos sistemas sem depender de interferência dos responsáveis pelas áreas de Tecnologia da Informação. Esta troca deverá manter os históricos de acesso baseados no usuário e não na senha.

4.9.1.31. O sistema deverá possibilitar o cadastramento de todos os usuários desejados, possibilitando a indicação de direito de acesso a cada funcionalidade disponível.

4.9.1.32. Possibilitar a definição de acessos de usuários às funcionalidades do sistema ao nível de comandos possíveis no banco de dados: alterações, exclusões e visualizações.

4.9.1.33. O sistema deverá possuir um gerador de consultas que obedeça ao padrão SQL, próprio do sistema, para processos de pesquisas (exclusivamente consultas, nenhum tipo de permissão para alterações no Banco de Dados).

4.9.1.34. O sistema deverá possuir um gerador de consultas, de forma que possa ser utilizado para geração de resultados específicos, ou seja: novas consultas e relatórios não contratados pelo presente certame.

4.9.1.35. O sistema deverá possibilitar a busca de registros constantes nas tabelas da base de dados que se referem à auditoria, no mínimo por palavra, por intervalo de datas e por usuário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MINAS GERAIS
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPRIMENTOS

FLS	

4.9.1.36. O sistema deverá possuir ferramenta que permita, no mínimo, medir o seu nível de utilização quanto a quantidade de interações de inclusões, alterações, exclusões, consultas e relatórios impressos. Esta medição deverá ser possível, no mínimo, para as seguintes condições: Operações por usuário; Operações por sistema; Operações por lotações; Operações por tipo de operação, ou seja; inclusões, alterações, exclusões, consultas e relatórios impressos.

4.9.1.37. O sistema deverá operar com banco de dados compatível com o padrão SQL-ANSI (Structured Query Language – American National Standards Institute), devendo ser demonstrados em um mínimo de dois bancos de dados distintos, que obedeçam ao padrão exigido. Note-se que o sistema deverá ser executado em qualquer dos bancos de dados, o que Possibilitará ao MUNICÍPIO DE PARACATU em algum momento futuro, optar por outros Bancos de Dados, se assim o desejar, mantendo, contudo, o padrão SQLANSI, que melhor lhe convier.

4.9.1.38. Possibilitar que a ferramenta de realização e restauração de backup tenha opção para restaurações totais ou parciais, ou seja, possibilitar a inclusão de quaisquer tabelas para procedimentos de backup.

4.9.1.39. O sistema deverá conter ferramenta própria para a realização de backup e restauração de dados, em formato próprio, permitindo a conversão natural de plataformas de banco de dados, independentemente das ferramentas próprias do banco de dados. Para este item específico a demonstração deverá ser: Realização de um backup de qualquer uma das tabelas do SGBDR utilizado na demonstração com funcionalidade do próprio sistema proposto, e a mesma tabela deverá ser restaurada em outro banco de dados diferente do primeiro fabricante.

4.9.1.40. Possuir ferramenta para a definição de calendário do município de Paracatu a ser definido pelos usuários do sistema de forma que possam ser incluídos diversos eventos para cada dia.

4.9.1.41. Deverá haver disponibilidade de no mínimo 20 (vinte) gráficos em diferentes módulos do sistema que demonstrem uma visão gerencial dos dados movimentados.

4.9.1.42. Possibilitar emitir relatórios relativos aos acessos permitidos aos usuários, no mínimo com as alternativas abaixo:

- Usuários com acesso a uma determinada tela e as tarefas que lhe estão disponíveis;
- Conjunto de todos os acessos permitidos a um usuário em determinada área;
- Conjunto de todos os acessos permitidos a um perfil de usuários.

4.9.1.43. Possuir ferramenta que permita a abertura de chamados de suporte técnico a partir da interface do sistema, por parte dos usuários, de modo que os mesmos possam descrever os problemas existentes e os responsáveis possam acompanhar, em cada caso, as soluções para cada problema.

4.9.1.44. Possibilitar monitorar todas as etapas de resolução de um chamado de suporte técnico desde a sua abertura, cada resposta apresentada até o “de acordo” final por parte do usuário que realizou a abertura do chamado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MINAS GERAIS
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPRIMENTOS

FLS	

4.9.1.45. Possibilitar emitir relatórios estatísticos dos chamados criados pelos usuários do sistema contendo, no mínimo, a quantidade de chamados abertos, fechados e pendentes.

4.9.1.46. O Sistema de Recursos Humanos deverá estar integrado com o cadastramento de usuários a serem incluídos para acessar o sistema de forma que se um usuário do sistema for funcionário do município de Paracatu, o mesmo deverá ser associado a partir de sua matrícula (Código identificador do funcionário matrícula funcional);

4.9.1.47. O Sistema de Recursos Humanos deverá estar integrado ao Sistema de Orçamento de modo que seja possível associar contas de receitas e despesas, orçamentárias e extra orçamentárias, a eventos (proventos e retenções) de Folhas de Pagamentos.

4.9.1.48. O Sistema de Recursos humanos deverá estar integrado ao Sistema de Compras a fim de que na realização de qualquer solicitação de despesa por um usuário neste Sistema de Compras seja possível vincular a despesa à matrícula funcional do solicitante;

4.9.1.49. O Sistema de Recursos Humanos deverá estar integrado ao Sistema de Almoxarifado a fim de que na realização de qualquer retirada de material por um usuário neste Sistema de Almoxarifado seja possível vincular a retirada da matrícula funcional do usuário;

4.9.1.50. O Sistema de Contabilidade deverá estar integrado com o Sistema de Orçamento de modo que o orçamento, após sua aprovação pelo Poder Legislativo, possa ser incorporado e executado no Sistema de Contabilidade;

4.9.1.51. O Sistema de Contabilidade deverá estar integrado ao Sistema de Tributos de modo que toda receita própria possa ser contabilizada automaticamente, ou seja: Na baixa de arquivos bancários que indiquem contribuintes que pagaram seus tributos, é possível contemplar lançamentos correspondentes nas contas-correntes contábeis da receita, de modo que as receitas contábeis, orçamentárias e extra orçamentárias sejam devidamente movimentadas;

4.9.1.52. O Sistema de Contabilidade deverá estar integrado com o Sistema de Tributos de modo que na realização de pagamentos a um determinado fornecedor que esteja em débito, o Sistema de Contabilidade receba mensagem indicando a existência deste(s) débito(s);

4.9.1.53. O Sistema de Contabilidade deverá estar integrado com o Sistema de Tributos de modo que no pagamento de credores sejam contribuintes do Fisco Municipal, a retenção do issqn, implique na geração de guia de lançamento correspondente no Sistema de Tributos;

4.9.1.54. O Sistema de Contabilidade deverá estar integrado com o Sistema de Compras de modo que no cadastramento de um Empenho seja possível associá-lo a Autorização de Compra (ou pedido, ou autorização de fornecimento, ou ordens de fornecimento, ou equivalentes) e que nesta associação de dados mínimos de: Histórico de Empenho, Dotação Orçamentária, Valor do Empenho e Fornecedor estejam vinculados de forma automática ao mesmo;

4.9.1.55. O Sistema de Contabilidade deverá estar integrado ao Sistema de Licitação de modo que seja possível a realização de Reservas Orçamentárias no Sistema de Contabilidade a partir da inclusão de processos no Sistema de Licitação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MINAS GERAIS
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPRIMENTOS

FLS	

4.9.1.56. O Sistema de Contabilidade deverá estar integrado com o Sistema de Contratos de modo que convênios e contratos ao serem cadastrados sejam vinculados as respectivas fontes de recurso e correspondentes códigos de aplicação disponíveis no Sistema de Contabilidade;

4.9.1.57. O Sistema de Contabilidade deverá estar integrado com o Sistema de Almoxarifado de modo que seja possível identificar que determinado Empenho teve origem a partir de uma solicitação de mercadorias no Sistema de Almoxarifado;

4.9.1.58. O cadastramento de credores/fornecedores é um Cadastramento único para todos os módulos que dependam destes registros. Deverá ser demonstrado que ao menos os módulos de: Contabilidade, Recursos Humanos, Compras, Licitação, Almoxarifado, Contratos, Obras, Máquinas e Veículos, Patrimônio e Protocolo utilizam os mesmos registros cadastrados;

4.9.1.59. O Sistema de Compras deverá estar integrado com o Sistema de Almoxarifado de modo que materiais de consumo sejam cadastrados no Sistema de Almoxarifado e estejam disponíveis com os mesmos códigos, para serem utilizados em processos de compra.

4.9.1.60. O Sistema de Licitação deverá estar integrado com o Sistema de Almoxarifado de modo que materiais de consumo sejam cadastrados no Sistema de Almoxarifado e estejam disponíveis, com os mesmos códigos, para serem utilizados em processos de compra que sejam realizados nas diversas modalidades de licitação previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações;

4.9.1.61. O Sistema de Compras deverá estar integrado no Sistema de Patrimônio de modo que os bens patrimoniáveis sejam cadastrados no Sistema de Patrimônio e estejam disponíveis, com os mesmos códigos, para serem utilizados em processo de compra;

4.9.1.62. O Sistema de Licitação deverá estar integrado com o Sistema de Patrimônio de modo que bens patrimoniáveis sejam cadastrados no Sistema de Patrimônio e estejam disponíveis, com os mesmos códigos, para serem utilizados em processo de compra que sejam realizados nas diversas modalidades de licitação previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações;

4.9.1.63. O Sistema de Compras deverá estar integrado com o Sistema de Licitação de modo que os processos de compra cadastrados que devam ser licitados sejam associados a um determinado processo licitatório;

4.9.1.64. O Sistema de Patrimônio deverá estar integrado com o Sistema de Frotas de modo que máquinas e veículos utilizados estejam sempre vinculados ao código patrimonial;

4.9.1.65. O Sistema de patrimônio deverá estar integrado com o Sistema de Arrecadação Tributária de modo que no cadastramento de bens imóveis de propriedade do Município de Paracatu no Sistema de Patrimônio, seja possível associar o código imobiliário do mesmo imóvel disponível no Sistema de Tributos;

4.9.1.66. O Sistema de Obras deverá estar integrado com o Sistema de Almoxarifado de modo que materiais de consumo a serem utilizados em obras estejam disponíveis conforme cadastramentos realizados no sistema de Almoxarifado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MINAS GERAIS
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPRIMENTOS

FLS	

4.9.1.67. O Sistema de Obras deverá estar integrado com o Sistema de Licitação de modo que um processo licitatório possa ser vinculado a uma determinada obra;

4.9.1.68. O Sistema de Obras deverá estar integrado com o Sistema de Recursos Humanos de modo que funcionários cadastrados no Sistema de Recursos Humanos sejam vinculados a execução de obras no Sistema de Obras a partir de suas matrículas;

4.9.1.69. O Sistema de Contratos deverá estar integrado com o Sistema de Contabilidade de modo que no controle da execução de um contrato seja possível verificar os percentuais já empenhados, liquidados e pagos, relativos a um determinado contrato;

4.9.1.70. O Sistema de contratos deverá estar integrado com o Sistema de Compras de modo que um processo de compra com seus respectivos pedidos ou ordens de compra correspondentes sejam associados ao contrato firmado entre o município de Paracatu e o fornecedor contratado;

4.9.1.71. O Sistema de Máquinas e Veículos deverá estar integrado com o Sistema de Recursos Humanos de modo que os motoristas que dirijam veículos e máquinas do patrimônio municipal estejam associados à matrícula correspondente aos mesmos no Sistema de Recurso Humanos;

4.9.1.72. O Sistema de Protocolo deverá estar integrado com o Sistema de Recursos Humanos de modo que processos protocolizados tramitem pelos diversos setores do Governo Municipal, associados às matrículas do funcionalismo municipal.

4.9.1.73. O Sistema de Protocolo deverá estar integrado com o Sistema de Recursos Humanos de modo que a definição de trâmites de um processo possa utilizar os setores administrativos do município de Paracatu, determinados através da Lei do Organograma e cadastrados no Sistema de Recursos Humanos sem a replicação de dados, obedecendo assim o conceito de cadastramento único para estrutura administrativa do Governo Municipal;

4.9.1.74. O Sistema de execução deverá estar integrado com o Sistema de Tributos de modo que após o encerramento de cada ano-exercício da dívida ativa inscrita através do Sistema de Tributos possa ser executada a partir do Sistema de Execução que contém ferramenta própria para acompanhamento do trâmite do processo de execução no judiciário desde sua abertura até seu encerramento;

4.9.1.75. O Sistema de Cemitério deverá estar integrado com o Sistema de Tributos de modo que ao emitir quaisquer guias relativas a taxas relacionadas a sepultamentos as mesmas serão emitidas diretamente a partir do Sistema de Cemitérios com correspondente reflexo do Sistema de Tributos;

4.9.1.76. O Sistema de Protocolo deverá estar integrado com o Sistema de Tributos de modo que ao emitir quaisquer guias relativas as taxas relacionadas a protocolos as mesmas serão emitidas diretamente a partir do Sistema de Protocolo com correspondente reflexo no Sistema de Tributos;

4.9.1.77. O cumprimento das exigências da Lei de Transparência e Serviços via Internet para os Cidadãos deverá estar integrado com todas as funcionalidades dos Sistemas contratados neste certame, de forma que dados incluídos na base de dados única, possam ser disponibilizados online na internet.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MINAS GERAIS
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPRIMENTOS

FLS	

4.9.1.78. O cadastramento de pessoas físicas e jurídicas deverá ser um Cadastramento Único para todos que dependam destes registros. Deverá ser demonstrado, no mínimo, que os Módulos de: Contabilidade e Tesouraria, Compras, Almoxarifado, Licitações, Frotas/Veículos, Patrimônio, Recursos Humanos/Folha de Pagamentos, Arrecadação Tributária e Protocolo e Gestão de Documentos utilizam os mesmos registros cadastrados. Neste item, um novo cadastramento deverá ser inserido, na base de pessoas, e então, cada dos Módulos acima deverá acessar este novo registro.

4.9.1.79. Todos os endereços cadastrados para pessoas físicas e jurídicas deverão estar conectados às bases disponíveis no "Aplicativo Google Maps", ou outro que lhe seja equivalente (mas, também, de distribuição e acesso gratuito) de forma que da própria tela do sistema, na respectiva funcionalidade de endereço utilizada, seja possível a visualização da localização do referido endereço tanto nos mapas disponibilizados como também através das imagens captadas por satélites e distribuídas pelo aplicativo.

4.9.1.80. O sistema deverá possuir integração com o Google Forms de tal maneira que pesquisa de opinião inserida no sistema possa enviar e-mail para pessoas selecionadas, e que quando estas pesquisas forem respondidas pelo e-mail o seu resultado seja devolvido para o banco de dados de tal maneira que as respostas possam compor os índices de resultado da pesquisa.

4.9.1.81. Possibilitar a integração com plataforma OpenSource, que deverá ser acessado pelo Sistemas ofertados para monitoração das informações relacionadas ao ambiente de TI, afim de visualizar e analisar métricas por meio de gráficos através de dados de séries temporais do município de Paracatu, em tempo real, de:

- Uso de CPU
- Uso de memória RAM
- Carga do Sistema em CPU

4.9.1.82. Possibilitar a integração com plataforma OpenSource, que deverá ser acessado pelo Sistemas ofertados para monitoração das informações relacionadas ao ambiente de TI, afim de visualizar e analisar métricas por meio de gráficos através de dados de séries temporais do município de Paracatu, em tempo real, com no mínimo:

- Uso de SWAP
- Espaço de Disco em uso
- Tráfego de rede

4.9.1.83. Possibilitar a geração de arquivos de transferência nos casos cabíveis, e em conformidade com os padrões determinados pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, em conformidade com as Instruções Normativas e demais Regulamentos por ele fixados para todas as fases do Projeto SICOM.

4.9.1.84. REQUISITOS OBRIGATÓRIOS PARA SISTEMAS DESKTOP - DESCRITIVO

4.9.1.84.1. O sistema deverá ser desenvolvido em linguagem compilada sem runtime;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MINAS GERAIS
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPRIMENTOS

FLS	

4.9.1.84.2. Deverá haver padronização das interfaces no mínimo quanto à tela de acesso principal, posição dos botões que representem interação com o banco de dados e funcionalidades de navegação;

4.9.1.84.3. Possuir arquitetura cliente-servidor em, no mínimo, duas camadas (Two-layers);

4.9.1.84.4. Deverão trafegar pela rede somente dados selecionados, durante a execução de qualquer dos sistemas;

4.9.1.84.5. O sistema deverá Possibilitar associar imagem de interesse de gestores municipais para que esta imagem seja a imagem da tela principal de acesso ao sistema ofertado;

4.9.1.84.6. Os sistemas devem Possibilitar que um usuário sem nível de gerência no ambiente computacional acesse apenas seu registro de operações realizadas e de nenhum outro usuário, ou seja, o usuário poderá somente visualizar as suas inclusões, alterações e exclusões efetuadas sem possibilidade de alteração deste registro de operações;

4.9.1.85. REQUISITOS OBRIGATÓRIOS PARA SISTEMAS WEB - DESCRITIVO

4.9.1.85.1. O sistema deverá ser acessado por navegadores (browsers) atuais de mercado. No mínimo: Microsoft Edge, Mozilla-Firefox, Google Chrome. Não serão admitidos simuladores ou quaisquer outros meios que não seja a utilização padrão e direta dos navegadores de mercado existentes;

4.9.1.85.2. Os sistemas devem obrigatoriamente utilizar a tecnologia Open Source como ambiente de implantação;

4.9.1.85.3. O sistema deverá ser desenvolvido em linguagem interpretada.

4.9.1.85.4. Deverá haver padronização das interfaces no mínimo quanto à tela de acesso principal, posição dos botões que representem interação com o banco de dados e funcionalidades de navegação;

4.9.1.85.5. Os relatórios devem ter recurso de armazenamento temporal a critério do usuário, podendo ser acessado depois de gerado através de um menu de rápido acesso;

4.9.1.85.6. O sistema deverá automaticamente desconectar o usuário que não executar nenhuma interação com o mesmo num período configurado de minutos, conforme interesse do órgão;

4.9.1.85.7. Possibilitar que usuários que não estejam cadastrados possam solicitar o seu cadastramento com a identificação de "Primeiro Acesso". Para a validação deste cadastramento deverá ser exigido do usuário no mínimo as seguintes informações: Número da Matrícula Funcional, CPF e data de nascimento. O sistema deverá enviar um e-mail com a senha de acesso para o usuário cadastrado após a validação dos dados exigidos no momento da solicitação de cadastramento.

4.9.1.85.8. O sistema deverá permitir CHAT para comunicação dos usuários cadastrados e logados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MINAS GERAIS
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPRIMENTOS

FLS	

4.9.1.85.9. A interface inicial de cada usuário deverá ser construída em formato de painel de instrumentos (dashboard) contendo no mínimo: Gráfico demonstrativo de utilização do sistema por parte do usuário, agenda de atividades do usuário, atalhos para as telas mais utilizadas pelo usuário;

Cláusula Quinta – DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS:

5.1. Os serviços serão recebidos:

5.1.1. Os serviços deverão ser prestados de acordo com as regras específicas fixadas no presente termo de referência e seus anexos e demais normas pertinentes a matéria;

5.1.2. Os módulos serão recebidos provisoriamente, para posterior verificação da qualidade e atendimento às especificações e preço.

5.1.3. Constatado o não atendimento às finalidades e/ou objetivo dos módulos implantados de modo a não alcançar o conjunto de definições, especificações, normas, padrões e critérios estabelecidos, a **CONTRATADA**, deverá adequá-los de modo a Possibilitar a perfeita execução do objeto contratual.

5.1.4. Caso não exista esta possibilidade, a **CONTRATANTE** tomará as providências legais para a apuração da falta e punição dos responsáveis. O atraso na regularização/substituição dos serviços acarretará a suspensão dos pagamentos, além das penalidades previstas neste termo de referência.

5.1.5. A aceitação definitiva dos módulos dar-se-á nos termos do art.73, I, "b" da Lei 8.666/1993.

5.2. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente no prazo de **15 (quinze) dias corridos** após a conclusão, uma vez verificada a execução satisfatória dos serviços, mediante termo de recebimento definitivo, ou recibo, firmado pelo fiscal do contrato.

5.3. Havendo rejeição dos serviços, no todo ou em parte, a **CONTRATADA** deverá refazê-los no prazo estabelecido pela Administração, observando as condições estabelecidas para a prestação.

5.4. Na impossibilidade de serem refeitos os serviços rejeitados, ou na hipótese de não serem os mesmos executados, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida à **CONTRATADA**, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

5.5. Em caso de irregularidade não sanada pela **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** reduzirá a termo os fatos ocorridos para aplicação de sanções.

5.6. Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações contidas neste Termo de Referência e na proposta.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos prejuízos decorrentes da incorreta execução do contrato.

Cláusula Sexta – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MINAS GERAIS
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPRIMENTOS

FLS	

6.1. O serviço de assistência técnica deverá ser prestado mediante manutenção corretiva, preventiva e evolutiva de acordo com as solicitações de **CONTRATANTE** ou necessidades, cujo prazo deverá ser avaliado de acordo com o impacto e gravidade do problema técnico, com a finalidade de manter o sistema em perfeitas condições de uso, conforme disposição a seguir:

6.2. Na ocorrência de defeitos que inviabilizem a utilização total ou parcial do sistema, durante o período de garantia e assistência técnica, a **CONTRATADA** será notificada pelo fiscal do contrato para solução dos problemas apresentados;

6.3. Uma vez disponibilizados os produtos para prestação do serviço de garantia e assistência técnica, a **CONTRATADA** terá o prazo estipulado em dias corridos para correção dos defeitos apresentados, conforme critério de impacto neste termo de referência, cujo lapso temporal começará a contar a partir da abertura do chamado.

6.4. A correspondência eletrônica (e-mail) também será considerado instrumento para cumprimento das rotinas de abertura de chamado previstas nesta cláusula.

6.5. A manutenção do sistema deverá ser executada exclusivamente pela **CONTRATADA**.

6.6. A **CONTRATADA** deverá atender aos usuários da **CONTRATANTE** sempre que necessário, por meio de internet, e-mail, chat, telefone, assim como uso dos suportes técnicos presenciais durante os dias úteis e em horário comercial, devendo-se respeitar as regras de segurança e disponibilidade.

6.7. Os serviços de manutenção do sistema a serem contratados implicam os seguintes itens, a saber:

a) Manutenção Corretiva – A primeira atividade de manutenção decorre porque não é razoável presumir que a atividade de testes descobrirá todos os erros latentes na implantação de um grande sistema de sistema. Durante o uso de qualquer sistema de grande porte, erros ocorrerão e deverão ser repassados ao desenvolvedor para que este realize o processo que inclui o diagnóstico e a correção de um ou mais erros.

b) Manutenção preventiva ou evolutiva– A segunda atividade de manutenção ocorre quando o sistema é modificado para melhorar a confiabilidade, ou novas funções, ou oferecer uma infraestrutura melhor para futuras ampliações, ou ainda para atendimento de novas normas ou alteração daquelas já existentes e exigidas pelos órgãos de fiscalização e controle.

c) Atualização de versão – Compreende itens de manutenção preventiva/ evolutiva ou adaptativa, lançadas pela **CONTRATADA** em novas versões do sistema.

6.8. As alterações decorrentes de modificações legais ou de erros do sistema serão realizadas sem ônus adicionais para os clientes da **CONTRATANTE**, durante o período de vigência do contrato.

6.9. Adaptações de Sistema, não exigíveis por alterações na Legislação, que impliquem em novos relatórios, telas, funções, rotinas ou alterações nos arquivos, serão solicitadas formalmente pela **CONTRATANTE**, e devem ser analisadas pela **CONTRATADA** que fará a análise e projeto da solução e enviará à **CONTRATANTE** proposta para aprovação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MINAS GERAIS
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPRIMENTOS

FLS

6.10. As condições para prestação dos serviços objeto desta licitação deverão ser compreendidas de acordo com a tabela abaixo:

<u>Corretiva</u>	Havendo comunicação formal com discriminação de "erro" apresentado nos sistemas, será enviado retorno indicando o prazo para solução do mesmo;	Conforme criticidade do tópico 8.11;
<u>Evolutiva de ordem legal</u>	Havendo alterações na legislação que importem em alterações nos sistemas contratados a CONTRATANTE deverá formalizar os pedidos de alteração indicando os novos comportamentos pretendidos;	Não superior a 30 (trinta) dias corridos após a formalização do pedido ou não superior ao prazo legislativo estipulado o que vier primeiro ;
<u>Evolutiva de ordem tecnológica</u>	Havendo alterações evolutivas na tecnologia de produção dos sistemas contratados, durante toda a vigência do contrato, a CONTRATANTE terá direito a utilizá-las sem nenhum custo adicional;	Imediato na liberação de novas versões;
<u>Evolutiva de ordem exclusiva</u>	Havendo solicitação oficial que importe em acréscimos e/ou alterações nas funcionalidades originalmente exigidas para os sistemas, será fornecida proposta adicional para avaliação por parte da CONTRATANTE , que se manifestará acerca da mesma.	Estará disponível na proposta apresentada.

6.11. Os problemas apontados pelos usuários deverão ser solucionados conforme critério de prioridade definido pelo usuário e avaliado conforme nível de impacto com o suporte:

- Prioridade baixa: 96 horas
- Prioridade normal: 48 horas
- Prioridade crítica: 24 horas
- Desenvolvimento de nova funcionalidade: Conforme cronograma definidos entre as partes após definições detalhada das funcionalidades desejadas e necessárias e após aprovação da proposta comercial apresentada.

Cláusula Sétima – DO PAGAMENTO:

7.1. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em conta bancária a ser indicada pela **CONTRATADA** em sua proposta, no prazo de **definido abaixo em dias corridos** da data do recebimento definitivo, com base na(s) Nota(s) Fiscal(is), devidamente conferidos e aprovados pelo **CONTRATANTE**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MINAS GERAIS
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPRIMENTOS

FLS	

7.2. Para fins de pagamento das Etapas de Trabalho descritas nos itens **4.5.1, 4.5.2 e 4.5.3** do Termo de Referência, anexo I, do Edital, Instalação, Conversão, Migração e Treinamento do Sistema, a Seção de Informática deverá emitir "TERMO DE ACEITE" para recebimento oficial destes serviços.

7.3. A **CONTRATADA** somente estará autorizada a emitir as notas fiscais quando do recebimento oficial dos serviços descritos nos itens **4.5.1, 4.5.2, e 4.5.3** do Termo de Referência anexo I, do Edital.

7.4. Os pagamentos dos serviços dos itens **4.5.1, 4.5.2, 4.5.3, 4.5.4 e 4.5.5** do Termo de Referência, anexo I do Edital, referentes às etapas de serviço, deverão ser realizados da seguinte forma:

- **Licenciamento, manutenção e direito de uso/locação do conjunto de sistemas e hospedagem em nuvem:** o pagamento referente ao serviço de locação, licenciamento, manutenção hospedagem e direito de uso dos módulos deverá ser efetuado em parcelas mensais durante a vigência contratual, devendo a primeira parcela ser paga a partir do recebimento oficial da instalação dos módulos, conforme "Termo de aceite" emitido pela Seção de Informática para tal finalidade. As parcelas de manutenção começarão a serem pagas no primeiro mês que os sistemas entrarem em produção efetiva, e para efeitos de valores e pagamentos deverão ser considerados apenas os módulos dos sistemas implantados em produção, sendo paga em até 30 dias após emissão da nota.

- **Conversão/parametrização:** o pagamento deverá ser efetuado em até 30 dias do recebimento oficial do serviço e emissão da nota. E para efeito do recebimento do serviço de conversão de dados os mesmos deverão ser validados pelos usuários. Poderá haver o pagamento do processo de conversão dividido em 01 ou mais parcelas conforme cada módulo descrito seja convertido, e o Termo de Aceite emitido pelo município de Paracatu;

- **Treinamento:** o pagamento deverá ser efetuado em 1 (uma) parcela após a emissão do "termo de aceite para os serviços prestados" após a medição, de cada treinamento efetivamente ministrado, pela Seção de Informática, em até 30 dias corridos do recebimento oficial do serviço e emissão da nota;

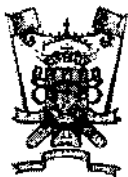
7.5. O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado a prévia conferência pelo fiscal do contrato e as notas fiscais deverão vir com os dados bancários e o número da nota de empenho.

7.6. As Notas Fiscais ou documentos que a acompanharem para fins de pagamento que apresentarem incorreções serão devolvidos à **CONTRATADA** e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação dos documentos, considerados válidos pelo **CONTRATANTE**.

7.7. Nas Notas Fiscais deverão vir os dados bancários completos da **CONTRATADA**, sob pena de não realização do pagamento até a informação dos mesmos, de obrigação da **CONTRATADA**.

7.8. Para que os pagamentos possam ser efetuados, a **CONTRATADA** deverá apresentar, junto a nota fiscal de serviços, a seguinte documentação:

I - Documentos comprobatórios da regularidade fiscal e regularidade trabalhista;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MINAS GERAIS
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPRIMENTOS

FLS	

II - Cópias autenticadas, da Guia de Recolhimento Previdência Social (GRPS), e da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia (GRF/GFIP) quitada (s), específica (s), vinculada (s) a prestação de serviços em questão, bem como os comprovantes de regularidade com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), e com o Ministério do Trabalho e Emprego (CNDT), correspondentes a última nota fiscal ou fatura paga pela Administração;

7.9. Sobre o valor devido ao contratado, a Administração efetuará as retenções tributárias cabíveis.

7.10. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar Nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

7.11. É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

7.12. O município de Paracatu reserva-se ao direito de descontar, de pagamentos devidos ao licitante vencedor os valores correspondentes às multas que, eventualmente, forem aplicadas por descumprimento de cláusulas contratuais.

7.13. Decorrido o prazo de 12 (doze) meses, caso haja prorrogação do Contrato, o valor deste poderá ser reajustado, aplicando-se a variação do índice ICTI - ÍNDICE DE CUSTO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO ou outro índice que o substitua em caso de extinção.

Cláusula Oitava – DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO:

8.1. A despesa com o pagamento do referido objeto correrá por conta da dotação orçamentária especificada abaixo:

8.1.1. 02.03.01.04.126.0060.2016.3.3.90.40.00 – **Ficha: 237 Fonte: 1.500**

Cláusula Nona– DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

Constituem obrigações das partes:

9.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1.1. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

9.1.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 30(trinta) dias corridos, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;

9.1.3. Fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas, nos termos de sua proposta;

9.1.4. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, ao Município ou a terceiros;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MINAS GERAIS
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPRIMENTOS

FLS	

9.1.5. Ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto no Projeto Básico, nos termos do artigo 111 da Lei Nº 8.666, de 1993;

9.1.6. Quando o projeto referir-se a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos incluirá o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra;

9.1.7. Assegurar à **CONTRATANTE**:

9.1.7.1. O direito de propriedade intelectual dos sistemas desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à **CONTRATANTE** distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

9.1.7.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da **CONTRATANTE**, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

9.1.7.3. A **CONTRATADA** deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução contratual, conforme disposto neste Termo de Referência.

9.1.8. A empresa **CONTRATADA** deverá dispor de equipe técnica especializada e devidamente capacitada para atender às demandas e chamados sejam os presenciais ou os de suporte remoto.

9.1.8.1 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;

9.1.9. Apresentar à **CONTRATANTE**, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá;

9.1.10. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;

9.1.11. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;

9.1.12. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

9.1.13. Não permitir a utilização do trabalho do menor;

9.1.14. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MINAS GERAIS
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPRIMENTOS

FLS	

9.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei Nº 8.666, de 1993.

9.1.16. Assinar o contrato com os órgãos do município de Paracatu, dentro do prazo de estabelecido pelo **CONTRATANTE** após a convocação feita pelo município de Paracatu.

9.1.17. A não assinatura o presente contrato sem devida justificativa, a não aceitação ou a não retirada do instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração Pública, caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a **CONTRATADA** às penalidades estabelecidas no termo de referência.

9.1.18. A **CONTRATADA** deverá manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas no termo de referência, devendo comunicar à **CONTRATANTE**, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção ou qualidade do contrato.

9.1.19. Escolher e contratar pessoal a ser fornecido em seu nome e sob sua responsabilidade, observando as leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, assistenciais e sindicais, sendo considerada nesse particular, como única empregadora;

9.1.20. Cumprir e fazer cumprir as normas regulamentares de segurança, medicina e higiene do trabalho;

9.1.21. Arcar com os ônus decorrentes de incidência de todos os tributos federais, estaduais e municipais que possam incidir sobre os materiais e serviços contratados, inclusive o ISSQN, fazendo prova deles quando requerido e, responsabilizando-se, pelo cumprimento de todas as exigências das repartições competentes, com total isenção do município de Paracatu em relação a tais encargos;

9.1.22. A **CONTRATADA** deverá custear, aos funcionários da **CONTRATANTE**, todos os treinamentos, cursos e certificações reconhecidos como oficiais pelos fabricantes/desenvolvedores, pertinentes à manutenção, configuração e expansão do hardware e sistemas constantes neste Termo de referência, seguindo cronograma e especificação fornecidos pelo Departamento de Informática da **CONTRATANTE**.

9.1.23. Executar outras ações não previstas e compatíveis com o objeto da licitação somente quando os preços unitários sejam previamente submetidos e autorizados pelo **CONTRATANTE**.

9.1.24. A **CONTRATADA** responsabilizará unilateralmente pela segurança e integridade de todos os equipamentos utilizados antes, durante a execução dos serviços;

9.1.25. É de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, a entrega, a importação do banco, a configuração, a padronização dos dados, e testes necessários ao fiel e perfeito funcionamento do (s) sistema (s) licitados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MINAS GERAIS
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPRIMENTOS

FLS	

9.1.26.A CONTRATADA deverá substituir, às suas expensas o(s) serviço(s) que esteja (m) em desacordo com o estabelecido no termo de referência e anexos ou, nos quais se verifiquem distorções em relação às exigências e condições previamente fixadas.

9.1.27.A CONTRATADA deverá atender às solicitações de suporte e informações técnicas de utilização e manuseio dos sistemas, de acordo com a necessidade dos funcionários a serviço da **CONTRATANTE**.

9.1.28. A CONTRATADA deverá oferecer suporte técnico "*in loco*" após solicitação formalizada pela **CONTRATANTE**, após a abertura do respectivo chamado de suporte.

9.1.29. Dispor de pessoal necessário à execução dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, greve, demissão e outros análogos, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente, cabendo à **CONTRATADA**, por exigência da Administração, em caso de não atendimento das previsões deste termo de referência e do contrato, substituir qualquer de seus funcionários num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

9.1.30. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por danos resultantes de caso de força maior, por qualquer causa de destruição, danos ou defeitos dos bens do município de Paracatu e/ou da **CONTRATADA**, de seus funcionários ou de terceiros, bem como arcar com todos os custos decorrentes de imprudência, imperícia ou negligência no cumprimento de suas obrigações contratuais ou legais.

9.1.31. Responder por danos causados diretamente ao município de Paracatu ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela administração.

9.1.32. Constatado o não atendimento às finalidades e/ou objetivo dos sistemas implantados de modo a não alcançar o conjunto de definições, especificações, normas, padrões e critérios estabelecidos neste Termo de referência, a **CONTRATADA**, deverá adequá-los de modo a Possibilitar a perfeita execução do objeto contratual nos prazos definidos, que poderá ser prorrogado a critério da **CONTRATANTE**, desde que devidamente justificado. Caso tais modificações demandem conhecimentos específicos para a operação do sistema, a **CONTRATADA** deverá promover o treinamento aos funcionários da **CONTRATANTE**.

9.1.33. A CONTRATADA deverá ajustar os sistemas às alterações trazidas pela legislação Federal, Estadual, Municipal e pelo TCU e do Estado de MG ou ainda outras às quais a **CONTRATANTE** se submeta.

9.1.34. Possibilitar e facilitar à Fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

9.1.35. Guardar sigilo absoluto sobre todas as informações recebidas município de Paracatu e, bem assim, daquelas por si levantadas e de outras das quais venha a conhecer durante execução dos serviços, as quais não poderão ser por ela utilizadas, sob qualquer pretexto, para finalidades outras que não a do cumprimento deste objeto.

9.1.36. Cuidar para que os elementos utilizados na execução dos serviços contratualmente previstos tenham tratamento reservado, por si ou por quaisquer de seus profissionais



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MINAS GERAIS
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPRIMENTOS

FLS	

envolvidos no contrato, inclusive obrigando-se a não reproduzi-los ou cedê-los, sem a prévia e expressa autorização por escrito.

9.1.37. O objeto desta contratação deverá ser entregue, de acordo com o cronograma proposto, de segunda a sexta-feira, de 08:00 às 18:00 horas, devendo a manutenção que possa comprometer o andamento dos serviços ser feita após o expediente ou no final de semana.

9.1.38. Demonstrar à **CONTRATANTE**, sempre que solicitado, o modo de execução dos serviços, bem como prestar informações sobre a metodologia empregada e o andamento dos trabalhos.

9.1.39. Comprometer-se pela integridade e sigilo dos materiais e informações prestadas pelo município de Paracatu para execução dos serviços.

9.1.40. Fazer contatos, sempre que necessário, com a equipe técnica do município de Paracatu.

9.1.41. Controlar todas as atividades necessárias ao desenvolvimento e implantação do projeto.

9.1.42. Estabelecer e acompanhar o cronograma de atividades do projeto.

9.1.43. Devolver ao município de Paracatu todo o material de sua propriedade, utilizado durante a execução do serviço.

9.1.44. Fornecer manual (is) de utilização do(s) sistema(s), em linguagem acessível ao usuário final.

9.1.45. Identificar as necessidades de cada setor usuário do sistema, indicando as ações pertinentes a serem tomadas, conforme o novo modelo implantado.

9.1.46. Caso os dados fornecidos para os sistemas não estejam em meio digital, ou caso haja problemas na manipulação dos dados já existentes nesse meio, a empresa **CONTRATADA** promoverá a digitação das informações para o novo sistema a ser implantado.

9.1.47. O fornecimento do material didático, assim como os equipamentos necessários à capacitação e instrução dos treinandos, bem como os instrutores/ professores serão de responsabilidade exclusiva da empresa **CONTRATADA**.

9.1.48. A **CONTRATADA** não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações sem justificativas.

9.1.49. Ao final do contrato, a **CONTRATADA** deverá transferir à **CONTRATANTE** o SGBDR- Sistema Gerenciador de Banco de Dados Relacional, sem nenhum ônus adicional e auxiliar a nova licitante no que diz respeito a transferência de dados/conhecimento para importação do sistema.

9.1.50. Na etapa de migração dos dados nenhuma informação deverá ser descartada. Todas as informações já processadas deverão ter sua integridade preservada e caso os dados fornecidos não estejam em meio digital, ou haja problemas na manipulação dos dados



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MINAS GERAIS
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPRIMENTOS

FLS	

já existentes neste meio, a empresa **CONTRATADA** promoverá o processo de digitação das informações para o novo sistema a ser implantado.

9.1.51. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o presente contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração Pública, caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a **CONTRATADA** às penalidades estabelecidas no termo de referência.

9.1.52. Caso não concorde com as justificativas apresentadas, a Secretaria Gestora do contrato poderá notificar a empresa **CONTRATADA**, estabelecendo prazos para a regularização dos serviços, sob pena de caracterização de descumprimento contratual, apurado mediante regular processo administrativo.

9.1.53. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

9.1.54. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

9.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

9.2.1. Proporcionar todas as condições para que a **CONTRATADA** possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;

9.2.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.2.4. Notificar a **CONTRATADA** por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

9.2.5. Pagar à **CONTRATADA** o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;

9.2.6. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.2.7. Emitir o Termo de Recebimento quando da implantação ou desenvolvimento definitivo de cada etapa dos sistemas para liberação dos respectivos pagamentos.

9.2.8. Garantir o livre acesso dos técnicos da **CONTRATADA** a todos os locais onde se fizerem necessários para a execução do objeto contratado, desde que estejam devidamente



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MINAS GERAIS
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPRIMENTOS

FLS	

credenciados, portando crachá de identificação e exclusivamente para execução dos serviços duplo.

9.2.9. Prover as condições para a realização das ações demandadas, desde que não constituam obrigações da **CONTRATADA**.

9.2.10. Prestar os esclarecimentos e permitir informações e ambientes que se fizerem necessários para o bom andamento do projeto de implantação e desenvolvimento dos sistemas no que couber, dentro do escopo do objeto contratado. Arcar com os ônus decorrentes de hospedagem e diárias de viagem para os servidores municipais necessários à participação em treinamentos

9.2.11. Manter atualizados os documentos próprios dos registros de ocorrência e atendimentos que tenham sido realizados.

9.2.12. Fornecer dados, documentos, estruturas de arquivos, e demais itens que se fizerem necessários para a execução do contrato decorrente do presente processo licitatório.

9.2.13. Definir metodologia e modelos de documentos para o estabelecimento de comunicação formal com o licitante vencedor no âmbito do contrato que será firmado entre as partes.

9.2.14. A **CONTRATANTE** deverá notificar a **CONTRATADA**, fixando-lhe prazo para proceder à correção do(s) sistema (s) que, dentro do prazo da garantia apresentar (em) defeitos e/ou irregularidades, devendo os mesmos ser (em) refeitos (s), com as mesmas características e qualificações exigidas no termo de referência.

9.2.15. A **CONTRATANTE** deverá expedir através da Seção de Informática ou da Secretaria Municipal de Gestão Pública, atestado de inspeção dos serviços quando de sua entrega, que servirá de instrumento de avaliação do cumprimento das obrigações contratuais.

9.2.16. Efetuar o pagamento na forma pactuada neste termo de referência.

9.2.17. Designar equipe técnica e servidores do quadro local para participar dos trabalhos e assimilar a metodologia da execução dos serviços.

9.2.18. Autorizar, juntamente com o responsável da **CONTRATADA**, qualquer mudança no escopo ou no cronograma deste projeto desde que a mesma não signifique alteração de prazos e seja devidamente justificada.

9.2.19. Preparar e executar testes para a validação do(s) serviço(s).

Cláusula Décima – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

10.1. A recusa do adjudicatário em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pelo **CONTRATANTE**, bem como o atraso e a inexecução parcial ou total do contrato caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem a aplicação das seguintes sanções pelo **CONTRATANTE**:

10.1.1. Advertência por escrito;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MINAS GERAIS
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPRIMENTOS

FLS	

10.1.2. Multa, nos seguintes termos:

10.1.2.1. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do serviço não realizado;

10.1.2.2. 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia;

10.1.2.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor do serviço não realizado, no caso de atraso superior a **30 (trinta) dias corridos**, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações **CONTRATADAS**.

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por até **2 (dois) anos** ou impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento do cadastro de fornecedores municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, no prazo mínimo de 2 (dois) anos, conforme dispõe o art. 87 da Lei Nº 8.666/93.

10.2. São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

10.2.1. Não atendimento às especificações técnicas relativas aos serviços e sistemas previsto em contrato ou instrumento equivalente;

10.2.2. Retardamento imotivado da prestação de serviço ou de suas parcelas;

10.2.3. Paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Municipal;

10.2.4. Entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;

10.2.5. Alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

10.2.6. Prestação de serviço de baixa qualidade ou fornecimento dos sistemas em não conformidade;

10.3. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nos subitens **10.1, 10.1.2, 10.1.3 e 10.1.4** do termo de referência.

10.4. A multa será descontada da garantia do contrato e/ou de pagamentos eventualmente devidos à **CONTRATADA**.

10.5. As sanções relacionadas nos itens **10.1** do termo de referência também poderão ser aplicadas àquele que:

10.5.1. Apresentar declaração ou documentação falsa;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MINAS GERAIS
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPRIMENTOS

FLS	

- 10.5.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- 10.5.3. Não manter a proposta;
- 10.5.4. Falhar ou fraudar a execução do futuro contrato;
- 10.5.5. Comportar-se de modo inidôneo;
- 10.5.6. Cometer fraude fiscal;
- 10.5.7. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do certame.
- 10.5.8. Deixar de apresentar documentação exigida para o certame ou tumultuar o certame;
- 10.6. As sanções aplicadas serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do Município de Paracatu.
- 10.7. A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório.

Cláusula Décima Primeira – DA FISCALIZAÇÃO:

11.1. O contrato ou instrumento equivalente oriundo desta contratação terão como responsáveis:

11.1.1. **GESTOR DO CONTRATO: MAIKON FREITAS**, Secretário Municipal de Gestão Pública, Portaria nº 0001/2022, e-mail: administracao@paracatu.mg.gov.br, telefone (38) 3679-0466;

11.1.2. **FISCAL DO CONTRATO: GLEIDSON OLIVEIRA REIS**, Diretor do Departamento de Tecnologia e Informação, Portaria nº 1230/2022, e-mail: cpd@paracatu.mg.gov.br, telefone (38) 3679-0302;

11.2. Compete ao Gestor do Contrato acima identificado exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.

11.3. Compete ao Fiscal do Contrato acima identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a **CONTRATADA**, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, etc.

11.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MINAS GERAIS
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPRIMENTOS

FLS	

defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do prestador de serviços, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Nº 8.666, de 1993.

11.6. Devido à complexidade e singularidade do objeto contratual e a fim de auxiliar a sua perfeita execução, cada secretaria que possuir um módulo específico vinculado à prestação dos serviços contratados, deverá designar formalmente um servidor para juntamente com os técnicos especializados lotados na Seção de Informática, acompanhar e fiscalizar a implementação e a execução de cada módulo de sistema contratado.

Cláusula Décima Segunda – DA VIGÊNCIA:

12.1. Este contrato tem vigência por **12 (doze) meses**, contados de sua publicação, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, IV da Lei 8.666/93.

12.2. Fica vedado qualquer reajustamento de preços, salvo se por algum dos motivos previstos no art. 57 da Lei Federal Nº 8.666/93, a execução do contrato ultrapasse o período de **12 (doze) meses**, contados a partir da data limite para apresentação da proposta, quando será permitido o reajuste do contrato, de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE.

Cláusula Décima Terceira – DAS ALTERAÇÕES:

13.1. O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 65 de Lei Nº 8.666/93, desde que devidamente fundamentado e autorizado pela autoridade competente.

Cláusula Décima Quarta – DA RESCISÃO:

14.1. De acordo com o art. 79 da Lei Nº 8.666/93, a rescisão do Contrato poderá ser:

14.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da supracitada Lei;

14.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo respectivo, desde que haja conveniência para a Administração;

14.1.3. Judicial, nos termos da legislação.

14.2. Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da **CONTRATADA**, fica o **CONTRATANTE** autorizada a reter a garantia do contrato e/ou pagamentos eventualmente devidos, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

14.3. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Nº 8.666/93, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MINAS GERAIS
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPRIMENTOS

FLS	

Cláusula Décima Quinta – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO:

15.1. Havendo alterações na conjuntura econômica do País ou do Estado, devidamente comprovadas documentalmente, que resulte em desequilíbrio financeiro permanente, nas condições do contrato e nas hipóteses autorizadas pela Lei de Licitações, a **CONTRATADA** poderá pleitear revisão de preços.

15.2. A revisão será aprovada conforme apresentação de Planilhas de Custo da época da formulação da proposta e Planilhas de Custo atual dos itens a serem revisados, bem como Nota Fiscal anterior ao processo do qual baseou o preço da proposta apresentada e a Nota Fiscal atual comprovando o preço a ser revisado. O preço poderá sofrer acréscimo como decréscimo de acordo com o preço praticado no mercado.

15.3. A cada pedido de revisão de preço deverá comprovar as alterações ocorridas e justificadoras do pedido, demonstrando novamente a composição do preço, através de notas fiscais que comprovem o aumento do preço.

15.4. As variações sazonais nos preços, decorrentes de eventos previsíveis, porém desconsiderados na formulação da proposta, não poderão ser utilizadas para justificar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

15.5. É vedado a **CONTRATADA** interromper o fornecimento, sendo a referida obrigada a continuar a prestação enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando neste caso sujeita às penalidades previstas neste contrato.

15.6. A revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais federais, estaduais e municipais.

15.7. **A não apresentação ou apresentação incompleta e insatisfatória da documentação prevista nesta cláusula importará no não reconhecimento ao reequilíbrio econômico-financeiro pleiteado.**

Cláusula Décima Sexta – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

16.1. A tolerância com qualquer atraso ou inadimplência por parte da **CONTRATADA** não importará, de forma alguma, em alteração contratual.

16.2. É vedado à **CONTRATADA** subcontratar total ou parcialmente o fornecimento do objeto deste pregão.

Cláusula Décima Sétima – DA PUBLICAÇÃO:

17.1. A **CONTRATANTE** providenciará a publicação do extrato do contrato na Imprensa Oficial do Município, em obediência ao disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei Federal Nº 8.666/93.

Cláusula Décima Oitava – DO FORO:

18.1. As partes elegem o foro da Comarca de Paracatu para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste Contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MINAS GERAIS
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPRIMENTOS

FLS

18.2. E por estarem ajustadas, firmam este instrumento em **03 (três) vias**, de igual teor, juntamente com as testemunhas que também o assinam.

Paracatu-MG, 08 de Dezembro de 2023.

MAIKON FREITAS

Secretário Municipal de Gestão Pública

JADERSON PEREIRA

TAVARES:03995116876

Assinado de forma digital por JADERSON PEREIRA
TAVARES:03995116876

DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=videoconferencia, ou=37300983000191,
ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=ARBRASILCERTEC,
ou=RFB e-CPF A3, cn=JADERSON PEREIRA TAVARES:03995116876
Dados: 2023.12.14 17:38:25 -03'00'

J BRASIL SISTEMAS LTDA

Contratada

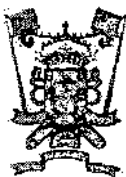
TESTEMUNHAS:

1º Tamires Duarte da Silva
CPF:020.206.246-56

2º Chayane Rodrigues De Araújo
CPF:098.307.616-22

LEANDRO REIS DE
MELO:07608215690

Assinado de forma digital por
LEANDRO REIS DE
MELO:07608215690
Dados: 2023.12.14 12:16:12 -03'00'



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU - MINAS GERAIS
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPRIMENTOS

FLS

ANEXO I

Código: 1128680

Nome: 12.973.722/0001-01 - J BRASIL SISTEMAS LTDA

Valor: R\$ 3.092.800,00

Itens Vencidos:

Item	Descrição	UN	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO E LICENCIAMENTO DE SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO PÚBLICA COM SERVIÇOS DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM PARA ATENDER AS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU, ABRANGENDO OS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, LICENCIAMENTO, CONVERSÃO DE DADOS, PARAMETRIZAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS PRÉ-EXISTENTES, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E EVOLUTIVA, SUPORTE TÉCNICO LOCAL, TREINAMENTO E ACOMPANHAMENTO DURANTE O PERÍODO CONTRATUAL, E QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DO SIAFIC ? SISTEMA ÚNICO E INTEGRADO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE EM UM MESMO AMBIENTE VIRTUAL ADVINDO PELO DECRETO FEDERAL Nº 10.540/2020, ASSIM COMO AS LEIS QUE IMPÕE A ESTE MUNICÍPIO	MES	12	R\$ 192.000,00	R\$ 2.304.000,00
2	PROVIMENTO DE HOSPEDAGEM EM NUVEM COM PROCESSAMENTO, SEGURANÇA E BACKUP DIÁRIO	MES	12	R\$ 23.000,00	R\$ 276.000,00
3	SERVIÇOS DE TREINAMENTO DURANTE IMPLANTAÇÃO E RECICLAGEM NO PERÍODO POSTERIOR (SEM LIMITE DE PARTICIPAÇÃO)	HR	1.000	R\$ 120,00	R\$ 120.000,00
4	SERVIÇOS DE CONVERSÃO DE DADOS E PARAMETRIZAÇÃO DE SISTEMAS.	SV	1	R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00
5	SERVIÇOS DE SUPORTE E ACOMPANHAMENTO DOS USUÁRIOS, COM PRESENÇA CONTÍNUA DE 5 (CINCO) TÉCNICOS RESIDENTES PARA ATENDIMENTO DE FORMA PRESENCIAL	MES	12	R\$ 29.400,00	R\$ 352.800,00
6	SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA	SV	1	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00

**ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PARACATU**

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO DE Nº 473/2023

Prefeitura Municipal De Paracatu - Minas Gerais
Processo: 5205/2023

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO DE Nº
473/2023
(PROCESSO: 5205/2023)

CONTRATANTES: Município de Paracatu e J BRASIL SISTEMAS LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO E LICENCIAMENTO DE SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO PÚBLICA COM SERVIÇOS DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM PARA ATENDER AS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU, ABRANGENDO OS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, LICENCIAMENTO, CONVERSÃO DE DADOS, PARAMETRIZAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS PRÉ-EXISTENTES, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E EVOLUTIVA, SUPORTE TÉCNICO LOCAL, TREINAMENTO E ACOMPANHAMENTO DURANTE O PERÍODO CONTRATUAL, E QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DO SIAFIC – SISTEMA ÚNICO E INTEGRADO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE EM UM MESMO AMBIENTE VIRTUAL ADVINDO PELO DECRETO FEDERAL Nº 10.540/2020, ASSIM COMO AS LEIS QUE IMPÕE A ESTE MUNICÍPIO CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. Acréscimo de 1,71%. DATA: 16/04/2024. **FUNDAMENTAÇÃO:** art.65, I, alínea “b” e §1º da Lei 8.666/93. **ASSINATURAS:** MAIKON ANTONIO FREITAS pela Contratante e J BRASIL SISTEMAS LTDA pela Contratada.

Publicado por:
Danilo Alves Dos Santos
Código Identificador:E943B723

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 26/04/2024. Edição 3755
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/>

**ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE PARACATU**

SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO DE Nº 473/2023

Prefeitura Municipal De Paracatu - Minas Gerais
Processo: 5205/2023

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO CONTRATO DE Nº 473/2023
(PROCESSO: 5205/2023)

CONTRATANTES: Município de Paracatu e J BRASIL SISTEMAS LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO E LICENCIAMENTO DE SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO PÚBLICA COM SERVIÇOS DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM PARA ATENDER AS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU, ABRANGENDO OS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, LICENCIAMENTO, CONVERSÃO DE DADOS, PARAMETRIZAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS PRÉ-EXISTENTES, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E EVOLUTIVA, SUPORTE TÉCNICO LOCAL, TREINAMENTO E ACOMPANHAMENTO DURANTE O PERÍODO CONTRATUAL, E QUE ATENDAM AOS REQUISITOS DO SIAFIC – SISTEMA ÚNICO E INTEGRADO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE EM UM MESMO AMBIENTE VIRTUAL ADVINDO PELO DECRETO FEDERAL Nº 10.540/2020, ASSIM COMO AS LEIS QUE IMPÕE A ESTE MUNICÍPIO CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. Renovação de vigência. DATA: 10/12/2024. VENCIMENTO: 14/12/2025. **FUNDAMENTAÇÃO:** art.57, inciso IV da Lei 8.666/93. **ASSINATURAS:** MAIKON ANTONIO FREITAS pela Contratante e J BRASIL SISTEMAS LTDA pela Contratada.

Publicado por:
Danilo Alves Dos Santos
Código Identificador:48D02149

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 16/12/2024. Edição 3918
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/>

Contratos ou Convênios

Contrato:	90/2022	Modalidade:	12 - PREGAO ELETRONICO - 10
Início:	10/05/2022	Vigência:	10/05/2026
Fornecedor:	GOVERNOS TECNOLOGICOS E INTEGRADOS LTDA [06.067.665/0001-07]		
Data da assinatura:	10/05/2022	Processo:	37/2022
Valor inicial:	2.342.552,00	Total de aditivos:	7.650.470,94
		Valor inicial + Aditivos:	9.972.022,94
Descrição:	Serviços Diversos	Categoria:	Execução de Contratos de Rateio de Consórcios Públicos
Situação:	Ativo	Motivo:	
Objeto:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/ MG, COMPREENDENDO INSTALAÇÃO DE LICENÇAS DE USO, CONFIGURAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, CONVERSÃO DE DADOS, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E EVOLUTIVA COM SUPORTE TÉCNICO E TREINAMENTO, COM SERVIÇOS DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM. PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO O VALOR A SERÁ UTILIZADO NO EXERCÍCIO DE 2022 SERÁ DE R\$2.220.880,85 (DOIS MILHÕES DUZENTOS E VINTE MIL, OITOCENTOS E OITENTA REAIS E OITENTA E CINCO CENTAVOS), QUE COMPREENDEM DOS DIAS 11/05/2022 A 31/05/2022 E OS MESES DE 06/2022 ATE 12/2022.		
Processo licitatório:	21/2022		

AditamentosPublicaçõesEmpenhosItens do contratoGestores/Fiscais

Item	Descrição	Valor	Quantidade	Total
6	SERVIÇO LINCENÇA DE USO DO SISTEMA	7.450,00	12,00	89.400
7	SERVIÇO CONVERSÃO DE DADOS	101,04	1,00	101,04
8	SERVIÇO INSTALAÇÃO DOS SISTEMAS EM MÁQUINAS	1,98	1.200,00	2.376
9	SERVIÇO TREINAMENTO DE USUÁRIOS	141,00	1.100,00	155.100
10	SERVIÇO SERVIÇO DE SUPORTE, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO	138.480,08	12,00	1.661.760,96
11	SERVIÇO SERVIÇO DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM	11.984,5	12,00	143.814
12	SERVIÇO HORA TÉCNICA DE DESENVOLVIMENTO EXCLUSIVO	145,00	2.000,00	290.000

Consulta de Contratos

Contrato: 1/2022 **Modalidade:** CV - CONVENIO
Início: 01/11/2022 **Vigência:** 31/10/2025
Fornecedor: GOVERNOS TECNOLÓGICOS E INTEGRADOS LTDA
[06.067.665/0001-07]
Data da assinatura: 01/11/2022 **Processo:** 10009/2022
Valor inicial: 194.448,00 **Total de aditivos:** 369.368,69 **Valor inicial + Aditivos:** 563.816,69
Descrição: CONVENIO **Categoria:** Contrato de Serviços
Situação: Ativo **Motivo:**
Objeto: CONVENIO CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO E A CAMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO CUJO O OBJETO É : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO/ MG, COMPREENDENDO INSTALAÇÃO DE LICENÇAS DE USO, CONFIGURAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO, CONVERSÃO DE DADOS, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E EVOLUTIVA COM SUPORTE TÉCNICO E TREINAMENTO, COM SERVIÇOS DE COMPUTAÇÃO

**Processo
licitatório:**

AditamentosPublicaçõesEmpenhosItens do contratoGestores/Fiscais

Item	Descrição	Valor	Quantidade	Total
1	SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LINCENÇA DE USO DO SISTEMA- CAMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO	950,00	12,00	11.400
2	SERVIÇOS DE INFORMÁTICA INSTALAÇÃO DOS SISTEMAS EM MÁQUINAS- CAMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO	1,98	100,00	198
3	SERVIÇOS DE INFORMÁTICA TREINAMENTO DE USUÁRIOS- CAMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO	141,00	100,00	14.100
4	SERVIÇOS DE INFORMÁTICA SERVIÇO DE SUPORTE, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO- CAMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO	12.000,00	12,00	144.000
5	SERVIÇOS DE INFORMÁTICA CONVERSÃO DE DADOS- CAMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO	24.750,00	1,00	24.750



OURO
PRETO

PREFEITURA DE OURO PRETO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURO
PRETO E SONNER SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA.**

**Pregão Eletrônico nº 006/2022
Processo licitatório nº 021/2022**

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, o **MUNICÍPIO DE OURO PRETO**, com sede na Praça Barão do Rio Branco, nº 12, inscrito no CNPJ sob o nº 18.295.295/0001-36, neste ato representado pela Exma. Secretária Municipal de Planejamento e Gestão, Sra. Crovymara Elias Batalha e a **CAMARA MUNICIPAL** - localizada a praça Tiradentes, nº , inscrita no CNPJ sob o nº 19.146.752/0001-93, no uso das atribuições que lhe são conferidas, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e **SONNER SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA.**, representado por quem abaixo assina, CNPJ sob o nº 06.067.665/0001-07, domiciliado na Avenida Rondon Pacheco, 1364, bairro Patrimônio, Uberlândia/MG, CEP 38.411-045, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, diante de solicitação encaminhada pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, firmam o presente instrumento, que se regerá pela Lei 10.520/2002, pelo Decreto nº. 4.681/2017, Decreto nº. 3.964/2014 e, subsidiariamente pela Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, **DECRETO FEDERAL 10.540 DE 5 DE NOVEMBRO DE 2020**, atendidas as cláusulas e condições que enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

É objeto do presente termo a contratação de empresa especializada para fornecimento de locação de Software Integrado de Sistemas de Gestão para Administração Pública Municipal, compreendendo instalação de licenças de uso, configuração, parametrização, conversão de dados, manutenção preventiva, corretiva e evolutiva com suporte técnico e treinamento, com serviços de computação em nuvem, conforme especificações contidas na proposta da contratada e no edital de licitação, partes integrantes deste contrato como se nele transcritas fossem.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução do contrato reger-se-á pelas normas consubstanciadas nos artigos 55, inciso XIII, 66 a 76, exceto artigo 72, da Lei 8.666/93, especificações/normas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, assim como pelo que dispõe o Processo supracitado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, com eficácia legal após a publicação de seu extrato, podendo ser prorrogado por 36 (trinta e seis) meses conforme previsão do art. 57, da lei 8.666/93, mediante termo aditivo.

Parágrafo primeiro: O procedimento de migração dos dados existentes deverá ser realizado em prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da emissão da ordem de serviços, sendo imprescindível a emissão da nota de empenho anterior a esta ordem.

VICTOR SCHITT
TEIXEIRA
08312947604

JANDSON
PEREIRA
TAVARES:42
535166615

LUIZ GONZAGA
DE
OLIVEIRA:4644
0534653

CROVYMARA
ELIAS BATALHA
42621429853

Parágrafo segundo: O treinamento dos servidores e usuários na utilização dos Sistemas Integrados de Gestão Pública, bem como o pessoal de Tecnologia da Informação da Prefeitura, será iniciado em prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da emissão da ordem de serviços e será oferecida para quantos servidores forem necessários para atendimento às secretarias municipais.

Parágrafo terceiro: Todos os sistemas contratados deverão estar devidamente instalados e funcionando perfeitamente em prazo não superior a 60 (sessenta) dias após a respectiva emissão da ordem de serviços a ser expedida acompanhado da nota de empenho e da assinatura do contrato a ser celebrado com o licitante vencedor do certame. Todos os documentos referidos serão disponibilizados concomitantemente. Desta forma, os serviços de conversão de dados, instalação dos sistemas e treinamento das equipes do funcionalismo municipal que estarão envolvidas no uso contínuo da solução, bem como, os demais serviços correlatos para a entrada em produção do sistema integrado que se contrata no presente certame deverão ocorrer paralelamente.

Parágrafo quarta: Os serviços aqui referidos devem ser prestados no prazo mencionado no item **INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DOS SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO PÚBLICA - ITEM 7.4 DO EDITAL**, em virtude de representarem serviços de natureza essencial e, portanto, de uso permanente e urgente para a Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

O valor global do presente contrato é de **R\$ 2.537.000,00 (dois milhões e quinhentos e trinta e sete mil reais)**.

§ 1º. O valor empenhado de R\$ 194.488,00 (cento e noventa e quatro mil quatrocentos e oitenta e oito reais). Será empenhado para atender a Câmara Municipal de Ouro Preto e o valor restante de R\$2.342.552,00 (dois milhões, trezentos e quarenta e dois mil quinhentos e cinquenta e dois reais) para atender as demandas da Prefeitura Municipal de Ouro Preto.

§ 2º. Decorrido o prazo de 12 (doze) meses, caso haja prorrogação do Contrato, o valor deste poderá ser reajustado, aplicando-se a variação do Índice Índice e Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, desde que solicitado por escrito ao gestor do contrato no ato da renovação do instrumento contratual. Nos preços deverão estar inclusas todas as despesas necessárias à perfeita execução dos serviços decorrentes do presente contrato, o mesmo ocorrendo com direitos trabalhistas oriundos da atividade contratada, na conformidade do art. 71, § 1º da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, mediante a emissão da respectiva Nota Fiscal.

§1º: O contratante pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pelo Contratado, nos termos deste contrato.

§2º: O pagamento somente será efetuado mediante comprovação por parte da contratada de regularidade fiscal e em relação ao FGTS e INSS.

§3º: Para fins de pagamento das Etapas de Trabalho descritas nos itens 7.2- Conversão;

VICTOR SCHITTINE
TEIXEIRA
0831294700

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
DEPARTAMENTO DE ATOS E CONTRATOS - DACAD
Rua Diogo de Vasconcelos nº 29, Pilar
Ouro Preto/MG - 35400-000
(31) 3559-3227

JANDSON
PEREIRA
TAVARES:42
535166615

LUIZ GONZAGA
DE
OLIVEIRA:4644
0534653

CROVY MARA
ELIAS BATALHA
42621428653



OURO
PRETO

www.ouropreto.mg.gov.br

PREFEITURA DE OURO PRETO

7.3- Instalações 7.4- Treinamento deste Termo de Referência, a Sessão de Informática deverá emitir "TERMO DE ACEITE" para recebimento oficial destes serviços.

A contratada somente estará autorizada a emitir as notas fiscais quando do recebimento oficial dos serviços descritos nos itens 7.1, 7.2 e 7.3.

§4º: Os pagamentos dos itens 7.1, 7.2 e 7.3, referentes às etapas de serviço, deverão ser realizados da seguinte forma:

1ª ETAPA- LICENCIAMENTO DO CONJUNTO DE SISTEMAS: o pagamento deverá ser efetuado em 01(uma) parcela após a emissão do "termo de aceite" correspondente a 100% (cem por cento) do valor total dos serviços em até 30 dias do recebimento oficial do serviço.

2ª ETAPA- CONVERSÃO/ PARAMETRIZAÇÃO: o pagamento deverá ser efetuado em 2 (duas) parcelas após a emissão do "termo de aceite para os serviços prestados" pela Seção de Informática, sendo:

1ª. Parcela: correspondente a 60% (sessenta por cento) do valor total dos serviços em até 30 dias do recebimento oficial do serviço;

2ª Parcela: correspondente a 40% (quarenta por cento) do valor total dos serviços em até 45 dias do recebimento oficial do serviço.

3ª ETAPA - INSTALAÇÃO: o pagamento deverá ser efetuado em 2 (duas) parcelas após a emissão do "termo de aceite para os serviços prestados" pela Seção de Informática, sendo:

1ª. Parcela: correspondente a 60% (sessenta por cento) do valor total dos serviços em até 30 dias do recebimento oficial do serviço;

2ª Parcela: correspondente a 40% (quarenta por cento) do valor total dos serviços em até 45 dias do recebimento oficial do serviço.

4ª ETAPA - TREINAMENTO: o pagamento deverá ser efetuado em 1 (uma) parcela após a emissão do "termo de aceite para os serviços prestados" após a medição, de cada treinamento efetivamente ministrado, pela Seção de Informática, em até 30 dias do recebimento oficial do serviço;

5ª ETAPA - MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO: o pagamento referente ao serviço de locação dos módulos deverá ser efetuado em parcelas mensais durante a vigência contratual, devendo a primeira parcela ser paga a partir do recebimento oficial da instalação dos módulos, conforme "TERMO DE ACEITE" emitido pela Seção de Informática para tal finalidade.

§5º: Deverá constar do Documento Fiscal o número do contrato, o número do empenho emitido para o contrato em referência e o número da parcela em cobrança. Sem esta informação o mesmo será devolvido para adequações necessárias.

§6º: A Prefeitura Municipal de Ouro Preto reserva-se ao direito de descontar, de pagamentos devidos ao licitante vencedor os valores correspondentes às multas que,

VICTOR SCHITTIN
TEIXEIRA
08312947604

JANDSON
PEREIRA
TAVARES:425
35166615

LUIZ GONZAGA
DE
OLIVEIRA:4844
0534653

CROVIMARA
ELIAS BATALHA
4262142983



OURO
PRETO

PREFEITURA DE OURO PRETO

eventualmente, forem aplicadas por descumprimento de cláusulas contratuais.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para pagamento das despesas deste contrato correrão por conta das dotações orçamentárias:

01.01.01.01.031.0001.2003.3.3.9040.00 FR 100 FICHA 24

02.06.01.04.126.0035.1015.3.3.90.40.00 FR 100 FICHA 295

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME LEGAL

O presente contrato reger-se-á pelas normas constantes das Leis 8.666/93 e suas alterações posteriores, sendo decorrente do Pregão Presencial nº 006/2022, de 09 de maio de 2022, cujos termos são partes integrantes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. Constituem obrigações da Prefeitura Municipal de Ouro Preto:

- Emitir o Termo de Recebimento quando da implantação ou desenvolvimento definitivo de cada etapa dos sistemas para liberação dos respectivos pagamentos.
- Assegurar o livre acesso dos técnicos da contratada a todos os locais onde se fizerem necessários para a execução do objeto contratado, desde que estejam devidamente credenciados, portando crachá de identificação e exclusivamente para execução dos serviços.
- Prover as condições para a realização das ações demandadas, desde que não constituam obrigações da contratada.
- Prestar os esclarecimentos e disponibilizar informações e ambientes que se fizerem necessários para o bom andamento do projeto de implantação e desenvolvimento dos sistemas no que couber, dentro do escopo do objeto contratado.
- Arcar com os ônus decorrentes de hospedagem e diárias de viagem para os servidores municipais
- Necessários à participação em treinamentos, cursos e certificações que excepcionalmente não possam ser ministrados no Município de Ouro Preto, desde que devidamente justificados pelo contratado e autorizados pela contratante.
- Manter atualizados os documentos próprios dos registros de ocorrência e atendimentos que tenham sido realizados.
- Fornecer dados, documentos, layouts, estruturas de arquivos, e demais itens que se fizerem necessários para a execução do contrato decorrente do presente processo licitatório.

VICTOR SCHITTIN
TEIXEIRA
08312947604

JANDSON
PEREIRA
TAVARES:42
535166615

LUIZ GONZAGA
DE
OLIVEIRA:4644
0534653

CROVIMAR
ELIAS BATALHA
54282142953



OURO
PRETO

www.ouropreto.mg.gov.br

PREFEITURA DE OURO PRETO

- Definir metodologia e modelos de documentos para o estabelecimento de comunicação formal com o licitante vencedor no âmbito do contrato que será firmado entre aspartes.
- A contratante deverá notificar a contratada, fixando-lhe prazo para proceder à correção do(s) serviço (s) que, dentro do prazo da garantia apresentar (em) defeitos e/ou irregularidades, devendo os mesmos ser (em) refeitos (s), com as mesmas características e qualificações exigidas no edital convocatório.
- A contratante deverá expedir através da Seção de Informática ou da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, atestado de inspeção dos serviços quando de sua entrega, que servirá de instrumento de avaliação do cumprimento das obrigações contratuais.
- Efetuar o pagamento na forma pactuada neste contrato.
- Designar equipe técnica e servidores do quadro local para participar dos trabalhos e assimilar a metodologia da execução dos serviços.
- Autorizar, juntamente com o responsável da Contratada, qualquer mudança no escopo ou no cronograma deste projeto desde que a mesma não signifique alteração de prazos e seja devidamente justificada.
- Preparar e executar procedimentos (testes) para a validação do(s) serviço(s).

8.2. Constituem obrigações da Contratada:

- Assinar o contrato com o Município, dentro do prazo de 07 dias após a convocação feita pelo Município de Ouro Preto.
- A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o presente contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração Pública, caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a contratada às penalidades estabelecidas no edital.
- A contratada deverá manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas no edital, devendo comunicar à contratante, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção ou qualidade do contrato.
- Escolher e contratar pessoal a ser fornecido em seu nome e sob sua responsabilidade, observando as leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais, assistenciais e sindicais, sendo considerada nesse particular, **como única empregadora**;
- Cumprir e fazer cumprir as normas regulamentares de segurança, medicina e higiene do trabalho;
- Arcar com os ônus decorrentes de incidência de todos os tributos federais, estaduais e municipais que possam incidir sobre os materiais e serviços contratados, inclusive o ISSQN, fazendo prova deles quando requerido e, responsabilizando-se, pelo



OURO
PRETO

PREFEITURA DE OURO PRETO

cumprimento de todas as exigências das repartições competentes, com total isenção da Prefeitura Municipal de Ouro Preto em relação a tais encargos;

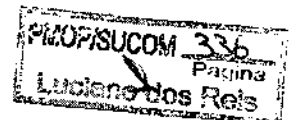
- A contratada deverá custear, aos funcionários da contratante, todos os treinamentos, cursos e certificações reconhecidos como oficiais pelos fabricantes/desenvolvedores, pertinentes à manutenção, configuração e expansão do hardware e softwares constantes deste Termo de Referência, seguindo cronograma e especificação fornecidos pelo Chefe da Sessão de Informática da contratante.
- Executar outras ações não previstas e compatíveis com o objeto da licitação somente quando os preços unitários sejam previamente submetidos e autorizados pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto.
- Responsabilizar-se única e exclusivamente perante a Prefeitura Municipal de Ouro Preto e terceiros, por todo o objeto fornecido
- É de inteira responsabilidade da contratada, a entrega, a configuração e testes necessários ao fiel e perfeito funcionamento do(s) produto(s) licitados.
- A contratada deverá substituir, às suas expensas o(s) serviço(s) que esteja(m) em desacordo com o estabelecido no edital e anexos ou, nos quais se verifiquem distorções em relação às exigências e condições previamente fixadas.
- A contratada deverá atender às solicitações de suporte e informações técnicas de utilização e manuseio dos sistemas, de acordo com a necessidade dos funcionários a serviço da contratante.
- Dispor de pessoal necessário à execução dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, greve, demissão e outros análogos, obedecendo às disposições da legislação trabalhista vigente, cabendo à contratada, por exigência da Administração, em caso de não atendimento das previsões deste edital e do contrato, substituir qualquer de seus funcionários num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.
- Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danos ou defeitos dos bens do Município e/ou da contratada, de seus funcionários ou de terceiros, bem como arcar com todos os custos decorrentes de imprudência, imperícia ou negligência no cumprimento de suas obrigações contratuais ou legais, tais como multas de trânsito.
- Responder por danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Administração.
- Constatado o não atendimento às finalidades e/ou objetivo dos sistemas implantados de modo a não alcançar o conjunto de definições, especificações, normas, padrões e critérios estabelecidos neste Termo de Referência, a contratada, deverá adequá-los de modo a permitir a perfeita execução do objeto contratual nos prazos definidos, que poderá ser prorrogado a critério da contratante, desde que devidamente justificado. Caso tais modificações demandem conhecimentos específicos para a

VICTOR SCHITTINI
TEIXEIRA
08312947604

JANDSON
PEREIRA
TAVARES:42
535166615

LUIZ GONZAGA
DE
OLIVEIRA:4844
0534653

SCROVIMAR
ELIAS BATALLA
42621423653



**OURO
PRETO**

www.ouropreto.mg.gov.br

PREFEITURA DE OURO PRETO

operação do sistema, a contratada deverá promover o treinamento aos funcionários da contratante.

- A contratada deverá ajustar os sistemas às alterações trazidas pela legislação Federal, Estadual, Municipal e pelo Tribunal de Contas da União e do Estado de Minas Gerais ou ainda outras às quais a contratante se submeta.

- Ao final do contrato, a contratada deverá transferir à contratante o SGBDR- Sistema Gerenciador de Banco de Dados Relacional, sem nenhum ônus adicional, assim como o Dicionário de Dados que permita a fácil e precisa identificação dos dados em todo o banco de dados, contendo todas as tabelas, visualizações, com suas respectivas chaves primárias, estrangeiras e índices, assim como os seus relacionamentos.

- A contratada deverá, mensalmente, juntamente com a fatura/Nota Fiscal dos Serviços Prestados no referido mês, apresentar relatório das solicitações e chamados, acumuladas e atualizadas até a data da entrega, contendo as seguintes informações:

- Número identificador do chamado no formato Número/Ano
- Data de Abertura
- Solicitante
- Tipo de Solicitação/Manutenção de acordo com a tabela constante no item 9.7 do termo de referência
- Descrição da Solicitação
- Prazo para conclusão
- Status do atendimento
- Responsável pelo atendimento
- Os chamados referentes ao item acima que estiverem em atraso, incorrerão em notificação contratual.
- Permitir e facilitar à Fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

- Guardar sigilo absoluto sobre todas as informações recebidas da Prefeitura e, bem assim, daquelas por si levantadas e de outras das quais venha a conhecer durante execução dos serviços, as quais não poderão ser por ela utilizadas, sob qualquer pretexto, para finalidades outras que não a do cumprimento deste objeto.

- Cuidar para que os elementos utilizados na execução dos serviços contratualmente previstos tenham tratamento reservado, por si ou por quaisquer de seus profissionais envolvidos no contrato, inclusive obrigando-se a não reproduzi-los ou cedê-los, sem a prévia e expressa autorização por escrito.

- O objeto desta contratação deverá ser entregue, de acordo com o cronograma proposto, de segunda a sexta-feira, de 08:00 às 18:00 horas, devendo a manutenção que possa comprometer o andamento dos serviços ser feita após o expediente ou no final de semana.

VICTOR SCHITTINI
TEIXEIRA
08312947604

JANDSON
PEREIRA
TAVARES:42
535166615

LUIZ GONZAGA DE
OLIVEIRA:4644
0534653

CROVIMARA
ELIAS BATISTA
42621429655



- Demonstrar à Contratante, sempre que solicitado, o modo de execução dos serviços, bem como prestar informações sobre a metodologia empregada e o andamento dos trabalhos.
- Comprometer-se pela integridade e sigilo dos materiais e informações prestadas pela Prefeitura Municipal para execução dos serviços.
- Fazer contatos, sempre que necessário, com a equipe técnica do Município.
- Controlar todas as atividades necessárias ao desenvolvimento e implantação do projeto.
- Estabelecer e acompanhar o cronograma de atividades do projeto.
- Devolver ao Município todo o material de sua propriedade, utilizado durante a execução do serviço.
- Fornecer manual (is) de utilização do(s) produto(s), em linguagem acessível ao usuário final.
- Identificar as necessidades de cada setor usuário do sistema, indicando as ações pertinentes a serem tomadas, conforme o novo modelo implantado.
- Caso os dados fornecidos para os sistemas não estejam em meio digital, ou caso haja problemas na manipulação dos dados já existentes nesse meio, a empresa contratada promoverá a digitação das informações para o novo sistema a ser implantado.
- O fornecimento do material didático, assim como os equipamentos necessários à capacitação e instrução dos treinandos, bem como os instrutores/ professores serão de responsabilidade exclusiva da empresa Contratada.
- A contratada não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações sem justificativas.

CLÁUSULA NONA - DOS PADRÕES DE DESEMPENHO

O contratado se obriga a executar os serviços de acordo com os mais elevados padrões de competência e integridade profissional e ética, assim como desempenhar suas obrigações com a atenção devida, eficiência e economia, em concordância com o disposto no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PROPRIEDADE DO MATERIAL

Todos os estudos, relatórios, ou outros materiais, como gráficos, software, etc, elaborados pelo contratado para a contratante sob este contrato pertencerão à contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GESTÃO DO CONTRATO

A Gestão do Contrato resultante da licitação dos serviços objetos do presente contrato deverá ser de responsabilidade do Sr Luiz Carlos Gonçalves, Diretor de Sistemas da Informação da Superintendência de Tecnologia da Informação que poderá adotar as providências contratuais e legalmente previstas visando a sua perfeita execução.

A fiscalização da execução dos módulos deverá ser exercida por servidor(es) do Município, formalmente designado(s), a quem incumbirá a prática de todos e quaisquer



PREFEITURA DE OURO PRETO

**OURO
PRETO**

www.municipio-oropreto.mg.gov.br

atos próprios ao exercício deste mister, nas especificações dos serviços a serem executados.

Devido à complexidade e singularidade do objeto contratual e a fim de auxiliar a sua perfeita execução, cada secretaria que possuir um módulo específico vinculado à prestação dos serviços contratados, deverá designar formalmente um servidor para juntamente com os técnicos especializados lotados na Seção de Informática acompanhar e fiscalizar a implementação e a execução de cada módulo do sistema contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

O presente contrato poderá ser alterado conforme previsto na Lei 8.666/93, através de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

13.1 - O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste contrato e Termo de Referência, anexo do Edital.

13.1.1 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

13.1.2 - A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.1.3 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.1.3.1 - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.1.3.2 - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.1.3.3 - Indenizações e multas.

Parágrafo único - Nos casos de rescisão acima mencionados, a contratante não indenizará a contratada, salvo pelos serviços já executados até o momento da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 a Licitante e a Contratada que:

14.1.1 Inexecução total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

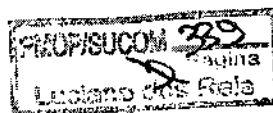
14.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.1.3 Fraudar na execução do contrato;

14.1.4 Comportar-se de modo inidôneo;

14.1.5 Cometer fraude fiscal;

14.1.6 Não mantiver a proposta;



**OURO
PRETO**

www.ouropreto.mg.gov.br

PREFEITURA DE OURO PRETO

14.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

14.2.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

14.2.2 Multa moratória de 0,01% (um centésimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 0,3% (três décimos por cento);

14.2.3 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;

14.2.4 Multa compensatória de 5 % (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.2.5 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

14.2.6 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até cinco anos;

14.2.7 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

14.3.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.3.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;

14.3.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;

14.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993;

14.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

A contratante fará a publicação do resumo deste contrato no diário oficial do Estado de Minas Gerais para os efeitos legais previstos na legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

**VICTOR SCHITTINE
TEIXEIRA**
08312947604

**LUIZ GONZAGA
DE
OLIVEIRA**
4544
0534853

**JANDSON PEREIRA
TAVARES**
42535166615

**CRONFARRA
ELIAS BAYANA**
4282142953

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DEPARTAMENTO DE ATOS E CONTRATOS – DACAD
Rua Diogo de Vasconcelos nº 29, Pilar
Ouro Preto/MG – 35400-000
(31) 3559-3227



**OURO
PRETO**

www.ouropreto.mg.gov.br

PMOP/SUCOM 340
Página
Luciano dos Reis

PREFEITURA DE OURO PRETO

As partes elegem o foro da Comarca de Ouro Preto para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes do presente contrato.

E por estarem assim ajustadas, firmam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Ouro Preto, 10 de Maio de 2022.

**CROVYMARA
ELIAS BATALHA
42621429653**

CROVYMARA ELIAS BATALHA
42621429653
C=BR; O=ICP-Brasil; OU=AC SOLUT
I/Maple v5, OU=37460125000183,
OU=Presencial, OU=Certificado PF A3,
CN=CROVYMARA ELIAS BATALHA
42621429653

MUNICÍPIO DE OURO PRETO

Crovymara Elias Batalha
Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

**LUIZ GONZAGA
DE**

**OLIVEIRA:4644053
34653**

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO

Luiz Gonzaga de Oliveira
Presidente da Câmara Municipal

LUIZ GONZAGA DE
OLIVEIRA:46440534653
C=BR; O=ICP-Brasil, OU=AC
DIGITAL MULTIPLA G1, OU=
27460125000183, OU=presencial,
OU=Certificado PF A3, CN=LUIZ
GONZAGA DE
OLIVEIRA:46440534653

JANDSON PEREIRA

TAVARES:42535166615

Assinado de forma digital por JANDSON PEREIRA TAVARES:42535166615
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=videoconferencia, ou=37300983000191,
ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=ARBRASILCERTEC,
ou=RFB e-CPF A3, cn=JANDSON PEREIRA TAVARES:42535166615
Dados: 2022.06.28 17:03:02 -03'00'

SONNER SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA.

CNPJ 06.067.665/0001-07

CONTRATADO

(assinatura do responsável legal legível e por extenso)

CPF:

**VICTOR
SCHITTINI
TEIXEIRA
08312947604**

VICTOR SCHITTINI TEIXEIRA:
08312947604
C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria
da Receita Federal do Brasil - RFB,
OU=RFB e-CPF A3, OU=VALID,
OU=AR.CERTDATA, OU=Presencial,
OU=16686332000127, CN=VICTOR
SCHITTINI TEIXEIRA:08312947604
Diretor de Atos e Contratos - PMOP

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DEPARTAMENTO DE ATOS E CONTRATOS
Praça Américo Lopes - Pilar, 91
Ouro Preto - Minas Gerais, CEP: 35400-000
Telefone: (31) 3559-3260

PREFEITURA DE OURO PRETO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE
CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE OURO PRETO E SONNER SISTEMAS
DE INFORMÁTICA LTDA.

www.ouropreto.mg.gov.br

Ref.: Pregão Eletrônico 006/2022

O MUNICÍPIO DE OURO PRETO, com sede nesta cidade, na Praça Barão do Rio Branco, nº. 12, inscrito no CNPJ sob o nº. 18.295.295/0001-36, representado por sua Ilma. Secretária Municipal de Planejamento e Gestão, Sra. Crovymara Elias Batalha e SONNER SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA., já devidamente qualificada no processo licitatório supra, diante da SC nº 1799/2023, ajustam o presente Termo Aditivo, atendidas as cláusulas e condições que enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Fica renovado em 12 (doze) meses o prazo do presente contrato, conforme as justificativas da SC supra.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

Fica renovado o valor global do contrato em R\$ 2.473.266,32 (dois milhões, quatrocentos e setenta e três mil, duzentos e sessenta e seis reais e trinta e dois centavos), conforme justificativas contidas na SC supracitada

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO

As despesas decorrentes do presente contrato serão custeadas pelo Município por meio da seguinte Dotação Orçamentária:

02.06.01.04.126.0035.1015.3.3.90.40.00 FR 1.500.000 FP 298 Código de aplicação 0000

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se todas as demais cláusulas e aditivos do presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

Para divulgação deste ato, o Município providenciará a sua publicação em órgãos informativos oficiais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento, de igual teor e forma, em 03 (três) vias.

Ouro Preto, 10 de maio de 2023

Victor Schittini Teixeira
Diretor DACAD
OAB - MG 163 955

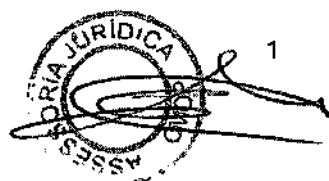
MUNICÍPIO DE OURO PRETO
Crovymara Elias Batalha
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

Crovymara Elias Batalha
Secretaria Municipal de
Planejamento e Gestão
PMOP

SONNER SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
Contratada
(Assinatura legível, por extenso)

CPF: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO
José Geraldo Muniz
Presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DEPARTAMENTO DE ATOS E CONTRATOS
Praça Américo Lopes - Pilar, 91
Ouro Preto - Minas Gerais, CEP: 35400-000
Telefone: (31) 3559-3260

ID 2308

P111628



www.ouropreto.mg.gov.br

PREFEITURA DE OURO PRETO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE OURO PRETO E SONNER SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA.

Pregão Eletrônico nº 06/2022

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, o **MUNICÍPIO DE OURO PRETO**, com sede na Praça Barão do Rio Branco, nº 12, inscrito no CNPJ sob o nº 18.295.295/0001-36, neste ato representado pelo Ilmo. Secretário Municipal Interino de Planejamento e Gestão, Sr. Gever Geraldo Chagas, no uso das atribuições que lhe são conferidas, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e **SONNER SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA.**, já devidamente qualificada no processo licitatório supra, por meio da CI nº 9597/2023, ajustam o presente Termo Aditivo de contrato, atendidas as cláusulas e condições que enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO VALOR

Fica o valor do presente contrato suprimido em **R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais)**, o qual serão efetuadas em parcelas mensais de **R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais)** contadas a partir de outubro de 2023 até o fim da vigência contratual. Tal supressão é referente a retirada dos serviços pertencentes ao módulo de Ouvidoria Municipal, conforme consta descrito na Comunicação Interna supramencionada, passando o valor global do presente contrato para o montante de **R\$ 2.462.766,32**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se todas as demais cláusulas e aditivos do presente contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

Para divulgação deste ato, o Município providenciará a sua publicação em órgãos informativos oficiais.

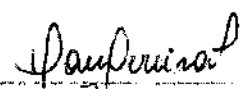
CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento, de igual teor e forma, em 03 (três) vias.

Ouro Preto 01 de outubro de 2023.


MUNICÍPIO DE OURO PRETO
Gever Geraldo Chagas


Secretário Municipal Interino de Planejamento e Gestão


SONNER SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
Contratada

CNPJ nº

(Assinatura do representante legal por extenso e legível)

CPF:


Victor Schittini Teixeira
Diretor DACAD
OAB - MG 163 955

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DEPARTAMENTO DE ATOS E CONTRATOS
Praça Américo Lopes - Pilar, 91
Ouro Preto - Minas Gerais, CEP: 35400-000
Telefone: (31) 3559-3260

ID 2308



PREFEITURA DE OURO PRETO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE OURO PRETO E SONNER SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA.

Pregão Eletrônico nº. 006/2022

O MUNICÍPIO DE OURO PRETO, com sede nesta cidade, na Praça Barão do Rio Branco, nº. 12, inscrito no CNPJ sob o nº. 18.295.295/0001-36, representado por seu Ilmo. Secretário Municipal de Planejamento e Gestão, Sr. Gever Geraldo Chagas, e SONNER SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA., já devidamente qualificados no processo licitatório, diante da SC nº 2084/2024, ajustam o presente Termo Aditivo, atendidas as cláusulas e condições que enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Fica renovado em 12 (doze) meses o prazo do presente contrato, passando o termo final de sua vigência para o dia 10 de maio de 2025, conforme as justificativas da Secretaria supra.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Fica renovado o contrato no valor de R\$ 2.497.265,46 (dois milhões quatrocentos e noventa e sete mil duzentos e sessenta e cinco mil reais e quarenta e seis centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Contrato serão custeadas pelo Município de Ouro Preto, por meio da Dotação Orçamentária:

02.25.01.04.126.0035.1015.3.3.90.40.00 Ficha 305 FR 1.500 Código de aplicação 0000

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se todas as demais cláusulas e aditivos do presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

Para divulgação deste ato, o Município providenciará a sua publicação em órgãos informativos oficiais.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DEPARTAMENTO DE ATOS E CONTRATOS
Praça Américo Lopes - Pilar, 91
Ouro Preto - Minas Gerais, CEP: 35400-000
Telefone: (31) 3559-3260



**OURO
PRETO**

www.ouropreto.mg.gov.br

PREFEITURA DE OURO PRETO

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento, de igual teor e forma, em 03 (três) vias.

Ouro Preto, 09 de maio de 2024.


Gever Geraldo Chagas
Secretário Municipal de
Planejamento e Gestão


MUNICÍPIO DE OURO PRETO

Gever Geraldo Chagas
Secretário Municipal de Planejamento e Gestão


SONNER SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA

(assinatura legível, por extenso)


José Geraldo Muniz
(Zé do Binga)
Presidente

Câmara Municipal de Ouro Preto

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DEPARTAMENTO DE ATOS E CONTRATOS
Praça Américo Lopes - Pilar, 91
Ouro Preto - Minas Gerais, CEP: 35400-000
Telefone: (31) 3559-3260

JD 2308



**OURO
PRETO**

www.ouropreto.mg.gov.br

PREFEITURA DE OURO PRETO

**QUARTO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO
CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURO PRETO E SONNER
SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA.**

Pregão Eletrônico nº 006/2022

O **MUNICÍPIO DE OURO PRETO**, com sede nesta cidade, na Praça Barão do Rio Branco, nº. 12, inscrito no CNPJ sob o nº. 18.295.295/0001-36 representado pela Ilma. Secretária Municipal de Planejamento e Gestão, Sra. Aline das Graças Eduardo, diante da C.I nº 14977/2025, no tocante ao contrato firmado com **SONNER SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA.**, ajusta o presente Termo, atendidas as cláusulas e condições que enunciam a seguir

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO DA RAZÃO SOCIAL

Constitui objeto deste termo de apostilamento a alteração da razão social da empresa de nome **SONNER SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA**, que passa a se chamar **GOVERNOS TECNOLOGICOS E INTEGRADOS LTDA.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se todas as demais cláusulas do presente contrato.

Ouro Preto, 22 de outubro de 2025.


MUNICÍPIO DE OURO PRETO

Aline das Graças Eduardo
Secretária Municipal de Planejamento e Gestão


Ouro Preto, 22 de outubro de 2025

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DEPARTAMENTO DE ATOS E CONTRATOS
Praça Américo Lopes - Pilar, 91
Ouro Preto - Minas Gerais, CEP: 35400-000
Telefone: (31) 3559-3260



**OURO
PRETO**

www.ouropreto.mg.gov.br

PREFEITURA DE OURO PRETO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE OURO PRETO E SONNER SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA.

Pregão Eletrônico nº. 006/2022

O **MUNICÍPIO DE OURO PRETO**, com sede nesta cidade, na Praça Barão do Rio Branco, nº. 12, inscrito no CNPJ sob o nº. 18.295.295/0001-36, representado por seu Ilmo. Secretário Municipal de Planejamento e Gestão, Sra. Aline das Graças Eduardo, e **SONNER SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA.**, já devidamente qualificados no processo licitatório, ajustam o presente Termo Aditivo, atendidas as cláusulas e condições que enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Fica renovado em **3 (três) meses** o prazo do presente contrato, **passando o termo final de sua vigência para o dia 10 de agosto de 2025**, conforme as justificativas da Secretaria supra.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Fica renovado o contrato no valor de **R\$ 669.418,12 (seiscentos e sessenta e nove mil quatrocentos e dezoito reais e doze centavos)**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Contrato serão custeadas pelo Município de Ouro Preto, por meio da Dotação Orçamentária:
02.25.01.04.126.0035.1015.3.3.90.40.00 Ficha 316 FR 1.500 CA 0000

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se todas as demais cláusulas e aditivos do presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

Para divulgação deste ato, o Município providenciará a sua publicação em órgãos informativos oficiais.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento, de igual teor e forma, em 03 (três) vias.

Ouro Preto, 8 de maio de 2025.

ALINE DAS GRACAS
EDUARDO:10690513658
58

Assinado digitalmente por ALINE DAS GRACAS
EDUARDO:10690513658
NID: GBRP, OU=ICP-Brasil, OU=AC DIGITAL MULTIPLA G1,
OU=27489125000183, OU=presencial, OU=Certificado PF
A3, CN=ALINE DAS GRACAS EDUARDO:10690513658
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:

MUNICÍPIO DE OURO PRETO
Aline das Graças Eduardo
Secretária Municipal de Planejamento e Gestão

JANDSON PEREIRA
TAVARES:42535166615

Assinado de forma digital por JANDSON PEREIRA
TAVARES:42535166615
DN: cn=BR, ou=ICP-Brasil, ou=viduocconferencia, oua37380983000191,
ou=Secretaria de Itens e Recurso Federal do Brasil - RFB,
ou=ABRASILCERTEC, ou=RFB e-CNPJ A3, cn=JANDSON PEREIRA
TAVARES:42535166615
Data: 2025.05.08 16:18:45 -03'00'

**SONNER SISTEMAS DE INFORMÁTICA
LTDA**
Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DEPARTAMENTO DE ATOS E CONTRATOS
Praça Américo Lopes - Pilar, 91
Ouro Preto - Minas Gerais, CEP: 35400-000
Telefone: (31) 3559-3260



PREFEITURA DE OURO PRETO

www.ouropreto.mg.gov.br

**QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO
QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE OURO PRETO E
SONNER SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA.**

Pregão Eletrônico nº. 006/2022

O MUNICÍPIO DE OURO PRETO, com sede nesta cidade, na Praça Barão do Rio Branco, nº. 12, inscrito no CNPJ sob o nº. 18.295.295/0001-36, representado por seu Ilmo. Secretário Municipal de Planejamento e Gestão, Sra. Aline das Graças Eduardo, e SONNER SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA., já devidamente qualificados no processo licitatório, diante da SC 3073/2025, ajustam o presente Termo Aditivo, atendidas as cláusulas e condições que enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

Fica renovado em 3 (três) meses o prazo do presente contrato, passando o termo final de sua vigência para o dia 10 de novembro de 2025, conforme as justificativas da Secretaria supra.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Fica renovado o contrato no valor de R\$ 669.418,12 (seiscentos e sessenta e nove mil quatrocentos e dezoito reais e doze centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Contrato serão custeadas pelo Município de Ouro Preto, por meio da Dotação Orçamentária:

02.25.01.04.126.0035.1015.3.3.90.40.00 Ficha 316 FR 1.500 CA 0000

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se todas as demais cláusulas e aditivos do presente contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

Para divulgação deste ato, o Município providenciará a sua publicação em órgãos informativos oficiais.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento, de igual teor e forma, em 03 (três) vias.

Ouro Preto, 10 de agosto de 2025.

ALINE DAS GRACAS
EDUARDO:1069051366
58

Assinado digitalmente por ALINE DAS GRACAS
EDUARDO:1069051366
ID: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC DIGITAL MULTIPLA G1,
OU=27489125020185, OU=presencial, OU=Certificado PF
A3, CN=ALINE DAS GRACAS EDUARDO:1069051366
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:

MUNICÍPIO DE OURO PRETO

Aline das Graças Eduardo
Secretária Municipal de Planejamento e Gestão

VICTOR SCHITTINI
TEIXEIRA:08312947604
C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI
Multipla v5, OU=Renovacao Eletronica,
OU=Certificado Digital, OU=Certificado PF
A3, CN=VICTOR SCHITTINI
TEIXEIRA:08312947604
7604
2025.1.0

JANDSON PEREIRA
TAVARES:42535166615

Assinado de forma digital por JANDSON PEREIRA
TAVARES:42535166615
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria de Planejamento e Gestão, ou=3730082000191,
ou=Secretaria de Receita Federal do Brasil - RFB,
ou=ABRASIL.CERTIFICACAO, ou=RFB e-CPF A3, cn=JANDSON PEREIRA
TAVARES:42535166615
Data: 2025.08.10 11:11:15 -0300

**SONNER SISTEMAS DE INFORMÁTICA
LTDA
Contratada**



**GURU
PRETO**

Assistência especializada por VICTOR SCHITTINI TEIXEIRA: 06312847804
 NER-CBPR, O-ICP, Brásil, O-AC SOLUFI Multiplex vs, O-Que Perceção
 Eletrônica, O-Que Cerebro Digital, O-Que Cerebro RF A3, O-Que VPCOR
 SCHITTINI TEIXEIRA: 06312847804
 Resposta: Eu sou o autor deste documento
 Localizado:
 Data: 2005-11-10 10:37 13-03/08
 Endereço: 13-03/08

TERMO DE CONVÊNIO

**CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO
DE OURO PRETO E A CÂMARA MUNICIPAL DE
OURO PRETO.**

Convênio PMOP nº. 054/2022

O **MUNICÍPIO DE OURO PRETO**, com sede na Praça Barão do Rio Branco, nº.12, Bairro Pilar, Ouro Preto/MG, doravante denominado **CONCEDENTE**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.295.295/0001-36, neste ato representado por seu Prefeito, Angelo Oswaldo de Araújo Santos, portador da CI nº M-195169 SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 055.593.596-53, e a **CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO**, doravante denominada **CONVENENTE**, inscrita no CNPJ/MF nº. 19.146.752/0001-93, com sede à Praça Tiradentes, nº. 41, Centro, Ouro Preto-MG, neste ato representada por seu Presidente para o Biênio 2021/2022 o Vereador Luiz Gonzaga de Oliveira, brasileiro, aposentado, casado, inscrito no CPF sob o nº. 464.405.346-53, RG MG 2.421.245, residente e domiciliado à Rua Rio Acima, nº. 13, Bairro São Sebastião, Ouro Preto/MG, ajustam, conforme **Plano de Trabalho** anexo, que integra independentemente de transcrição, o presente **CONVÊNIO**, nos termos da Lei nº. 8.666/1993, do Decreto Federal nº. 10.540 e demais legislações pertinentes, conforme Solicitação nº. 0699, mediante as cláusulas e condições especificadas a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS DEFINIÇÕES

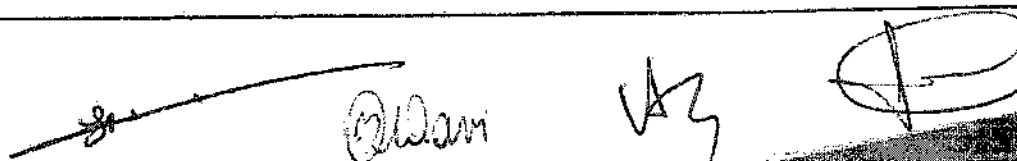
Para fins de execução do presente Termo de Convênio, se fazem importantes as seguintes expressões, conforme o Decreto Federal nº. 10.540 em seu art. 2º:

Sistema Único: sistema informatizado cuja base de dados é compartilhada entre os seus usuários, observadas as normas e os procedimentos de acesso, e que permite a atualização, a consulta e a extração de dados e de informações de maneira centralizada, nos termos do disposto no §6º do art. 48 da Lei Complementar nº 101 de 2000;

Sistema Integrado: sistema informatizado que permite a integração ou a comunicação, sem intervenção humana, com outros sistemas estruturantes cujos dados possam afetar as informações orçamentárias, contábeis e fiscais, tais como controle patrimonial, arrecadação, contratações públicas, dentre outras;

Base de dados: conjunto ou repositório de dados inter-relacionados, organizados de forma a permitir a recuperação da informação de maneira centralizada, que podem ser armazenados e acessados local ou remotamente;

Disponibilização de Informações em Tempo Real: a disponibilização de informações até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no SIAFIC, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacional necessários ao seu pleno funcionamento;



Meio Eletrônico de Amplo Acesso Público: sistemas, painéis de visualização de dados e sítios eletrônicos que não exijam cadastramento de usuário ou utilização de senha para acesso, ou seja o Portal de Transparência;

Usuário: a pessoa física que, após o cadastramento e a habilitação de acesso no SIAFIC, poderá inserir e consultar documentos, é responsável pela qualidade e veracidade dos dados introduzidos e é identificado por seu número de inscrição no Cadastro Único de Pessoas Físicas - CPF ou por seu certificado digital;

Administrador do SIAFIC: o agente responsável por manter e operar o ambiente computacional do sistema, encarregado da instalação, do suporte e da manutenção dos servidores e dos bancos de dados;

Execução Orçamentária: a previsão, a arrecadação e o recolhimento de receitas e a utilização de créditos consignados na Lei Orçamentária Anual a cada Poder ou órgão de que trata o § 1º do art. 1º, incluídas as fases de empenho, liquidação e pagamento;

Administração Financeira: as atividades de previsão, arrecadação, programação e execução financeira, de administração de direitos e haveres e de gestão do caixa, das disponibilidades e das garantias e obrigações de responsabilidade do Tesouro de cada ente federativo;

Controle da execução Orçamentária e Financeira: registros e atos necessários à coordenação da administração financeira e da execução orçamentária, incluídos os registros contábeis correspondentes;

Gestão Contábil: conjuntos normativos, procedimentos e sistemas estruturantes ou organizacionais que visem evidenciar atos e fatos dos entes federativos relativos à situação orçamentária, financeira e patrimonial e os atos potenciais que possam gerar reflexos no patrimônio da entidade, para fins de prestação de contas e responsabilização, tomada de decisão e transparência das contas públicas;

Sistema Estruturante: sistema com suporte de tecnologia da informação fundamental e imprescindível para o planejamento, a coordenação, a execução, a descentralização, a delegação de competência, o controle de ou a auditoria das ações do Estado, além de outras atividades auxiliares, comum a dois ou mais órgãos da administração pública e que necessite de coordenação central;

Patrimônio da Entidade: o conjunto de bens e direitos das entidades do setor público, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados, e suas obrigações, conforme definição das normas de contabilidade aplicáveis;

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio tem por objeto a padronização mínima de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (SIAFIC), conforme determina o Decreto Federal nº 10.540, de 5 de novembro de 2020, bem como a cooperação na fase interna da licitação para a aquisição dos serviços necessários ao projeto SIAFIC e a posterior



fiscalização da execução de sua execução, conforme Plano de Trabalho firmado entre as partes.

Parágrafo Único. Para que o objeto do presente Termo de Convênio possa ser cumprido, será necessária a viabilização de licitação para a uniformidade dos dados na municipalidade, a unificação das informações, a cooperação na fase interna da licitação e na fiscalização da implementação do SIAFIC.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO

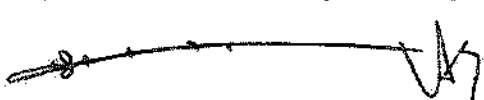
Integram este Termo de Convênio, independente de transcrição, o Plano de Trabalho, o Termo de Referência proposto pelo **CONVENIENTE** e aceitos pelo **CONCEDENTE**, bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujos termos os partícipes acatam em sua integralidade.

Parágrafo Único. Eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto deste convênio integrarão o Plano de Trabalho, desde que, sejam submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente do **CONCEDENTE** e que não haja alteração do objeto.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

São obrigações das partes:

- I - realizar os atos e os procedimentos relativos à formalização, alteração, execução, acompanhamento, análise da padronização dos dados, sendo nele registrados os atos que, por sua natureza, não possam ser realizados no sistema;
- II - Executar e fiscalizar o objeto pactuado, de acordo com a legislação vigente e os dados acordados entre as partes, adotando todas as medidas necessárias à correta execução da legislação vigente para a padronização dos dados;
- III - Acompanhar, avaliar e aferir, sistematicamente, a execução física e financeira do objeto deste Convênio, bem como verificar a regularização e padronização das informações, condicionando a alteração a comunicação entre as partes decorrentes do uso de informações públicas ou outras pendências de ordem técnica ou legal, com fixação do prazo para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;
- IV - Analisar e, se for o caso, aceitar as propostas de alteração dos termos de celebração deste Convênio;
- V - Divulgar atos normativos e realizar a orientação entre as partes quanto à correta execução dos projetos e atividades de padronização de dados;
- VI - Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços convencionados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectado pelas partes ou pelos órgãos de controle;
- VII - Manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Convênio em **conta bancária específica**, aberta em instituição financeira, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, bem assim aqueles oferecidos em contrapartida, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento de seu objeto, observadas as vedações constantes neste instrumentos relativas à execução das despesas;



VIII - Manter os documentos relacionados ao instrumento pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da formalização da data em que foi apresentada a prestação de contas ou o decurso do prazo para a apresentação da mesma;

IX - Manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos a execução dos atos, para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos, pelo portal da transparência;

X - Facilitar o monitoramento e o acompanhamento da população, permitindo que seja efetuada a avaliação online e *in loco*, e sempre que solicitado disponibilizadas as informações e dos documentos relacionados com a execução dos atos realizados pelos poderes obedecendo a legislação vigente;

XI - Manter as partes informadas sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Convênio e prestar informações, a qualquer tempo, sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação da transparência;

XII - Dar ciência aos órgãos de controle ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar o Ministério Público Estadual, conforme previsão no art. 7º da Lei nº. 8.429/1992;

XIII - Manter um canal de comunicação efetivo, ao qual se dará ampla publicidade, para recebimento pela Prefeitura Municipal de Manifestações dos cidadãos relacionados ao Convênio, possibilitando o recebimento de sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias.

São obrigações da CONCEDENTE:

I - Ceder acesso ao Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (SIAFIC), de forma que garanta a independência entre os poderes Executivo e Legislativo, porém na mesma base de dados na qual é acessada pelo Poder Executivo de acordo com o Decreto Federal nº. 10.540.

São obrigações da CONVENENTE:

I - Participar da elaboração do processo licitatório, definindo os módulos do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (SIAFIC) a serem usados pela Câmara Municipal;

II - Designar os responsáveis pela fiscalização do contrato a ser firmado entre o Município de Ouro Preto e vencedor do certame;

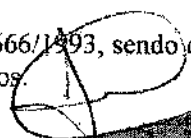
III - Apontar formalmente as questões relacionadas ao contrato que demandem ações por parte do gestor do contrato junto à contratada;

IV - Ceder as informações necessárias à contratada para a migração do sistema atual da Câmara Municipal para o resultante do processo licitatório da Prefeitura Municipal de Ouro Preto.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O Convênio terá vigência de 60 (sessenta) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada, mediante termo aditivo, por solicitação do CONVENENTE devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término.

§1º. O período de vigência do presente termo é autorizado pelo art. 57, II, da Lei 8.666/1993, sendo de responsabilidade de ambas as partes a correta demonstração dos atos e fatos realizados.



§2º. A eficácia do presente termo fica condicionada a sua publicação no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS

Os recursos financeiros despendidos com a realização da padronização da apresentação dos atos e fatos ocorridos serão de responsabilidade de cada parte.

§ 1º. Visando buscar o princípio da economicidade, se possível, será realizada licitação única, sendo realizada pelo Município em cooperação com a Câmara Municipal, sendo que cada parte deverá arcar com os respectivos custos para prática dos atos que lhe for de responsabilidade.

§ 2º. Não haverá repasse de valores entre os convenientes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONTRAPARTIDA

A Câmara Municipal repassará ao Município os valores estabelecidos por instrumento próprio, considerando as despesas decorrentes da utilização dos módulos disponibilizados ao legislativo, observado o critério de proporcionalidade especialmente estabelecido.

CLÁUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

O presente Termo de Convênio deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

§1º. É vedado ao **CONVENIENTE**, sob pena de rescisão do ajuste:

I - Utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho;

II - Realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;

III - Efetuar pagamento em data posterior à vigência deste Termo de Convênio, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente do **CONCEDENTE** e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante sua vigência;

IV - Alterar o objeto do convênio, exceto no caso de ampliação da execução do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta, sem prejuízo da funcionalidade do objeto conveniado;

V - Realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto no que se refere às multas, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo **CONCEDENTE**, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;

VI - Realizar despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos e desde que previstas no Plano de Trabalho;

VII - Celebrar contrato ou convênio com entidades impedidas de receber recursos municipais.



www.ouropreto.mg.gov.br

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO

Este Convênio poderá ser alterado por termo aditivo, mediante proposta das partes, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada a outra parte para análise e decisão, no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias da efetiva alteração.

Parágrafo Único. É vedada a alteração do objeto sem o aceite da outra parte.

CLÁUSULA DEZ - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Incumbe às PARTES, de forma cooperativa, assim como a PÓPULAÇÃO do Município, exercer a fiscalização, a qual considerará a qualidade das informações apresentadas nos portais de transparência e dados abertos, previstas nas legislações específicas, que devem ser realizadas de forma sistemática, com o objetivo de seguir, dentre outros, os princípios da legalidade e da transparência.

CLÁUSULA ONZE - DOS GESTOR ESPECÍFICO

Fica designado para a gestão do presente convênio o Sr. **Luiz Carlos Gonçalves**, Diretor de Sistemas da Informação, matrícula 136.468 PMOP.

CLÁUSULA DOZE - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser:

I - **denunciado** a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença;

II - **rescindido**, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

Parágrafo Único. A rescisão do Convênio, quando resulte dano ao erário, enseja a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA TREZE - DA PUBLICIDADE

A eficácia do presente Termo de Convênio ou dos aditamentos que impliquem em alteração e/ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pelo CONCEDENTE.





**OURO
PRETO**
PREFEITURA

PREFEITURA DE OURO PRETO
Praça Barão do Rio Branco, 12, Pilar
Ouro Preto - Minas Gerais 35400-000
(31) 3559-3200 / 3559-3344

CLÁUSULA QUATORZE - DAS CONDIÇÕES GERAIS

Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - Todas as comunicações relativas a este Convênio serão consideradas como regularmente efetuadas, quando realizadas por intermédio por Plataformas Eletrônicas e pelo Diário Oficial do Município;

a) As comunicações referidas, a princípio devem ser feitas de forma contínua e, se existir previsão de forma em lei especial, as mesmas devem ser atendidas;

II - As comunicações que não puderem ser efetuadas por Plataformas Eletrônica ou Diário Oficial do Município serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado 5 (cinco) dias após o recebimento, independente de confirmação;

III - As mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de 5 (cinco) dias;

IV - As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Convênio, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados; e

V - as exigências que não puderem ser cumpridas por meio da Plataforma Eletrônica deverão ser supridas através da regular instrução processual.

CLÁUSULA QUINZE - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Ouro Preto/MG, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste convênio e de seus aditivos.

E, por estarem de acordo com os termos deste convênio, as partes o firmam em 03 (três) vias de igual teor.

Ouro Preto, 01 de março de 2022.

Angelo Oswaldo de Araújo Santos

Prefeito de Ouro Preto

Luiz Gonzaga de Oliveira

Presidente da Câmara de Vereadores

Crovymara Elias Batalha
Secretaria Municipal de
Planejamento e Gestão
PMOP

Crovymara Elias Batalha
Secretária Municipal de Planejamento e Gestão

Luiz Carlos Gonçalves
Diretor de Sistema da Informação
Matr. 138.468 - PMOP

Luiz Carlos Gonçalves
Gestor Municipal Específico

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

Davi Barbosa Oliveira
Procurador Municipal
OAB/MG: 110.265



PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ/MG

(Processo Administrativo nº 152/2024)

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 152001/2025, QUE
FAZEM ENTRE SI PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ,
REPRESENTADA PELO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO, SRA. TAMARA IDALICE DE SOUZA
BRAGA E IPM SISTEMAS LTDA**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ**, com sede na Avenida Maestro Sansão, nº 236, Bairro Centro, na cidade de Muriaé/MG, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 17.947.581/0001-76, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Administração, Sra. TAMARA IDALICE DE SOUZA BRAGA, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 0*7.2*1.*56-1*, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa **IPM SISTEMAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 01.258.027/0001-41, situada na Rua Cristovão Nunes Pires, nº 86, SALA 01 A 07 BLOCO A PAVMT06 DA TORRE SUDEN, Centro, Florianópolis-SC, CEP: 88.010-120, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado pelo Sr. ALDO LUIZ MEES, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 2*2.8*7.*19-*5, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 073/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

Tem como objeto o contrato proveniente de ata de registro de preços para contratação de empresa especializada em softwares nativos de plataforma web para fornecimento de sistema de gestão pública integrada, no modo locação de licenças de uso de programas, sem limite de usuários. Inclui ainda serviços complementares necessários ao funcionamento de tais sistemas, como migração de dados, implantação, parametrizações e configurações, treinamento de usuários, suporte técnico, manutenção corretiva, legal e evolutiva, bem como hospedagem da solução em data center e todas as demais condições constantes nos Anexos II, III e IV deste Termo.

1.1. Objeto da contratação:

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 152001/2025

Seq	Item	Descrição	UN	Quantidade	Unitário	Total
3	20528	ALMOXARIFADO	MÊS	12,0000	680,1200	R\$8.161,44
6	20544	APP - APLICATIVO MOBILE DE SERVIÇOS E AUTOATENDIMENTO	MÊS	12,0000	1.802,2200	R\$21.626,64
8	20569	ATENDIMENTO SOCIAL	MÊS	12,0000	1.176,0000	R\$14.112,00
11	20525	COMPRAS E LICITAÇÕES	MÊS	12,0000	3.625,0200	R\$43.500,24
12	20529	CONTROLE DE FROTA E COMBUSTÍVEIS	MÊS	12,0000	1.706,1800	R\$20.474,16
13	20520	CONTROLE INTERNO	MÊS	12,0000	2.788,1000	R\$33.457,20
15	20545	DOMICÍLIO ELETRÔNICO	MÊS	12,0000	3.052,7000	R\$36.632,40
17	20534	ESCRITA FISCAL ELETRÔNICA	MÊS	12,0000	3.033,1000	R\$36.397,20
18	20519	ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL, EXECUÇÃO FINANCEIRA E PLANO DE CONTAS	MÊS	12,0000	7.505,8200	R\$90.069,84
21	20533	FISCALIZAÇÃO FAZENDÁRIA	MÊS	12,0000	2.791,0400	R\$33.492,48
22	20548	GESTÃO ADMINISTRATIVA EDUCAÇÃO	MÊS	12,0000	28.524,8600	R\$342.298,32
23	20549	GESTÃO CALENDÁRIO ESCOLAR	MÊS	12,0000	2.434,3200	R\$29.211,84
24	21164	GESTÃO DA ARRECADAÇÃO	MÊS	12,0000	4.220,8600	R\$50.650,32
25	20543	GESTÃO DA DÍVIDA ATIVA	MÊS	12,0000	2.985,0800	R\$35.820,96
26	20546	GESTÃO DE CEMITÉRIOS	MÊS	12,0000	1.959,0200	R\$23.508,24
27	20537	GESTÃO DE IPTU E TAXAS	MÊS	12,0000	2.939,0200	R\$35.268,24
28	20538	GESTÃO DE ITBI E TAXAS	MÊS	12,0000	2.146,2000	R\$25.754,40
29	20542	GESTÃO DE OBRAS E	MÊS	12,0000	1.075,0600	R\$12.900,72



TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 152001/2025

		POSTURAS				
30	20530	GESTÃO DE PROCURADORIA	MÊS	12,0000	2.831,2200	R\$33.974,64
31	20540	GESTÃO DE RECEITAS DIVERSAS	MÊS	12,0000	1.272,0400	R\$15.264,48
32	21163	GESTÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	MÊS	12,0000	784,0000	R\$9.408,00
33	21165	GESTÃO DO ISS E TAXAS	MÊS	12,0000	4.076,8000	R\$48.921,60
34	20574	GESTÃO E PROVIMENTO DE DATA CENTER - GESTÃO, DISPONIBILIDADE, HOSPEDAGEM, PROCESSAMENTO, SEGURANÇA E BACKUP	MÊS	12,0000	11.524,8000	R\$138.297,60
35	20550	GESTÃO PEDAGÓGICA	MÊS	12,0000	1.460,2000	R\$17.522,40
37	20526	INCLUSÃO E CONTROLE DE CONTRATOS	MÊS	12,0000	833,0000	R\$9.996,00
44	20532	MEMORANDO	MÊS	12,0000	3.495,6600	R\$41.947,92
45	20535	NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS	MÊS	12,0000	19.363,8200	R\$232.365,84
46	20547	OUVIDORIA	MÊS	12,0000	741,8600	R\$8.902,32
47	20527	PATRIMÔNIO	MÊS	12,0000	1.327,9000	R\$15.934,80
48	20521	PESSOAL E FOLHA DE PAGAMENTO	MÊS	12,0000	4.698,1200	R\$56.377,44
49	20518	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	MÊS	12,0000	2.082,5000	R\$24.990,00
50	20523	PONTO ELETRÔNICO	MÊS	12,0000	1.712,0600	R\$20.544,72
51	21161	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	MÊS	12,0000	1.884,5400	R\$22.614,48
52	21162	PORTAL DE SERVIÇOS E AUTOATENDIMENTO	MÊS	12,0000	2.749,8800	R\$32.998,56
53	20531	PROCESSO DIGITAL	MÊS	12,0000	1.690,5000	R\$20.286,00
58	20581	RESERVA TÉCNICA - INTERVENÇÃO NO	H	4.000,0000	377,3000	R\$1.509.200,00

		BANCO DE DADOS, CUSTOMIZAÇÃO DE MÓDULOS, CUSTOMIZAÇÃO DE RELATÓRIOS E GERAÇÃO DE ARQUIVOS				
59	20522	SEGURANÇA E SAÚDE DO SERVIDOR	MÊS	12,0000	507,6400	R\$6.091,68
66	20541	SIMPLES NACIONAL	MÊS	12,0000	828,1000	R\$9.937,20
73	20557	TRANSPORTE	MÊS	12,0000	343,0000	R\$4.116,00
67	20587	TÉCNICO ADMINISTRAÇÃO GERAL	SERV	1,0000	9.310,0000	R\$9.310,00
68	20585	TÉCNICO ÁREA CONTABILIDADE	SERV	1,0000	9.310,0000	R\$9.310,00
69	20583	TÉCNICO ÁREA EDUCAÇÃO	SERV	1,0000	9.310,0000	R\$9.310,00
VALOR TOTAL					R\$ 3.200.958,32	

VALOR GLOBAL DO CONTRATO POR EXTENSO: Três milhões, duzentos mil, novecentos e cinquenta e oito reais e trinta e dois centavos.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. A Proposta do contratado;

1.2.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.2.4 O local da prestação do serviço será de acordo com as Ordens de Serviço, podendo ser em toda extensão territorial do Município.

1.2.5 O termo de recebimento e aceite definitivo será emitido em até 30 (trinta) dias corridos após a disponibilização do sistema para uso desde que suas funcionalidades estejam em conformidade.

1.2.6 O suporte in loco e remoto, a assessoria técnica em recursos que orbitam os sistemas, manutenção, melhoramento e atualização de versões do sistema em razão de inovações tecnológicas e do direito positivo brasileiro deverá ocorrer durante toda vigência do contrato e de acordo com as necessidades.

1.2.7 A CONTRATADA deverá realizar melhorias (upgrade) de hardware sempre que a CONTRATANTE solicitar, tendo a CONTRATADA um prazo de até 1 (um) dia corrido para aplicar as configurações solicitadas.

1.2.8 Todas as solicitações deverão ser encaminhadas para a CONTRATADA por meio de e-mail, que deverá ser indicado no contrato. A partir do momento de envio do e-mail, será iniciado o prazo de configuração.

1.2.9 As atividades de saneamento e correção dos dados são de responsabilidade da CONTRATADA com a orientação da equipe de migração de dados da CONTRATANTE. Inconsistências e erros na migração são situações previstas em qualquer migração de dados e que serão resolvidas de comum acordo entre as partes, mediante termos e cronogramas de trabalho em conjunto.

1.2.10 O sistema da CONTRATADA somente começará a ser utilizado em definitivo quando as inconsistências e erros da migração forem totalmente sanados e o sistema estiver em perfeito funcionamento na execução dos serviços.

1.2.11 GARANTIA DOS SERVIÇOS: O serviço a ser prestado deverá ocorrer conforme a forma expressa neste Termo de Referência e seus anexos, bem como no Edital normatizador deste certame.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

5.1. O prazo da contratação terá vigência de **12 (doze) meses**, iniciando-se em **06/08/2025** e encerrando-se em **05/08/2026**, podendo ser prorrogado, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2 Entende-se como vedação na subcontratação a disponibilização de software que divirja daquele que passou pelo crivo dos requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

4.3 Por se tratar de sistema de propriedade intelectual da CONTRATADA, nos termos da Lei Federal nº 9.609 de 19 de fevereiro de 1999, esta deverá disponibilizar o data center para alocação dos sistemas objeto desta licitação, com capacidade de processamento, como: links, servidores, nobreaks, fontes alternativas de energia (grupo gerador), softwares de virtualização, segurança, sistema de climatização; compatíveis com as necessidades do sistema ofertado e o volume de operações da CONTRATANTE.

4.4 Para fins de ampliação da disputa, conforme vem sendo entendimento do TCE/MG, a estrutura de data center poderá ser própria ou terceirizada, desde já ficando expressamente autorizada a terceirização apenas deste item do objeto.



CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

O valor total da contratação é de **R\$ 3.200.958,32 (Três milhões, duzentos mil, novecentos e cinquenta e oito reais e trinta e dois centavos).**

5.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 - O pagamento será efetuado conforme o cronograma de execução constante no termo de referência (ANEXO I), sendo que, **o pagamento referente aos módulos ora contratualizados será devido somente após o término da implantação e efetiva utilização dos referidos módulos.**

6.2 O pagamento será efetuado pelo Município de Muriaé conforme descrito acima, após o recebimento da(s) Nota(s) Fiscal(is) correspondente(s) à execução do serviço ou fornecimento, acompanhada(s) de comprovação da manutenção das condições demonstradas para habilitação, à vista do respectivo Termo de Recebimento Definitivo do objeto.

6.2 O pagamento será via Ordem Bancária, creditado na instituição bancária eleita pela adjudicatária, que deverá indicar na Nota Fiscal o banco, número da conta e agência com a qual opera. A Prefeitura não efetuará pagamento por meio de títulos de cobrança bancária.

6.3 A contratada deverá manter a regularidade fiscal, por meio das Certidões: de Regularidade do FGTS - CRF, de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, e caso constatado a ausência de emissão de alguma destas, a mesma será notificada para regularização, caso não seja solucionado, o contrato será interrompido, ressalvado o direito dos serviços já prestados.

6.4 Ocorrendo atraso no pagamento por parte da Administração, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-los, de 0,5% ao mês, pro rata.

6.5 Em caso de inadimplemento da administração por prazo superior a 90 (noventa) dias, é autorizada a tomada das medidas necessárias, desde que haja prévio aviso a CONTRATANTE, nos termos do artigo 137 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. O contrato será reajustado mediante iniciativa da CONTRATADA, desde que observado o Art.92, parágrafo 3º da Lei 14.133/2021, e, os demais reajustes, anualmente, 12 meses a contar do último reajuste, tendo como base a variação de índice oficial.

"§ 3º Independentemente do prazo de duração, o contrato deverá conter cláusula que estabeleça o índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, e poderá ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos."

7.2. Decorrido o prazo acima estipulado, o índice a ser utilizado será o Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI) de acordo com a variação acumulada ocorrida nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante, além das previstas no termo de referência:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.11. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.



8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.9. Responder integralmente, tanto pela reparação de quaisquer danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, como também pela reparação ou indenizações devidas ao seu pessoal, empregado ou contratado, ou ainda a terceiros, por acidentes ou doenças, quando decorrentes da execução do objeto deste Contrato, resultantes de ação ou omissão de atos de sua responsabilidade.

9.10. Não transferir, total ou parcialmente, a execução do objeto, sem prévio consentimento e autorização do CONTRATANTE.

9.11. Zelar pelo sigilo dos dados, informações e quaisquer documentos disponibilizados pelo CONTRATANTE para a execução dos serviços ora contratados, dando-lhes tratamento reservado.



9.12. Assumir exclusiva e integralmente a responsabilidade pelos encargos decorrentes da mão de obra utilizada na execução dos serviços, em especial, os de natureza trabalhistas, previdenciários, fiscais e tributários, não se estabelecendo qualquer vínculo do seu pessoal com o CONTRATANTE.

9.13. Manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação exigidas no respectivo termo contratual. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer ocorrência de falhas ou impropriedades que possam comprometer a execução dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*

10.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*

10.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*

10.4. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*

10.5. *É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*

10.6. *O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*

10.7. *O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.*

10.8. *O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.*

10.9. *Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.*

10.10. *Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.*



10.11. *O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:

12.2. Der causa à inexecução parcial da ata ou contrato;

12.3. Der causa à inexecução parcial da ata ou contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.4. Der causa à inexecução total do contrato;

12.5. Deixar de entregar a documentação exigida;

12.6. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.7. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.8. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.9. Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.10. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.11. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.12. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.13. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.14. Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no contrato, erros ou atrasos no cumprimento do contrato, infringência do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021 e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções, nos termos do Decreto Municipal nº 12.041, de 16 de junho de 2023: 15.2.1. Advertência; 15.2.2. Multa;

12.15. Impedimento de licitar e contratar;

12.16. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.17. Em caso de inexecução parcial do contrato será aplicada exclusivamente a sanção de advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.18. A sanção de multa moratória de que trata o art. 162 da Lei Federal n. 14.133/2021 será de 0,5%(cinquenta centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente.

12.19. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no Decreto Municipal nº 12.041, de 16 de junho de 2023.

12.20. A aplicação de multa compensatória não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº14.1333/2021.

12.21. O valor das multas aplicadas deverá seguir os percentuais estipulados, bem como ser executado na forma prevista no Decreto Municipal nº 12.041, de 16 de junho de 2023.

12.22. A sanção prevista de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos I, II, III, IV, V e VI do caput do art. 8º do Decreto Municipal nº 12.041, de 16 de junho de 2023, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.23. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos I, II, III, IV, V do caput do art. 9º do Decreto Municipal nº12.041, de 16 de junho de 2023, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V,VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.24. As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa.

12.25. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.26. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 13.518, de 01 de agosto de 2021.

12.27. Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; os danos que dela provierem



para a Administração Pública; a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. *O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

13.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

13.3. *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:*

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.5.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

PROJETO ATIVIDADE	REDUZIDO	FONTE	DOTAÇÃO - ELEMENTO DE DESPESA
MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE INFORMÁTICA	362	1.501.99	02.03.00 3390.40.00-04.126.0009.2.025

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo site oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO REPRESENTANTE E ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

18.1. O CONTRATANTE indica o Sr. Adriano Barbosa de Souza, inscrito no MASP nº 4576-001 e Bruno César Werneck, inscrito no MASP nº 3586-001, para atuarem como representantes para acompanhamento, fiscalização

e assinar a respectiva nota, que servirá de confrontante, legal do serviço prestado. Cabendo a CONTRATADA facilitar em todas as suas fases, o desempenho desta função e fornecer qualquer esclarecimento que lhe for solicitado.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA– FORO (art. 92, §1º)

19.1. Fica eleito o Foro da comarca de Muriaé-MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Muriaé, 06 de agosto de 2025


TAMARA IDALCE DE SOUZA BRAGA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Tamara Idalce de Souza Braga
Secretaria Municipal
de Administração

ALDO LUIZ
MEES:29286751915
ALDO LUIZ MEES
REPRESENTANTE LEGAL

Assinado de forma digital por
ALDO LUIZ MEES:29286751915
Dados: 2025.08.06 18:51:47 -03'00'

TESTEMUNHAS:

- 1- *Renzo Dinamir Corrêa*
- 2- *Noêmia Oliveira*



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ ESTADO DE MINAS GERAIS

(Processo Administrativo nº 152/2024)

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 012/2025, QUE
FAZEM ENTRE SI CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ,
REPRESENTADA POR SEU PRESIDENTE, SR. ELVANDRO
MACIEL DA SILVA E IPM SISTEMAS LTDA.**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ**, com sede na Praça Coronel Pacheco de Medeiros, s/nº, Bairro Centro, na cidade de Muriaé/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 20.349.205/0001-94, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. ELVANDRO MACIEL DA SILVA, doravante denominado CONTRATANTE, é a empresa **IPM SISTEMAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 01.258.027/0001-41, situada na Rua Cristovão Nunes Pires, nº 86, SALA 01 A 07 BLOCO A PAVMTO6 DA TORRE SUDEN, Centro, Florianópolis-SC, CEP: 88.010-120, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado pelo Sr. ALDO LUIZ MEES, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 2*2.8*7.*19-*5, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 073/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

Tem como objeto o contrato proveniente de ata de registro de preços para contratação de empresa especializada em softwares nativos de plataforma web para fornecimento de sistema de gestão pública integrada, no modo locação de licenças de uso de programas, sem limite de usuários. Inclui ainda serviços complementares necessários ao funcionamento de tais sistemas, como migração de dados, implantação, parametrizações e configurações, treinamento de usuários, suporte técnico, manutenção corretiva, legal e evolutiva, bem como hospedagem da solução em data center e todas as demais condições constantes nos Anexos II, III e IV deste Termo.

1.1. Objeto da contratação:



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ
ESTADO DE MINAS GERAIS

Seq	Item	Descrição	UN	Quantidade	Unitário	Total
72	21160	TÉCNICO CÂMARA MUNICIPAL	SERVIÇO	1,0000	9.310,0000	R\$ 9.310,00
76	21154	CAM - ALMOXARIFADO	MÊS	12,0000	305,7600	R\$ 3.669,12
78	20590	CAM - COMPRAS E LICITAÇÕES	MÊS	12,0000	576,2400	R\$ 6.914,88
79	20595	CAM - CONTROLE DE FROTA E COMBUSTÍVEIS	MÊS	12,0000	201,8800	R\$ 2.422,56
80	21155	CAM - CONTROLE INTERNO	MÊS	12,0000	512,5400	R\$ 6.150,48
81	20571	CAM - ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL, EXECUÇÃO FINANCEIRA E PLANO DE CONTAS	MÊS	12,0000	1.727,7400	R\$ 20.732,88
82	20591	CAM - INCLUSÃO E CONTROLE DE CONTRATOS	MÊS	12,0000	245,0000	R\$ 2.940,00
83	21157	CAM - OUVIDORIA	MÊS	12,0000	216,5800	R\$ 2.598,96
84	20594	CAM - PATRIMÔNIO	MÊS	12,0000	403,7600	R\$ 4.845,12
85	20572	CAM - PESSOAL E FOLHA DE PAGAMENTO	MÊS	12,0000	1.393,5600	R\$ 16.722,72
86	20570	CAM - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	MÊS	12,0000	921,2000	R\$ 11.054,40
87	21156	CAM - PONTO ELETRÔNICO	MÊS	12,0000	680,1200	R\$ 8.161,44
88	20599	CAM - PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	MÊS	12,0000	391,0200	R\$ 4.692,24
VALOR TOTAL					R\$ 100.214,80	



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

VALOR GLOBAL DO CONTRATO POR EXTENSO: (Cem mil, duzentos e quatorze reais e oitenta centavos).

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. A Proposta do contratado;

1.2.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.2.4 O local da prestação do serviço será de acordo com as Ordens de Serviço, podendo ser em toda extensão territorial do Município.

1.2.5 O termo de recebimento e aceite definitivo será emitido em até 30 (trinta) dias corridos após a disponibilização do sistema para uso desde que suas funcionalidades estejam em conformidade.

1.2.6 O suporte in loco e remoto, a assessoria técnica em recursos que orbitam os sistemas, manutenção, melhoramento e atualização de versões do sistema em razão de inovações tecnológicas e do direito positivo brasileiro deverá ocorrer durante toda vigência do contrato e de acordo com as necessidades.

1.2.7 A CONTRATADA deverá realizar melhorias (upgrade) de hardware sempre que a CONTRATANTE solicitar, tendo a CONTRATADA um prazo de até 1 (um) dia corrido para aplicar as configurações solicitadas.

1.2.8 Todas as solicitações deverão ser encaminhadas para a CONTRATADA por meio de e-mail, que deverá ser indicado no contrato. A partir do momento de envio do e-mail, será iniciado o prazo de configuração.

1.2.9 As atividades de saneamento e correção dos dados são de responsabilidade da CONTRATADA com a orientação da equipe de migração de dados da CONTRATANTE. Inconsistências e erros na migração são situações previstas em qualquer migração de dados e que serão resolvidas de comum acordo entre as partes, mediante termos e cronogramas de trabalho em conjunto.

1.2.10 O sistema da CONTRATADA somente começará a ser utilizado em definitivo quando as inconsistências e erros da migração forem totalmente sanados e o sistema estiver em perfeito funcionamento na execução dos serviços.

1.2.11 GARANTIA DOS SERVIÇOS: O serviço a ser prestado deverá ocorrer conforme a forma expressa neste Termo de Referência e seus anexos, bem como no Edital normatizador deste certame.



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo da contratação terá vigência de **12 (doze) meses**, iniciando-se em **20/08/2025** e encerrando-se em **19/08/2026**, podendo ser prorrogado, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2 Entende-se como vedação na subcontratação a disponibilização de software que divirja daquele que passou pelo crivo dos requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

4.3 Por se tratar de sistema de propriedade intelectual da CONTRATADA, nos termos da Lei Federal nº 9.609 de 19 de fevereiro de 1999, esta deverá disponibilizar o data center para alocação dos sistemas objeto desta licitação, com capacidade de processamento, como: links, servidores, nobreaks, fontes alternativas de energia (grupo gerador), softwares de virtualização, segurança, sistema de climatização; compatíveis com as necessidades do sistema ofertado e o volume de operações da CONTRATANTE.

4.4 Para fins de ampliação da disputa, conforme vem sendo entendimento do TCE/MG, a estrutura de data center poderá ser própria ou terceirizada, desde já ficando expressamente autorizada a terceirização apenas deste item do objeto.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

O valor total da contratação é de **R\$ 100.214,80 (Cem mil, duzentos e quatorze reais e oitenta centavos)**.



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

5.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 - O pagamento será efetuado conforme o cronograma de execução constante no termo de referência (ANEXO I), sendo que, **o pagamento referente aos módulos ora contratualizados será devido somente após o término da implantação e efetiva utilização dos referidos módulos.**

6.2 O pagamento será efetuado pelo Câmara de Muriaé conforme descrito acima, após o recebimento da(s) Nota(s) Fiscal(is) correspondente(s) à execução do serviço ou fornecimento, acompanhada(s) de comprovação da manutenção das condições demonstradas para habilitação, à vista do respectivo Termo de Recebimento Definitivo do objeto.

6.3 O pagamento será via Ordem Bancária, creditado na instituição bancária eleita pela adjudicatária, que deverá indicar na Nota Fiscal o banco, número da conta e agência com a qual opera. A Câmara de Muriaé não efetuará pagamento por meio de títulos de cobrança bancária.

6.4 A contratada deverá manter a regularidade fiscal, por meio das Certidões: de Regularidade do FGTS - CRRF, de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, e caso constatado a ausência de emissão de alguma destas, a mesma será notificada para regularização, caso não seja solucionado, o contrato será interrompido, ressalvado o direito dos serviços já prestados.

6.5 Ocorrendo atraso no pagamento por parte da Administração, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-los, juro de 0,5% ao mês, pro rata.

6.6 Em caso de inadimplimento da administração por prazo superior a 90 (noventa) dias, é autorizada a tomada das medidas necessárias, desde que haja prévio aviso a CONTRATANTE, nos termos do artigo 137 da Lei 14.133/2021.



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. O contrato será reajustado mediante iniciativa da CONTRATADA, desde que observado o Art.92, parágrafo 3º da Lei 14.133/2021, e, os demais reajustes, anualmente, 12 meses a contar do último reajuste, tendo como base a variação de índice oficial.

"§ 3º Independentemente do prazo de duração, o contrato deverá conter cláusula que estabeleça o índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, e poderá ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos."

7.2. Decorrido o prazo acima estipulado, o índice a ser utilizado será o Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI) de acordo com a variação acumulada ocorrida nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante, além das previstas no termo de referência:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.11. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência:
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.9. Responder integralmente, tanto pela reparação de quaisquer danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, como também pela reparação ou indenizações devidas ao seu pessoal, empregado ou contratado, ou ainda a terceiros, por acidentes ou doenças, quando decorrentes da execução do objeto deste Contrato, resultantes de ação ou omissão de atos de sua responsabilidade.

9.10. Não transferir, total ou parcialmente, a execução do objeto, sem prévio consentimento e autorização do CONTRATANTE.

9.11. Zelar pelo sigilo dos dados, informações e quaisquer documentos disponibilizados pelo CONTRATANTE para a execução dos serviços ora contratados, dando-lhes tratamento reservado.

9.12. Assumir exclusiva e integralmente a responsabilidade pelos encargos decorrentes da mão de obra utilizada na execução dos serviços, em especial, os de natureza trabalhistas, previdenciários, fiscais e tributários, não se estabelecendo qualquer vínculo do seu pessoal com o CONTRATANTE.

9.13. Manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação exigidas no respectivo termo contratual. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer ocorrência de falhas ou impropriedades que possam comprometer a execução dos serviços contratados.



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.5. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.6. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.7. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.8. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.9. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

10.10. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:

12.2. Der causa à inexecução parcial da ata ou contrato;

12.3. Der causa à inexecução parcial da ata ou contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.4. Der causa à inexecução total do contrato;

12.5. Deixar de entregar a documentação exigida;

12.6. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.7. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.8. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.9. Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.10. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

- 12.11. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 12.12. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.13. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.14. Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no contrato, erros ou atrasos no cumprimento do contrato, infringência do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021 e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções, nos termos do Decreto Municipal nº 12.041, de 16 de junho de 2023: 15.2.1. Advertência; 15.2.2. Multa;
- 12.15. Impedimento de licitar e contratar;
- 12.16. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.17. Em caso de inexecução parcial do contrato será aplicada exclusivamente a sanção de advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 12.18. A sanção de multa moratória de que trata o art. 162 da Lei Federal n. 14.133/2021 será de 0,5% (cinquenta centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente.
- 12.19. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no Decreto Municipal nº 12.041, de 16 de junho de 2023.
- 12.20. A aplicação de multa compensatória não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.
- 12.21. O valor das multas aplicadas deverá seguir os percentuais estipulados, bem como ser executado na forma prevista no Decreto Municipal nº 12.041, de 16 de junho de 2023.



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

12.22. A sanção prevista de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos I, II, III, IV, V e VI do caput do art. 8º do Decreto Municipal nº 12.041, de 16 de junho de 2023, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.23. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos Incisos I, II, III, IV, V do caput do art. 9º do Decreto Municipal nº 12.041, de 16 de junho de 2023, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.24. As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa.

12.25. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.26. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 13.518, de 01 de agosto de 2021.

12.27. Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; os danos que dela provierem para a Administração Pública; a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Indenizações e multas.

13.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ
ESTADO DE MINAS GERAIS

PROJETO ATIVIDADE	DOTAÇÃO - ELEMENTO DE DESPESA
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	01.31.46.2.241 3390.40.00 17

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.



CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ
ESTADO DE MINAS GERAIS

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO REPRESENTANTE E ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

18.1. O CONTRATANTE indica o Sr. DE LEON DE PAULA FERNANDES, CHEFE DO SETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, para atuar como representante para acompanhamento, fiscalização e assinar a respectiva nota, que servirá de confrontante, legal do serviço prestado. Cabendo a CONTRATADA facilitar em todas as suas fases, o desempenho desta função e fornecer qualquer esclarecimento que lhe for solicitado.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA– FORO (art. 92, §1º)

19.1. Fica eleito o Foro da comarca de Muriaé-MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Muriaé, 20 de agosto de 2025

ELVANDRO MACIEL DA SILVA

Presidente da Câmara Municipal de Muriaé

ALDO LUIZ

MEES:29286751915

ALDO LUIZ MEES

Representante Legal da IPM Sistemas Ltda

Assinado de forma digital por
ALDO LUIZ MEES:29286751915
Dados: 2025.08.21 17:13:01 -03'00'

TESTEMUNHAS:

1-

2-



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO MINAS GERAIS

CONTRATO Nº. 514/2024
PRC 062/2024 - PREGÃO Eletrônico 013/2024

CONTRATANTE: O Município de Lagoa da Prata, com sede na Rua Joaquim Gomes Pereira nº. 825, Centro, em Lagoa da Prata - MG, inscrito no CNPJ sob o nº. 18.318.618/0001-60 representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Di Gianne de Oliveira Nunes, e neste ato pelo Secretário Municipal de Administração e Governo, o senhor Alysson Elias Macedo, por delegação, doravante denominado **CONTRATANTE**.

CONTRATADA: **CMM SISTEMAS DE INFORMACAO E SERVICOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF N. 10.513.873/0001-51, com sede na Avenida Del Rey, nº. 111, Bairro Caiçaras, Conj 706, bloco A, na cidade de Belo Horizonte/MG, CEP 30.775-240, neste ato representada pelos sócios, Sr. Sérgio Lúcio Cardoso, brasileiro, divorciado, Administrador e Técnico em Contabilidade, e Sr. Robison Carlos Miranda Pereira, brasileiro, casado, contador e advogado, **E-MAIL INSTITUCIONAL:** marcio.oliveira@cmmsistemas.com.br, doravante denominada **CONTRATADA**.

Têm entre si justo e acordado celebrar o presente Instrumento de Contrato, devidamente autorizado, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº. 14.133/21, decorrente do Processo Licitatório nº. 062/2024, modalidade Pregão Eletrônico nº. 13/2024 e pelas condições que estipulam a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE INSTRUMENTO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA CESSÃO DE USO DE SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO PÚBLICA EM AMBIENTE 100% NUVEM BEM COMO SERVIÇOS DE CONVERSÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E APOIO TÉCNICO, PELO PERÍODO DE 12 MESES PARA A PREFEITURA MUNICIPAL.

Lote 01:

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	UNITÁRIO	TOTAL
1.	300 Horas	Contratação de Empresa para prestação de serviços técnicos especializados na área da Tecnologia da Informação/ IN LOCO - Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata, sendo: 1. Sistema de Planejamento de Governo; 2. Sistema de Contabilidade Pública e Tesouraria; 3. Sistema de Gestão de Contratações Públicas; 4. Sistema de Gestão de Almoxarifado e Estoque; 5. Sistema de Gestão do Patrimônio Público; 6. Sistema de Gestão de Frotas; 7. Sistema de Gestão Tributária; 8. Sistema de Gestão de Pessoal, Folha de Pagamento; 9. Sistema de Ponto Eletrônico; 10. Sistema para Atendimento ao Esocial; 11. Sistema Atendimento ao Servidor Público; 12. Sistema de Gestão de Processos - Protocolo; 13. Sistema de Nota Fiscal Eletrônica e Escrituração do ISS; 14. Sistema de Indicadores de Gestão; 15. Sistema de Atendimento ao Cidadão; 16. Sistema do Portal da Transparência; 17. Sistema de Gestão Escolar; 18. Sistema de Comunicação Eletrônico; 19. Sistema de Gestão de Obras; 20. Sistema de Controle Interno; -	R\$ 117,00	R\$ 35.100,00
2.	01 Serviço	Contratação de Empresa para prestação de serviços técnicos especializados na área da Tecnologia da Informação/MIGRAÇÃO DE DADOS - Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata, sendo: 1. Sistema de Planejamento de Governo; 2. Sistema de Contabilidade Pública e Tesouraria; 3. Sistema de Gestão de Contratações Públicas; 4. Sistema de Gestão de Almoxarifado e Estoque; 5. Sistema de Gestão do Patrimônio Público; 6. Sistema de Gestão de Frotas;	R\$ 51.090,00	R\$ 51.090,00





PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO MINAS GERAIS

		7. Sistema de Gestão Tributária; 8. Sistema de Gestão de Pessoal, Folha de Pagamento; 9. Sistema de Ponto Eletrônico; 10. Sistema para Atendimento ao Esocial; 11. Sistema Atendimento ao Servidor Público; 12. Sistema de Gestão de Processos - Protocolo; 13. Sistema de Nota Fiscal Eletrônica e Escrituração do ISS; 14. Sistema de Indicadores de Gestão; 15. Sistema de Atendimento ao Cidadão; 16. Sistema do Portal da Transparência; 17. Sistema de Gestão Escolar; 18. Sistema de Comunicação Eletrônico; 19. Sistema de Gestão de Obras; 20. Sistema de Controle Interno;		
3.	12 Serviços	Contratação de Empresa para prestação de serviços técnicos especializados na área da Tecnologia da Informação/SUPORTE TECNICO AOS SOFTWARES LICENCIADOS - Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata, sendo: 1. Sistema de Planejamento de Governo; 2. Sistema de Contabilidade Pública e Tesouraria; 3. Sistema de Gestão de Contratações Públicas; 4. Sistema de Gestão de Almoxarifado e Estoque; 5. Sistema de Gestão do Patrimônio Público; 6. Sistema de Gestão de Frotas; 7. Sistema de Gestão Tributária; 8. Sistema de Gestão de Pessoal, Folha de Pagamento; 9. Sistema de Ponto Eletrônico; 10. Sistema para Atendimento ao Esocial; 11. Sistema Atendimento ao Servidor Público; 12. Sistema de Gestão de Processos - Protocolo; 13. Sistema de Nota Fiscal Eletrônica e Escrituração do ISS; 14. Sistema de Indicadores de Gestão; 15. Sistema de Atendimento ao Cidadão; 16. Sistema do Portal da Transparência; 17. Sistema de Gestão Escolar; 18. Sistema de Comunicação Eletrônico; 19. Sistema de Gestão de Obras; 20. Sistema de Controle Interno;	R\$ 83.752,50	R\$ 1.005.030,00
VALOR TOTAL:				R\$ 1.091.220,00

PARÁGRAFO ÚNICO - Integra e completa o presente Instrumento de Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do Instrumento Convocatório do nº. 062/2024, Pregão Eletrônico nº 013/2024 bem como a proposta da **CONTRATADA**, anexos e pareceres que formam o Processo Licitatório, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2.1. O valor estimado deste contrato é de **R\$ 1.091.220,00 (um milhão, noventa e um mil e duzentos e vinte reais)**, correspondente à proposta ofertada pela **CONTRATADA**.

2.2. O **CONTRATANTE** poderá acrescentar ou suprimir os quantitativos, respeitando os limites legais.

2.3. Serão incorporados ao contrato, mediante Termo Aditivo todas e quaisquer modificações, que venham ser necessárias durante sua vigência decorrente de alterações unilaterais do **CONTRATANTE** ou por acordo entre as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. O presente instrumento terá vigência de **12 (doze) meses, contados a partir do dia 10/12/2024, até 09/12/2025**, podendo ser prorrogado na forma do art. 105, da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. O regime de execução será o de empreitada por preço global, conforme art. 6º, inciso XXIX da Lei n. 14.133, de 2021.

Assinado por 3 pessoas: SÉRGIO LÚCIO CARDOSO, ALYSSON ELIAS MACEDO e ROBISON CARLOS MIRANDA PEREIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://licitdigital1.1doc.com.br/validacao/9037-957E-937A-E31E> e informe o código 9037-957E-937A-E31E.





PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO MINAS GERAIS

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento pela efetiva entrega do objeto deste instrumento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia, à **CONTRATADA**, através da Tesouraria, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, observando-se o art. 141, da Lei 14.133/21.

5.1.1. A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela **CONTRATADA** diretamente ao responsável pela fiscalização que somente atestará a realização dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela **CONTRATADA**, todas as condições pactuadas.

5.1.2. A contagem para o 30º (trigésimo) dia, previsto no *caput*, só iniciar-se-á após a aceitação dos serviços prestados pela fiscalização do Município de Lagoa da Prata e cumprimento pela empresa de todas as condições pactuadas.

5.1.3. Para execução do pagamento, **CONTRATADA** deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do Município de Lagoa da Prata, informando o número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Ordem de Compra.

5.1.4. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Município de Lagoa da Prata.

5.2. A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da **CONTRATADA**.

5.3. O Município de Lagoa da Prata poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela **CONTRATADA** caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

a) A **CONTRATADA** deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município de Lagoa da Prata.

b) Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a **CONTRATADA** atenda à cláusula infringida.

c) A **CONTRATADA** retarde indevidamente a execução do serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do Município de Lagoa da Prata.

d) Débito da **CONTRATADA** para com o Município de Lagoa da Prata quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.

e) Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

5.4. Respeitadas as condições previstas neste instrumento, no caso de eventual atraso no pagamento por culpa do Município de Lagoa da Prata, os valores devidos serão acrescidos de encargos financeiros de acordo com o índice de variação do **INPC** do mês anterior ao do pagamento "*pro rata tempore*", ou por outro índice que venha lhe substituir, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para o atraso.

5.5. Quanto ao valor, será retido o Imposto de Renda, conforme Decreto Municipal nº. 139/2023, de 07 de julho de 2023.

CLÁUSULA SEXTA - DO CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO

6.1. O prazo para a conclusão do processo de configuração e parametrização, implantação, migração, treinamento e disponibilização da cessão de uso dos sistemas será de 90 (noventa) dias, conforme cronograma abaixo:

ETAPAS	QUINZENAS					
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª
1. Configuração e parametrização						
2. Implantação						
3. Migração						
4. Treinamento						

6.2. A empresa deverá iniciar os trabalhos em até 05 (cinco) dias a contar da assinatura do contrato, sendo que a omissão no prazo será entendida como concordância tácita no prazo estipulado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO E DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1. Os valores contratuais terão seus preços reajustados a cada período de 12 (doze) meses, com base no IPCA (índice nacional de preços ao consumidor amplo), calculado pelo IBGE (instituto brasileiro de geografia e estatística). Na falta deste a CONTRATANTE, adotará outro índice que venha a ser regulamentado pelo Governo Federal.

7.1.1. Será considerado para efeito de reajuste a data da apresentação da proposta.

5.1.2. A Administração apresentará resposta ao pedido de reequilíbrio no prazo de 10 (dez) dias úteis.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO MINAS GERAIS**

7.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 01 (um) ano será contado à partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

CLÁUSULA OITAVA- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. O recurso necessário ao atendimento da despesa correrá à conta das seguintes dotações orçamentárias:

8.1.1. Município de Lagoa da Prata:

03.001.04.122.0301.4.018.3.3.90.40

11.001.04.122.0301.4.100.3.3.90.40

13.002.26.122.1301.4.063.3.3.90.40

01.001.04.122.0301.4.002.3.3.90.40

08.001.12.122.0301.4.094.3.3.90.40

09.001.04.123.0301.4.096.3.3.90.40

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES

9.1. DO CONTRATANTE:

9.1.1. Fornecer todos os dados disponíveis até a data de início dos serviços;

9.1.2. Designar equipe técnica do quadro de servidores, a critério do Município, para acompanhar os trabalhos de alimentação de dados dos sistemas;

9.1.3. Fornecer dados necessários à execução dos serviços;

9.1.4. Notificar, formalmente, a Contratada para corrigir falhas detectadas;

9.1.5. Preparar e executar procedimentos (testes) para a validação de acordo com os prazos;

9.1.6. Fiscalizar a prestação dos serviços e notificar-la quanto à provável erro/inconsistência.

9.1.7. Efetuar o pagamento do objeto licitado conforme previsto na cláusula segunda

9.2. A CONTRATADA

9.2.1. Comprometer-se pela integridade e sigilo das informações prestadas pelo Município para execução dos serviços;

9.2.2. Fazer contatos com a equipe técnica do Município;

9.2.3. Controlar todas as atividades necessárias à implantação dos Sistemas;

9.2.4. Identificar as necessidades de cada setor usuário do sistema;

9.2.5. Assegurar o bom funcionamento dos sistemas propostos

9.2.6. Alimentar todos dados para o funcionamento do sistema, mediante conversão de dados;

9.2.7. Garantir a boa qualidade do objeto oferecido, efetuando as substituições dos mesmos que forem considerados de má qualidade pela Administração;

9.2.8. Arcar com as responsabilidades tributárias e trabalhistas que incidirem sobre o objeto deste contrato;

9.2.9. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;

9.2.10. Executar o serviço de acordo com as normas legais aplicáveis;

9.2.11. Fornecer identificação funcional individualizada de seus funcionários para controle de acesso interno das instalações.

9.2.12. A contratada deverá que garantir o acesso ao banco de dados, independentemente do SGDB (Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados) utilizado por prazo não inferior 06 (seis) meses, e que o acesso aos dados jamais seja bloqueado.

CLÁUSULA DEZ - DA RESCISÃO

10.1. O contrato celebrado poderá ser rescindido a qualquer momento, nos termos dos Art. 137 a 139 da Lei 14.133/21 e suas sucessivas alterações posteriores, sem direito a qualquer indenização.

10.2. Formalizada a rescisão, que vigorará a partir da data de sua comunicação à contratada, esta entregará a documentação correspondente aos serviços executados que, se aceitos pela Fiscalização, serão pagos pelo **CONTRATANTE**, deduzidos os débitos existentes.

CLÁUSULA ONZE - DAS PENALIDADES

11.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções:

a) Advertência pelo atraso de até 10 (dez) dias corridos e sem prejuízo para o **Município de Lagoa da Prata**, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

b) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de atraso superior a 10 (dez) dias corridos ou em situações que acarretem prejuízo à Administração, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

c) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de execução imperfeita do objeto.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO MINAS GERAIS**

d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

e) Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, §4º, da Lei 14.133/21;

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, §5º, da Lei 14.133/21;

11.2. As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº 14.133/21, em especial aos artigos 155 a 163.

11.3. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DOZE - DA CESSÃO

12.1. A Contratada não poderá ceder ou transferir o contrato sem a autorização expressa da Contratante, exceto nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA TREZE - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

13.1. O presente contrato é regido pela Lei nº 14.133/21, bem como pelas cláusulas e condições constantes no Edital do Pregão Eletrônico nº 013/2024.

13.2. O prazo para resposta de pedido de repactuação de preços, quando juridicamente houver, será de até 10 (dez) dias úteis.

13.3. O prazo para resposta de pedido de reequilíbrio de preços, quando juridicamente houver, será de até 10 (dez) dias úteis.

13.4. O contratado deverá cumprir as exigências de reservas para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, quando juridicamente houver.

13.5. O modelo de gestão contratual será regido pela Lei nº 14.133/21.

13.6. Os demais casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº. 14.133/21, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA QUATORZE - DA GESTÃO DO CONTRATO

15.1. Embora a presente contratação decorra de licitação conjunta entre órgãos da Administração Pública Municipal e Poder Legislativo, cada órgão firmará seu próprio contrato, e consequentemente, será responsável por sua total gestão, cabendo-lhe a celebração de termos aditivos, fiscalização, emissão de empenhos, liquidação e pagamento, bem como qualquer ato para seu fiel cumprimento.

CLÁUSULA QUINZE - DO FORO

16.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Lagoa da Prata, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

16.2. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, e pelas testemunhas abaixo.

Lagoa da Prata, 05 de dezembro de 2024.

MUNICÍPIO DE LAGOA DA PRATA
Secretário Municipal de Administração e Governo
Alysson Elias Macedo
CONTRATANTE

CMM SISTEMAS DE INFORMACAO E SERVICOS LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:
Nome:

Testemunhas:
Nome:





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 9037-957F-937A-E31F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ SÉRGIO LÚCIO CARDOSO (CPF 978.XXX.XXX-15) em 05/12/2024 17:16:27 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ ALYSSON ELIAS MACEDO (CPF 030.XXX.XXX-09) em 05/12/2024 18:31:25 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: AC VALID RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ ROBISON CARLOS MIRANDA PEREIRA (CPF 024.XXX.XXX-89) em 06/12/2024 12:06:10 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/9037-957F-937A-E31F>



CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 9/2024
PRC 62/2024 - PREGÃO Eletrônico 13/2024

CONTRATANTE: A Câmara Municipal de Lagoa da Prata, com sede na Rua Ângelo Perilo, nº 35, Centro, em Lagoa da Prata - MG, inscrita no CNPJ sob o nº 20.897.302/0001-11, representada pelo seu Presidente, Antônio Justino Filho, doravante denominada CONTRATANTE.

CONTRATADA: CMM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 10.513.873/0001-51, com sede na Avenida Del Rey, nº 111, Bairro Caiçaras, Conj. 706, bloco A, na cidade de Belo Horizonte/MG, CEP 30.775-240, neste ato representada pelos sócios, Sr. Sérgio Lúcio Cardoso, brasileiro, divorciado, Administrador e Técnico em Contabilidade, e Sr. Robison Carlos Miranda Pereira, brasileiro, casado, contador e advogado, E-MAIL INSTITUCIONAL: sergio.cardoso@cmmsistemas.com.br, doravante denominada CONTRATADA.

Têm entre si justo e acordado celebrar o presente Instrumento de Contrato, devidamente autorizado, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021, decorrente do Processo Licitatório nº 62/2024, modalidade Pregão Eletrônico nº 13/2024 e pelas condições que estipulam a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE INSTRUMENTO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA CESSÃO DE USO DE SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO PÚBLICA EM AMBIENTE 100% NUVEM BEM COMO SERVIÇOS DE CONVERSÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E ASSESSORIA TÉCNICA, PELO PERÍODO DE 12 MESES PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA - MG.

Contratação de Empresa para prestação de serviços técnicos especializados na área da Tecnologia da Informação/ IN LOCO - CÂMARA de Lagoa da Prata, sendo:				
1.	150 Horas	1. Sistema de Contabilidade Pública e Tesouraria; 2. Sistema de Gestão de Contratações Públicas; 3. Sistema de Gestão de Almoxarifado e Estoque; 4. Sistema de Gestão do Patrimônio Público; 5. Sistema de Gestão de Pessoal, Folha de Pagamento; 6. Sistema para Atendimento ao Esocial 7. Sistema Atendimento ao Servidor Público; 8. Sistema do Portal da Transparência; 9. Sistema de Comunicação Eletrônico;	R\$ 117,00	R\$ 17.550,00
SUBTOTAL				R\$ 17.550,00
Contratação de Empresa para prestação de serviços técnicos especializados na área da Tecnologia da Informação/MIGRAÇÃO DE DADOS - CÂMARA de Lagoa da Prata, sendo:				
2.	01 Serviços	1. Sistema de Contabilidade Pública e Tesouraria;	R\$ 4.095,00	R\$ 4.095,00
	01 Serviços	2. Sistema de Gestão de Contratações Públicas;	R\$ 1.852,50	R\$ 1.852,50
	01 Serviços	3. Sistema de Gestão de Almoxarifado e Estoque;	R\$ 877,50	R\$ 877,50
	01 Serviços	4. Sistema de Gestão do Patrimônio Público;	R\$ 2.047,50	R\$ 2.047,50
	01 Serviços	5. Sistema de Gestão de Pessoal, Folha de Pagamento;	R\$ 4.387,50	R\$ 4.387,50
	01 Serviços	6. Sistema para Atendimento ao Esocial;	R\$ 390,00	R\$ 390,00
	01 Serviços	7. Sistema Atendimento ao Servidor Público;	R\$ 682,50	R\$ 682,50
	01 Serviços	8. Sistema do Portal da Transparência;	R\$ 975,00	R\$ 975,00
	01 Serviços	9. Sistema de Comunicação Eletrônico	R\$ 1755,00	R\$ 1755,00
SUBTOTAL				R\$ 17.062,50



CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
ESTADO DE MINAS GERAIS

Contratação de Empresa para prestação de serviços técnicos especializados na área da Tecnologia da Informação/SUPORTE TÉCNICO AOS SOFTWARES LICENCIADOS - CÂMARA de Lagoa da Prata, sendo:				
3	12 Serviços	1. Sistema de Contabilidade Pública e Tesouraria;	R\$ 1.560,00	R\$ 18.720,00
	12 Serviços	2. Sistema de Gestão de Contratações Públicas;	R\$ 780,00	9.360,00
	12 Serviços	3. Sistema de Gestão de Almoxarifado e Estoque;	R\$ 390,00	4.680,00
	12 Serviços	4. Sistema de Gestão do Patrimônio Público;	R\$ 438,75	5.265,00
	12 Serviços	5. Sistema de Gestão de Pessoal, Folha de Pagamento;	R\$ 1.462,50	17.550,00
	12 Serviços	6. Sistema para Atendimento ao Esocial;	R\$ 341,25	4.095,00
	12 Serviços	7. Sistema Atendimento ao Servidor Público;	R\$ 292,50	3.510,00
	12 Serviços	8. Sistema do Portal da Transparência;	R\$ 682,50	8.190,00
	12 Serviços	9. Sistema de Comunicação Eletrônico	R\$ 1.267,50	15.210,00
SUBTOTAL			R\$ 7.215,00	R\$ 86.580,00
			TOTAL...	R\$ 121.192,50

PARÁGRAFO ÚNICO - Integra e completa o presente Instrumento de Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do Instrumento Convocatório do nº 62/2024, Pregão Eletrônico nº 13/2024, bem como a proposta da **CONTRATADA**, anexos e pareceres que formam o Processo Licitatório, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2.1. O valor estimado deste contrato é de R\$ 121.192,50 (Cento e vinte um mil, cento e noventa e dois reais e cinquenta centavos), correspondente à proposta ofertada pela **CONTRATADA**.

2.2. A **CONTRATANTE** poderá acrescentar ou suprimir os quantitativos, respeitando os limites legais.

2.3. Serão incorporados ao contrato, mediante Termo Aditivo todas e quaisquer modificações, que venham ser necessárias durante sua vigência decorrente de alterações unilaterais da **CONTRATANTE** ou por acordo entre as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. O presente instrumento terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, até 9/12/2025, podendo ser prorrogado na forma do Art. 105 da Lei Nacional nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. O regime de execução será o de empreitada por preço global, conforme Art. 6º, inciso XXIX da Lei n. 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento pela efetiva entrega do objeto deste instrumento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia, à **CONTRATADA**, por meio da Tesouraria, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, observando-se o art. 141, da Lei 14.133/21.

5.1.1. A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela **CONTRATADA** diretamente ao responsável pela fiscalização que somente atestará a realização dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela **CONTRATADA**, todas as condições pactuadas.

5.1.2. A contagem para o 30º (trigésimo) dia, previsto no *caput*, só iniciar-se-á após a aceitação dos serviços prestados pela fiscalização do Município de Lagoa da Prata e cumprimento pela empresa de todas as condições pactuadas.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA

ESTADO DE MINAS GERAIS

5.1.3. Para execução do pagamento, a **CONTRATADA** deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome da Câmara Municipal de Lagoa da Prata, informando o número de sua conta-corrente e agência Bancária, bem como o número da Ordem de Compra.

5.1.4. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus à Câmara Municipal de Lagoa da Prata.

5.2. A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da **CONTRATADA**.

5.3. A Câmara Municipal de Lagoa da Prata poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela **CONTRATADA** caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

- a) A **CONTRATADA** deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pela Fiscal de Contratos da Câmara Municipal de Lagoa da Prata.
- b) Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a **CONTRATADA** atenda à cláusula infringida.
- c) A **CONTRATADA** retarde indevidamente a execução do serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades da Câmara Municipal de Lagoa da Prata.
- d) Débito da **CONTRATADA** para com a Câmara Municipal de Lagoa da Prata quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.
- e) Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

5.4. Respeitadas as condições previstas neste instrumento, no caso de eventual atraso no pagamento por culpa da Câmara Municipal de Lagoa da Prata, os valores devidos serão acrescidos de encargos financeiros de acordo com o índice de variação do **INPC** do mês anterior ao do pagamento "pro rata tempore", ou por outro índice que venha lhe substituir, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para o atraso.

5.5. Quanto ao valor, será retido o Imposto de Renda, conforme Decreto Municipal nº 139/2023, de 07 de julho de 2023.

CLÁUSULA SEXTA – DO CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO

6.1. O prazo para a conclusão do processo de configuração e parametrização, implantação, migração, treinamento e disponibilização da cessão de uso dos sistemas será de 90 (noventa) dias, conforme cronograma abaixo:

ETAPAS	QUINZENAS					
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª
1. Configuração e parametrização						
2. Implantação						
3. Migração						
4. Treinamento						



CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA

ESTADO DE MINAS GERAIS

6.2. A empresa deverá iniciar os trabalhos em até 05 (cinco) dias a contar da assinatura do contrato, sendo que a omissão no prazo será entendida como concordância tácita no prazo estipulado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO E DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1. Os valores contratuais terão seus preços reajustados a cada período de 12 (doze), meses, com base no IPCA (índice nacional de preços ao consumidor amplo), calculado pelo IBGE (instituto brasileiro de geografia e estatística). Na falta deste a CONTRATANTE, adotará outro índice que venha a ser regulamentado pelo Governo Federal.

7.1.1. Será considerado para efeito de reajuste a data da apresentação da proposta.

7.1.2. A Administração apresentará resposta ao pedido de reequilíbrio no prazo de 10 (dez) dias úteis.

7.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. O recurso necessário ao atendimento da despesa correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:

Câmara Municipal de Lagoa da Prata: **01.031.0101.6.007.339040.**

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES

9.1. DA CONTRATANTE:

- 9.1.1.** Fornecer todos os dados disponíveis até a data de início dos serviços;
- 9.1.2.** Designar equipe técnica do quadro de servidores, a critério da Câmara, para acompanhar os trabalhos de alimentação de dados dos sistemas;
- 9.1.3.** Fornecer dados necessários à execução dos serviços;
- 9.1.4.** Notificar, formalmente, a Contratada para corrigir falhas detectadas;
- 9.1.5.** Preparar e executar procedimentos (testes) para a validação de acordo com os prazos;
- 9.1.6.** Fiscalizar a prestação dos serviços e notifiá-la quanto à provável erro/inconsistência.
- 9.1.7.** Efetuar o pagamento do objeto licitado conforme previsto na cláusula segunda

9.2. DA CONTRATADA:

- 9.2.1.** Comprometer-se pela integridade e sigilo das informações prestadas pela Câmara Municipal para execução dos serviços;
- 9.2.2.** Fazer contatos com a equipe técnica da Câmara Municipal;
- 9.2.3.** Controlar todas as atividades necessárias à implantação dos Sistemas;
- 9.2.4.** Identificar as necessidades de cada setor usuário do sistema;
- 9.2.5.** Assegurar o bom funcionamento dos sistemas propostos
- 9.2.6.** Alimentar todos dados para o funcionamento do sistema, mediante conversão de dados;
- 9.2.7.** Garantir a boa qualidade do objeto oferecido, efetuando as substituições dos mesmos que forem considerados de má qualidade pela Administração;
- 9.2.8.** Arcar com as responsabilidades tributárias e trabalhistas que incidirem sobre o objeto deste contrato;
- 9.2.9.** Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
- 9.2.10.** Executar o serviço de acordo com as normas legais aplicáveis;
- 9.2.11.** Fornecer identificação funcional individualizada de seus funcionários para controle de acesso interno das instalações.
- 9.2.12.** A contratada deverá que garantir o acesso ao banco de dados, independentemente do SGDB (Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados) utilizado por prazo não inferior 06 (seis) meses, e que o acesso aos dados jamais seja bloqueado.

CLÁUSULA DEZ - DA RESCISÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA

ESTADO DE MINAS GERAIS

10.1. O contrato celebrado poderá ser rescindido a qualquer momento, nos termos dos Art. 137 a 139 da Lei 14.133/21 e suas sucessivas alterações posteriores, sem direito a qualquer indenização.

10.2. Formalizada a rescisão, que vigorará a partir da data de sua comunicação à contratada, esta entregará a documentação correspondente aos serviços executados que, se aceitos pela Fiscalização, serão pagos pelo **CONTRATANTE**, deduzidos os débitos existentes.

CLÁUSULA ONZE - DAS PENALIDADES

11.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções:

a) Advertência pelo atraso de até 10 (dez) dias corridos e sem prejuízo para a Câmara Municipal de Lagoa da Prata, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

b) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de atraso superior a 10 (dez) dias corridos ou em situações que acarretem prejuízo à Administração, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

c) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de execução imperfeita do objeto.

d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

e) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.

e) Impedimento de licitar e contratar, nos termos do Art. 156, §4º, da Lei 14.133/2021;

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do Art. 156, §5º, da Lei 14.133/2021;

11.2. As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº 14.133/2021, em especial aos Artigos 155 a 163.

11.3. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DOZE - DA CESSÃO

12.1. A Contratada não poderá ceder ou transferir o contrato sem a autorização expressa da Contratante, exceto nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA TREZE - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

13.1. O presente contrato é regido pela Lei nº 14.133/2021, bem como pelas cláusulas e condições constantes no Edital do Pregão Eletrônico nº 13/2024.

13.2. O prazo para resposta de pedido de repactuação de preços, quando juridicamente houver, será de até 10 (dez) dias úteis.

13.3. O prazo para resposta de pedido de reequilíbrio de preços, quando juridicamente houver, será de até 10 (dez) dias úteis.

13.4. A contratada deverá cumprir as exigências de reservas para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, quando juridicamente houver.

13.5. O modelo de gestão contratual será regido pela Lei nº 14.133/2021.

13.6. Os demais casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 14.133/2021, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA QUATORZE - DA GESTÃO DO CONTRATO



CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA

ESTADO DE MINAS GERAIS

14.1. Embora a presente contratação decorra de licitação conjunta entre órgãos da Administração Pública Municipal e Poder Legislativo, cada órgão firmará seu próprio contrato, e consequentemente, será responsável por sua total gestão, cabendo-lhe a celebração de termos aditivos, fiscalização, emissão de empenhos, liquidação e pagamento, bem como qualquer ato para seu fiel cumprimento.

14.2. Será o Gestor deste contrato o Servidor Público da Câmara Municipal, Cristiano Júnior da Silva – Matrícula nº 1.

CLÁUSULA QUINZE – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1. Será a Fiscal deste contrato a Servidora Pública da Câmara Municipal, Idalina Rodrigues da Silva.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DO FORO

16.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Lagoa da Prata, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

16.2. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**.

Lagoa da Prata, 11 de dezembro de 2024.

ANTONIO
JUSTINO
FILHO:99552833
604
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DA PRATA
Contratante
Antônio Justino Filho
Presidente

Assinado de forma
digital por ANTONIO
JUSTINO
FILHO:99552833604
Dados: 2024.12.11
16:34:27 -03'00'

SERGIO LUCIO
CARDOSO:978750
07615
CMM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E SERVIÇOS LTDA
Contratada

Assinado de forma
digital por SERGIO LUCIO
CARDOSO:97875007615